

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA

BRUNO HENRIQUE PAIS SILVA

CARREIRA E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Rio Grande – Rio Grande do Sul

2020

Bruno Henrique Pais Silva

CARREIRA E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA da Universidade Federal do Rio Grande como requisito à obtenção do grau de Mestre em Administração. Área de concentração: Organizações, Mercado e Trabalho.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anne Pinheiro Leal

Rio Grande – Rio Grande do Sul

2020

*Dedico este trabalho a todas as pessoas travestis e transexuais,
por suas lutas, forças, resistências e orgulhos.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande – FURG, por tirar minhas vendas e transformar a minha vida através da educação.

Aos participantes desta pesquisa, que colaboraram com esse trabalho, pela confiança e pela partilha de suas vivências.

Aos meus pais Gorete e Teogério pelo apoio incondicional em todos os momentos e etapas da minha vida. Por todo afeto, amor e compreensão das minhas ausências.

Ao Maycon, por ser meu porto seguro, por enxergar o melhor de mim, me atravessando de luz e apoio. Por todo suporte concedido nos momentos de ansiedade e de tristeza, e pela partilha de momentos felizes e especiais.

À professora Anne, por ter aceitado este desafio enquanto orientadora, e apoiado a ideia do trabalho desde o início.

Às professoras Francielle e Andréa, por aceitarem fazer parte deste processo como componentes da banca.

Aos meus professores que atravessaram minha trajetória acadêmica. Em especial ao Professor Lucas pelo apoio e pelos debates proporcionados.

A todos meus amigos, que sempre acreditaram em mim. Em especial, ao Nicolas, Augusto e Júlia, meus companheiros de casa e de vida.

Aos meus colegas de mestrado, pelos debates proporcionados. Em especial ao Jonas, pelo suporte concedido à este trabalho.

E por fim, mas não menos importante, à CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

O que pode um corpo sem juízo?

Quando saber que um corpo abjeto se torna um corpo objeto e vice-versa?

Não somos definidos pela natureza assim que nascemos

Mas pela cultura que criamos e somos criados

Sexualidade e gênero são campos abertos

De nossas personalidades e preenchemos

Conforme absorvemos elementos do mundo ao redor

Nos tornamos mulheres ou homens, não nascemos nada

Talvez nem humanos nascemos

Sob a cultura, a ação do tempo, do espaço, história

Geografia, psicologia, antropologia, nos tornamos algo

Homens, mulheres, transgêneros, cisgêneros, heterossexuais

Homossexuais, bissexuais, e o que mais quisermos

Pudermos ou nos dispusermos a ser

O que pode o seu corpo?

Jup do Bairro

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar como são construídas as carreiras de pessoas travestis e transexuais que integram o mercado de trabalho formal. Esse recorte se justifica pela importância de demarcar, dentro deste universo, pessoas que chegaram na condição de acesso ao mercado de trabalho formal, uma vez que o índice de trabalhadoras e trabalhadores travestis e transexuais que atuam no mercado de trabalho informal é altamente expressiva. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como descritivo-exploratório, de abordagem qualitativa, utilizando o método de história de vida. Para a seleção dos participantes, utilizou-se a técnica de bola de neve, não havendo um recorte geográfico que limitasse a pesquisa. Os dados foram coletados por entrevistas aprofundadas e examinados através da análise por categoria temática. Os resultados revelam a importância de refletir as carreiras para além da capacidade de agência individual, levando em consideração as condições sociais, econômicas, políticas e culturais para uma análise das trajetórias profissionais. A sociabilidade primária e a socialização educacional foram reconhecidas como contextos que influenciam nas trajetórias de pessoas desta população, uma vez que ambas instituições foram representadas como responsáveis por retificar as normas de gênero. Identificou-se que os ciclos de vida de pessoas travestis e transexuais são marcados por momentos específicos que atravessam suas carreiras, como a de transição de gênero e retificação do nome no registro civil. Compreendeu-se que a dicotomia de gênero imposta nas relações de trabalho a partir da divisão sexual do trabalho traz grandes dificuldades para aquelas e aqueles que não correspondem a norma de gênero instituída. Para as mulheres transexuais componentes deste estudo, as poucas oportunidades que não apareceram envolvendo a prostituição, foram ofertadas na área da beleza e da estética. Apesar do expressivo índice que marca a exclusão social da população travesti e transexual dos espaços formais, cinco dos sete participantes deste estudo tiveram acesso ao ensino superior e todos e todas reconheceram como uma forma de superação da norma. O preconceito e a discriminação vivenciados na escola, também se estenderam para aquelas e aqueles que tiveram acesso ao ensino superior. Identificou-se também que, no processo da busca por emprego, houveram em alguns casos, a interferência de atores externos que contribuíram para que os participantes deste estudo conseguissem acesso ao mercado de trabalho formal. Todos os sujeitos entrevistados tiveram acesso ao mercado de trabalho formal, sendo possível qualificar e identificar os níveis de integração em suas ocupações atuais. Conclui-se que as carreiras construídas por pessoas travestis e transexuais são atravessadas por preconceito e discriminação e estão marcadas por um processo de exclusão social mais amplo, reincidindo diretamente na integração no mercado de trabalho formal. Quando integradas/os no mercado de trabalho formal, se integram à vida social, criando uma identidade social e profissional e estabelecendo laços de pertencimento.

Palavras chaves: Gênero, carreira, integração, população travesti e transexual.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how the careers of travestite and transgender people are integrated in the formal labor market. This social cut-off is justified by the importance of demarcating, within this universe, people who reached the condition to access the formal labor market, since the rate of transvestite and transsexual workers who work in the informal labor market is highly expressive. Methodologically, the study is characterized as descriptive-exploratory, with a qualitative approach, using the life history method. Regarding the selection of participants, the snowball technique was used, with no geographical cut-off that limited the research. The data were collected through in-depth interviews and examined through thematic category analysis. The results reveal the importance on reflecting careers beyond the capacity of individual agency, taking into account the social, economic, political and cultural conditions for an analysis of professional trajectories. Primary sociability and educational socialization were recognized as contexts that influence the trajectories of people in this population, since both institutions were represented as being responsible for rectifying gender norms. It was identified that the life cycles of transvestite and transsexual people are marked by specific moments that cross their careers, such as the gender transition and name rectification in the civil registry. It was understood that the gender dichotomy imposed on labor relations based on the sexual division of labor poses great difficulties for those who do not correspond to the established gender norm. For the transsexual women who are part of this study, the few opportunities that did not appear involving prostitution, were offered in the beauty and aesthetics area. Despite the expressive index that marks the social exclusion of the transvestite and transsexual population from formal spaces, five of the seven participants in this study had access to higher education and all recognized it as a way to overcome the norm. The prejudice and discrimination experienced at school also extended to those who had access to higher education. It was also identified that in the job search process there were, in some cases, the interference of external agents that contributed to the participants of this study to gain access to the formal job market. All subjects interviewed had access to the formal job market, making it possible to qualify and identify the levels of integration in their current occupations. It is concluded that the careers built by transvestite and transsexual people are crossed by prejudice and discrimination and are marked by a broader process of social exclusion, directly reoccurring in the formal job market integration. When integrated into the formal job market, they integrate with social life, creating a social and professional identity and establishing belonging bonds.

Key words: Gender, Career, Integration, Transvestite and Transsexual Population.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interseccionalidade.....	38
Figura 2 – Principais fatores contextuais nos estudos sobre carreira.....	52
Figura 3 – Formas de existência social.....	55
Figura 4 – Síntese dos procedimentos metodológicos.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Duas dimensões da carreira proteana.....	07
Quadro 2 – Categorias de análise.....	66
Quadro 3 – Perfil das/dos participantes.....	72
Quadro 4 – Níveis de integração de acordo com a atual profissão das/dos participantes.....	116

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis.

ALGBT/Rio Grande – Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Rio Grande.

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde.

EBGLT – Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis.

EJA – Educação para Jovens e Adultos.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EUA – Estados Unidos

FURG – Universidade Federal do Rio Grande.

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais e outras.

MBGL – Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas.

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro.

OMS – Organização Mundial da Saúde.

ONG – Organização Não Governamental

PCDs – Pessoas com deficiência.

RG – Registro Geral.

TGEu – *Transgender Europe*.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Objetivos da pesquisa	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	População travesti e transexual não é bagunça!	17
2.1.1	Gênero, Sexo e Corpo	17
2.1.2	O dispositivo da transexualidade	26
2.1.3	Movimento Travesti e Transexual no Brasil	32
2.2	Preconceito e discriminação com expressões de violência	36
2.2.1	Diferença como aporte à desigualdade? Discussão sobre interseccionalidade	36
2.2.2	Preconceito e discriminação – Transfobia	42
2.3	Carreira e Trabalho	46
2.3.1	Carreira e População Travesti e Transexual	46
2.3.2	Integração profissional da População Travesti e Transexual	56
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	66
3.1	Tipo de pesquisa e Abordagem	66
3.2	Método - História de vida	67
3.3	Definição das categorias de análise	68
3.4	Técnica de coleta dos dados	70
3.5	Técnica de análise dos dados	72
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	75
4.1	Apresentação das/dos participantes e caracterização de suas carreiras	75
4.2	Influência dos contextos nas carreiras	85
4.2.2	Sociabilidade primária	85
4.2.3	Socialização educacional	89
4.3	Momentos da vida e escolhas profissionais	92
4.3.1	A transição de gênero – os impactos na carreira	92
4.3.2	Nome social e a retificação no registro civil – o respeito a identidade	99
4.3.3	Escolha das profissões – um campo limitado?	103
4.3.5	O ingresso no ensino superior – obstáculos, superações e resistências	106
4.4	Integração profissional	113
4.4.1	Atores mediadores e de suporte	114
4.4.2	O mercado de trabalho formal	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127

1 INTRODUÇÃO

A exclusão social originada pelas questões de gênero tornou-se matéria pública, sendo cada vez mais frequente o seu aparecimento (SILVA e SOUZA, 2018). Tradicionalmente, a temática da exclusão social está engendrada com a da discriminação, e tem ganhado força no campo dos estudos e movimentos feministas e raciais. No Brasil, causam perplexidade os dados sobre os impactos de práticas discriminatórias em relação à população travesti e transexual: a expectativa de vida de uma pessoa trans e travesti no Brasil é de 35 anos, metade da média nacional, 90% dessa população atua na informalidade (ANTRA) e o Brasil é o país com maior percentual de assassinatos transfóbicos do mundo.

Os inúmeros obstáculos enfrentados pela população travesti e transexual na integração social vão desde a falta de apoio familiar, a exclusão escolar, a negação de suas identidades e as limitadas oportunidades de vida, rescindindo diretamente na integração ao mercado de trabalho formal. Tendo em vista a falta de expressividade de pessoas travestis e transexuais que estão integrados em mercados formais de trabalho, têm-se o seguinte problema de pesquisa: **De que maneira são construídas as carreiras de pessoas travestis e transexuais que integram o mercado de trabalho formal?** Essa dissertação argumenta que a construção das carreiras da população T no mercado de trabalho formal, não se dá de forma homogênea, variando de acordo com a classe, raça, e gênero e localidade de cada indivíduo, e se diferenciando a partir da qualidade da integração e dos níveis em que essa integração acontece.

Na pretensão de se distanciar dos modelos e estudos de carreira que enfatizam uma perspectiva centrada puramente no indivíduo, levou-se em consideração para essa pesquisa o conceito de carreira interacionista proposto por Hughes (1983) definida como a sequência de papéis, status e cargos realizados pelo indivíduo, ao ser compreendida a partir de duas perspectivas: a objetiva, ligada aos status e cargos já estabelecidos, e a subjetiva, ligada a concepção do indivíduo sobre os aspectos objetivos contemplando sobre sua própria vida (HUGHES, 1937).

Lançar luz aos estudos de carreira que contemplam gêneros não-inteligíveis, levando em consideração a intersecção dos marcadores sociais da diferença, trata-se de um avanço importante na discussão da temática, uma vez que a população travesti e transexual têm suas trajetórias marcadas por processos de preconceito e exclusão. De acordo com Mayrhofer, Meyer e Steyrer (2007) carreiras são sempre carreiras em contexto, e são consideradas como

um fenômeno social e político, logo, torna-se fundamental considerar os elementos que marcam o espaço em que se insere uma carreira.

Destaca-se que a partir do conceito de carreira interacionista proposto por Hughes (1937), todos os sujeitos têm uma carreira, independentemente de estarem ou não inseridos numa estrutura burocrática. No entanto, considerou importante demarcar, dentro desse universo, pessoas que chegaram na condição de acesso ao mercado de trabalho formal, uma vez que o índice de trabalhadoras e trabalhadores transexuais e travestis que só atuam no mercado de trabalho informal é altamente expressiva.

A noção de integração profissional adotada neste trabalho é identificada como um elemento fundamental do processo de inclusão social (PAUGAM, 2003; CASTEL, 2003; VARGAS, 2006). De acordo com Paugam (2003), a integração possui duas dimensões fundamentais: a de proteção e a de reconhecimento. A proteção que remete ao conjunto dos suportes que o indivíduo pode mobilizar face aos imprevistos da vida; e o reconhecimento que remete à interação social que estimula o indivíduo ao lhe fornecer a prova de sua existência e de sua valorização defronte outros. De acordo com o autor, esses laços da integração asseguram aos indivíduos um lugar no mundo, uma satisfação no trabalho e um reconhecimento pelo que fazem e pelo trabalho que realizam.

Nesse sentido, o trabalho de modo geral, deve proporcionar um papel produtivo a ser uma forma de convívio social. Franco et al. (2017) apontam que, pelo trabalho, os sujeitos sociais têm a possibilidade de “transformarem o contexto à sua volta e se desenvolverem em espaços relacionais, em que as mudanças no ambiente de trabalho podem refletir em mudanças significativas em diversas instâncias da sociedade” (Franco, et al, 2017, p. 48). Deste modo, a integração de pessoas travestis e transexuais no mercado de trabalho formal ainda é um desafio a ser alcançado. A realização da discussão articulando Gênero, Carreira e Integração social e profissional da população T torna-se significativo, no intuito de convidar a todos e a todas para uma reflexão sobre o modo em que a sociedade e as organizações constroem as oportunidades no mundo do trabalho.

Por fim, este trabalho está dividido em cinco capítulos e foi estruturado da seguinte maneira: o capítulo 1 corresponde à introdução, trazendo a contextualização do assunto e a formulação do problema de pesquisa, bem como também seus objetivos, geral e específicos e a justificativa do estudo. No capítulo 2, referencial teórico, são abordadas: a discussão da categoria gênero e sexo; o dispositivo da transexualidade; o movimento travesti e transexual no Brasil; Aporte a

teoria interseccional; o preconceito e a discriminação como expressões de violência; carreira e população T; e integração profissional. No capítulo 3, apresenta-se o detalhamento da abordagem metodológica da pesquisa, especificando, o tipo e a abordagem de pesquisa, o método de história de vida e as definições das categorias de análise e as técnicas de coleta e análise dos dados. No capítulo 4, trata-se dos resultados desta pesquisa: primeiramente apresenta-se os participantes do estudo, bem como a caracterização de suas carreiras; no segundo momento, são apresentados a influência dos contextos nas carreiras, tendo como marco a sociabilidade primária e a socialização educacional; no terceiro relaciona-se os momentos da vida e escolhas profissionais que direcionam as carreiras dos participantes, estando marcado pela transição de gênero, o uso do nome social e a retificação no registro civil, o campo limitado das escolhas das profissões, e o ingresso no ensino superior; e no quarto apresenta-se a integração profissional da população travesti e transexual a partir dos atores mediadores e de suporte, e o as vivências no mercado de trabalho formal. Por fim, o capítulo 5, aborda as considerações finais deste estudo.

1.1 Objetivos da pesquisa

O trabalho tem como objetivo geral **analisar como são construídas as carreiras de pessoas travestis e transexuais que integram o mercado de trabalho formal**. Tendo em vista a busca do objetivo geral, alguns objetivos específicos são definidos para o alcance da meta maior:

- Caracterizar as carreiras das/dos participantes da pesquisa;
- Identificar de que maneira os diversos contextos influenciam no desenvolvimento das carreiras desses participantes;
- Identificar os pontos de inflexão que marcam as carreiras desses participantes;
- Reconhecer os principais obstáculos e desafios quanto à integração profissional dos sujeitos da pesquisa;
- Identificar os suportes que atuam em relação a integração profissional desses sujeitos;
- Qualificar a integração profissional dos sujeitos da pesquisa e os níveis dessa integração a partir do desenvolvimento de suas carreiras.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O referencial teórico proporcionará uma sustentação para os dados que serão levantados ao longo da pesquisa. Estas referências buscarão elucidar os pontos sobre os assuntos que serão discutidos nesse estudo. Dessa maneira, nesta etapa, serão apresentados os fundamentos teóricos que compõe esta pesquisa. A seção foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo está voltado para o entendimento das identidades travestis e transexuais e foi dividido em três partes: primeiramente aborda-se os conceitos centrais que permeiam as identidades estudadas neste trabalho: gênero, como propulsor central da discussão, sexo e corpo. Após os estudos dessas categorias, a segunda parte aborda o dispositivo da transexualidade, no intuito de elucidar de que forma as identidades das travestis e transexuais foram catalogadas e patologizadas por meio dos saberes médicos, políticos e culturais no decorrer da história. Por último, é levantada a discussão sobre o movimento de travesti e transexual no Brasil, apontando o nascimento do movimento, as discussões internas, suas reivindicações políticas e projetos para o futuro.

O segundo capítulo está dividido em duas partes e tem como foco a discussão entorno do preconceito e a discriminação como expressões de violência. Na primeira parte abordam-se os conceitos de diferença, diversidade e desigualdade, realizando uma discussão entorno da teoria interseccional e da importância de pensar as interdependências das relações de poder que perpassam as identidades aqui estudadas por meio dos marcadores sociais da diferença. Já na segunda parte, discorre-se os preconceitos e discriminações vivenciados pela população travesti e transexual –transfobia – e os obstáculos enfrentados socialmente por essa população.

No terceiro e último capítulo as discussões ficam entorno da temática da carreira e da integração profissional. Na primeira parte discute-se o conceito de carreira e sua transformação ao longo do tempo, elucidando a importância dos contextos de carreira e a demarcação de gênero nestes estudos. Na segunda parte, aborda-se os conceitos entorno do trabalho e da integração social e profissional, ressaltando o trabalho como um fator integrador na sociedade.

2.1 População travesti e transexual não é bagunça!

2.1.1 Gênero, Sexo e Corpo

Ao iniciar uma discussão acerca da travestilidade e da transexualidade, se torna imprescindível debater conceitos que permeiam as categorias de identidade, como gênero, sexo e sexualidade. O conceito de gênero – uma das categorias centrais deste trabalho – é construído a partir de diversas orientações teóricas e metodológicas, e que, afim de situar posteriores escolhas teóricas, intui-se neste capítulo discutir sua evolução sócio histórica.

Como os estudos de sexo e gênero se relacionam, seria impossível discutir gênero, sem discutir sexo, pois o próprio debate sobre gênero é também um debate sobre sexo, e, por conseguinte, sobre corpos. Compreender a condição humana e a distinção entre os sujeitos é compreender o que de fato são as posições masculinas e femininas, heterossexuais e não-heterossexuais na sociedade, e de que forma estabelecem as relações de poder, dependência e subordinação entre elas, desvinculando-as da ideia de que as diferenças são determinadas de acordo com a natureza intrínseca do sexo.

Historicamente a relação entre os sexos foi marcada profundamente pelos discursos de legitimação da superioridade masculina que excluía as mulheres da condição de titulares de direitos e de sujeitos ativos na formação e transformação da sociedade (Ishy, 2014). Desde a antiguidade clássica, o vínculo da opressão das mulheres na vida privada e exclusão da esfera pública eram profundamente marcados, em que, os homens eram destinados a serem sujeitos políticos ocupando o espaço público, enquanto as mulheres ocupavam o espaço privado, tendo como responsabilidade, o cuidado com o lar e com os filhos (Maffia, 2006).

Para Bourdieu (2003), a visão androcêntrica do mundo teria sido inicialmente justificada pelas diferenças anatômicas entre os órgãos sexuais, o que oferecia uma explicação para as diferenças socialmente construídas entre os gêneros, produto de uma série de discursos que naturalizava essas diferenças corporais. Para o autor, é a visão de mundo que, ao estar organizada segundo a divisão binária de gêneros relacionais, ou seja, sob a diferença entre os corpos biológicos, que contribuiu para a hierarquização entre os sexos. Desse modo, o autor afirma que a visão androcêntrica instituiu, a partir da construção dos sujeitos com base nas características biológicas, uma visão aparentemente natural da divisão sexual estabelecida entre homens e mulheres.

Foi a partir da década de 1960, com o surgimento de novos pressupostos disciplinares advindos da sociologia, psicologia e ciência política, em concomitância com as rupturas sociais dos movimentos feministas, que se disseminaram os estudos de diferença entre os sexos em termos de identidades, conseqüentemente problematizando as características valorativas socialmente atribuídas a cada um deles (Hatje, 2015). Dessa forma, surge então o conceito de gênero, trazido inicialmente pelas feministas que o utilizavam para debater questões referentes a estrutura hierarquizante nas relações entre sexos.

O propulsor central da discussão referente ao tema foi marcado pelo questionamento se o gênero estaria condicionado ao caráter biológico ou social, e essa discussão, se aprofundou em virtude do movimento feminista, em que questionavam e buscavam compreender as opressões e desigualdade existentes entre os gêneros. É importante destacar que a evolução do conceito no decorrer da história foi avaliada sob olhar biológico, sociológico e sob outros desdobramentos discursivos, como: a função e o papel da mulher na sociedade, das relações de gênero já instituídas e as outras possibilidades de gênero.

Ao retratar o processo de formação da posição da mulher na sociedade, Beauvoir (1980) inaugurou um debate político radical no movimento feminista ao distinguir o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, mesmo ainda sem desenvolver o conceito de gênero. Para Beauvoir (1980, p. 9), “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, uma vez que a autora considera a sociedade um fator predominante na identificação do gênero, ou seja, o indivíduo torna-se mulher ou homem a partir de inúmeros significados culturais inscritos num dado sexo legitimado. Para Beauvoir, no contexto histórico, a mulher sempre foi designada e entendida como O outro, secundário e até mesmo anormal, sendo que a própria categoria “gênero” culminou cientificamente, num primeiro momento, em estudos sobre a mulher.

O papel precursor de Beauvoir nos estudos de gênero é o de contestar o determinismo biológico, possibilitando que esses estudos se desenvolvessem a partir da compreensão da distinção entre homens e mulheres por meio da posição masculina e feminina na sociedade, e das relações de poder e subordinação entre elas, enfatizando que não é na natureza intrínseca do sexo que são determinadas as diferenças (Ishy, 2014; Hatje, 2015). Assim, homens e mulheres não se definem pela genética ou por atributos corporais, mas sim pela maneira que assume o corpo e a sua relação com o mundo.

Rubin (1986) desenvolveu em seu ensaio titulado “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, em 1975, o conceito de sistema sexo/gênero, em que defende ser o sexo um dado imutável e biológico e o gênero um conjunto de características socialmente

atribuídas a grupos definidos e separados pelo sexo. A autora enfatiza que o gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta, e ainda que é um produto das relações sociais da sexualidade. Portanto, para a autora, o gênero não seria apenas uma identificação com o sexo, mas um sistema de imposições e papéis em que a sociedade delimita com bastante precisão os campos em que podem atuar a mulher da mesma forma que escolhe os terrenos em que pode atuar o homem, e que, por conseguinte, oprime a mulher (Safioti, 1986). Esse raciocínio, que Rubin (1986) chama de sistemas sexo/gênero, seriam sistemas baseados no sexo genital que criam condições para a opressão das mulheres, e que tratam como desviante todo aquele que não se comporta com os padrões sexuais naturalizados.

Diferente de Beauvoir, Rubin (1986) não acredita que a opressão sob a mulher vinha propriamente pelo sexo e suas atribuições; ao contrário, a autora afirma que a naturalização pela imposição do gênero e as relações de trabalho e parentesco era a principal fonte da opressão que levava a acreditar no destino natural das coisas. Neste ponto, considera-se necessário reconhecer que Rubin já entendia o gênero como algo distinto do sexo e não naturalmente dado por ele, ou seja, para a autora havia uma relação entre sexo e gênero, ao apontar que o gênero era socialmente e culturalmente construído a partir da compreensão que se entendia por sexo.

Conforme explica Scott (1990), tornou-se frequente no campo científico entre os anos 60 a discussão sobre sexo com base em sua condição biológica e “natural”, ou seja, a determinação do sexo se fundamentava na anatomia e fisiologia corporal, e dependendo da aparência do órgão sexual, o sujeito seria designado a ser “macho” ou “fêmea”. A partir dessa “base natural” foi construída a concepção de gênero. O gênero, nesse sentido, passa então a ser utilizado para referenciar construções sociais e culturais de feminilidades e masculinidades (BOURDIEU, 2003), e é construído e mantido através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo.

Safatle (1998) ressalta que o conceito de gênero apareceu no campo clínico em 1968, no livro “Sexo e Gênero”, de Robert Stoller. Para o autor, o termo tratava de insistir em um regime próprio de formação das identidades sexuais, para além de seu vínculo estrito à diferença anatômica de sexo (SAFATLE, 2015, p. 174). Essa distinção entre gênero e sexo passou a ser utilizada pelas teorias feministas afim de dar ênfase ao caráter construído da identidade das mulheres.

Para uma definição de gênero mais completa, Soares (2004, p. 113-114) contribui:

O gênero se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. As

diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior status que a construção social do ser mulher. O gênero é um termo relacional, que nomeia a interação entre o masculino e o feminino; portanto, o estudo de um é coadjuvante do outro. O conceito de gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas. Não obstante, é apenas parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença. A raça, a etnia, e a classe são outras categorias socialmente construídas que se intersectam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos.

De acordo com Louro (2007) foi através das feministas anglo-saxãs que o gênero passou ser usado como distinto de sexo. A autora explica que o conceito de gênero, ao ser utilizado como distinto do sexo, serviu como uma ferramenta analítica, bem como uma ferramenta política. Scott (1990) ao rejeitar o determinismo biológico implícito em termo como sexo e diferença sexual, enfatiza que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos, como uma forma inicial de identificar as relações de poder na sociedade. Numa definição criada pela autora, ela enfatiza (1985, p. 21.):

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: **o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.** As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.

Louro (2007, p.22) afirma que o movimento feminista, ao dirigir o foco do conceito para o caráter social, não negou que o gênero se constituía com ou sobre corpos sexuados, mas enfatizou a construção histórica-social produzida sobre o caráter biológico. Hatje (2016) explica que Scott, ao analisar o gênero como uma relação de poder e usar dessa ferramenta analítica e política, elabora uma crítica as ideias iluministas da existência de um sujeito universal com características biológicas consideradas a-históricas que fundamentavam os discursos da dominação masculina.

Scott (1985) explica que seus estudos sobre gênero possuem duas partes e diversas subpartes e que essas partes estão ligadas entre si, mas que precisam ser analisadas separadamente. De acordo com a autora, analisar gênero implica em quatro elementos interligados e que demandando análises distintas. Primeiramente, Scott (1985) aponta os símbolos, em que gênero é explícito na cultura pela imposição binária em sua simbologia. Em segundo lugar, os conceitos normativos que colocam em evidência interpretações desses símbolos que buscam limitar suas possibilidades metafóricas expressos nas doutrinas religiosas, educativas e políticas, que tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino, criando a simbologia do gênero como natural. Em terceiro, destaca-se as instituições e organizações sociais na

formatação do gênero, e, por último, o elemento da identidade subjetiva que possibilita a compreensão de gênero a partir de um processo cultural (Scott, 1990).

Na busca de entender o papel do gênero nas relações sociais, Scott (1985) aprofunda sobre o tema ao propor que o gênero é a forma primária de significação nas relações de poder por meio do qual o poder é articulado. Na perspectiva da autora, ao serem estabelecidos como um conjunto de objetivo de referências, os gêneros estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. No mais, a autora enfatiza que na medida que essas referências de gêneros estabelecem distribuição de poder – um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos –, o gênero torna-se implicado na construção do próprio poder.

A partir da analítica realizada por Scott (1985), compreende-se que o gênero se classifica como uma categoria de análise histórica, cultural e política, e nele expressam-se as relações de poder. Nesse sentido, a autora utiliza os termos de diferentes sistemas de gênero na relação desses com outras categorias, como raça, classe e/ou etnia, no sentido de identificar essas relações de poder. Ishy (2014) destaca que a partir da definição de gênero criada por Scott, ao preocupar-se em historicizar a identidade de gênero e buscar compreender as relações complexas entre diversas formas de interação entre os sujeitos, possibilitou que as correntes feministas passassem a propor uma nova categoria de análise da sociedade e das relações de poder que se estabelecem a partir dos papéis sexuais definidos socialmente.

Nesse sentido, se por um lado o pensamento de Scott impulsionou a análise do gênero como ferramenta política, Nicholson (2000) aponta que os estudos de gênero na década de 80 ainda continuavam estabelecendo relação contínua entre sexo e gênero. Para a autora, as teóricas feministas ainda estariam entendendo o sexo como base na construção de gênero, chamando esse fenômeno de fundacionismo biológico (Nicholson, 2000, p.12):

Tal concepção do relacionamento entre a biologia e a socialização torna possível o que pode ser descrito como uma espécie de noção ‘porta casacos’ da identidade: o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais especificamente os relativos à personalidade e comportamento. Tal modelo permitiria às feministas teorizar sobre o relacionamento entre biologia e personalidade aproveitando certas vantagens do determinismo biológico, ao mesmo tempo em que dispensando certas desvantagens. [...] Rótulo essa noção de relacionamento entre corpo, personalidade e comportamento de fundacionalismo biológico (Nicholson, 2000: 12).

Contudo, o marco de um novo desdobramento do conceito de gênero se deu por volta da década de 1990, por meio da teoria *queer*, em que a filósofa alemã Judith Butler, ao retomar as teses foucaultianas, provoca uma revolução dentro das teorias feministas como o lançamento de seu livro “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”. Ao desconstruir

dogmas estabelecidos por meio do discurso androcêntrico e questionar a distinção dicotômica de sexo/gênero, a autora objeta a heterossexualidade compulsória¹, ressaltando o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade; ela formula uma conceituação que ultrapassa os gêneros. (Hatje, 2015, Butler 2003).

Butler, 2003, p.163

Se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja tornar-se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de ‘mulher’ não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e ‘homem’ não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos. (BUTLER, 2003, p. 163).

Butler (2003), ao discutir sobre os corpos, afirma que o sexo, assim como o gênero, só existe após o discurso, o que a autora vai chamar de caráter performativo, que através da linguagem busca disciplinar e regular os corpos. Segundo Butler, o sexo não é um simples fato ou condição estática de um corpo, mas um processo pela qual as normas regulatórias materializam o sexo e produzem essa materialização por meio das normas sociais e pelos dispositivos da heterossexualidade compulsória.

A autora questiona:

Se o sexo é, ele próprio uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (Butler, 2003, p. 21).

Para Butler (2003), o gênero não está para a cultura assim como o sexo não está para natureza, ou seja, ele também é o meio discursivo e cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”. Nesse sentido, a autora explica que “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero, talvez o sexo tenha sido o gênero, de forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula” (BUTLER, 2003, p. 21).

Com isso, Butler (2003) entende o sexo como um artifício temporal de repetições, que materializa, por meio do discurso, a existência do corpo, tornando o ser humano viável. É como pensar que o sujeito passasse a existir de fato somente após a descoberta de sua anatomia genital, quando deixa de ser considerado um feto e passa a ser considerado “menino” ou

¹ A heterossexualidade compulsória pode ser entendida como a exigência para que todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, a heterossexualidade como única forma considerada possível/normal em sociedade. Enquanto a heteronormatividade está condicionada em como os sujeitos devem organizar suas vidas em torno do modelo heterossexual, sejam heterossexuais ou não, ou seja, a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza a vida dos sujeitos. Fonte:

“menina”. Conforme evidencia a autora, os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e também definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Para a autora, tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2003).

Dessa maneira, ao desconstruir o conceito de gênero na qual estava baseada a teoria feminista até então, ou seja, na distinção entre sexo/gênero em que o sexo é dado naturalmente e o gênero construído socialmente pelo sexo, a autora contesta o fundacionismo biológico, logo, o pilar fundacional da política feminista. A crítica realizada pela filósofa questiona o sujeito mulher enquanto uma identidade pré-definida, mesmo reconhecendo a importância dos estudos realizados em prol do combate a opressão de gênero. Contudo, a partir dessa premissa, é possível compreender que, para a autora, o sexo não é natural, mas discursivo e cultural como o gênero, pois, para Butler (2003), se aceitássemos o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído culturalmente e socialmente, estaríamos afirmando que o gênero expressaria uma essência do sujeito.

Para Figueiredo (2018), a ideia de Butler se alicerça na convicção de que não se pode separar corpo e mente, tal como faz a filosofia ocidental. Segundo Butler (2003), o corpo não tem nada de natural, ou seja, ele é construído à medida que a criança é educada pelos instrumentos sociais de poder que a levam a se transformar em uma mulher ou a se transformar num homem, segundo os códigos vigentes, como já antecipava Simone de Beauvoir.

Para Butler, “os corpos sexuais podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais masculino e feminino” (2003, p. 163). Butler busca demonstrar que o gênero é “performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero” (BUTLER, 2010, p. 47), ou seja, para a filósofa, a identidade de gênero é performativamente constituída. Os atos que regulam a formação da identidade do gênero são performativos, pois são fabricados tanto por sinais corporais quanto por meio discursivo.

Essa afirmação da autora vem ao encontro do que Foucault dissertava sobre os corpos, em que afirmava que um determinado corpo não pode ser tomado como algo terminado, mas como uma materialidade provisória, mutante e mutável, vulnerável às mais diversas formas de

intervenções, sejam elas científicas, tecnológicas, e/ou eclesiásticas, classificando que o corpo não é universal e absoluto, mas plástico, flexível, relacional, portanto, produzido através de sua socialização e coletividade (Foucault, 1988).

Nesse sentido, a autora questiona: “O que pode então significar identidade, e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes?” (BUTLER, 2003, p. 42). Para Butler, não seria correto supor que a discussão sobre identidade devesse ser anterior à discussão sobre identidade de gênero, pois, para a autora, as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero, ou seja, aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Conforme explica Butler (2018) a indagação filosófica quase sempre centra a questão do que constitui a identidade pessoal nas características internas da pessoa, ou seja, naquilo que estabeleceria sua continuidade ou até mesmo autoidentidade ao longo do tempo. Para a autora a questão principal ao ser questionada deveria ser em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade da pessoa, pois a “coerência” e “continuidade” da pessoa não são características lógicas ou analíticas da condição da pessoa, pelo ao contrário, são normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas.

Nesse sentido, ao desconstruir a consideração essencialista sobre a identidade do sujeito “mulheres”, Butler aponta para o fato de que, ao lado de gêneros inteligíveis, ou seja, aquele que tem relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero e sexualidade, há aqueles que são designados como falha na construção social, como é o caso da população travesti e transexual, foco deste trabalho. A autora aponta que a identidade de gênero se torna não inteligível ao exigir que certos tipos de identidades não possam existir, ou seja, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que a prática do desejo não decorrem nem do sexo e nem do gênero. Com isso, certos tipos de identidade de gênero aparecem como falhas e desviantes, pois não se conformam às normas da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2010).

A discussão proposta por Butler (2003) nos leva a pensar que há uma razão política para afirmar o gênero e o sexo como uma essência protegida pelos binarismos masculino-feminino, que afirma essa suposta naturalização do desejo sexual entre homens e mulheres. Com isso, o caráter compulsório da heterossexualidade é mascarado e o regime do poder se fortalece ao afirmá-la como um fato natural. Essa naturalização do gênero e do desejo heterossexual é amplamente operada pelos artefatos, tecnologias e dispositivos culturais – novelas, filmes,

desenhos, materiais didáticos, revistas e na publicidade –, vendendo a ideia da heterossexualidade/cisnormatividade como a única forma viável de existência.

A materialização da heterossexualidade hegemônica, conforme aponta Butler, acontece em função daquilo que ela denomina de imperativo heterossexual, em que possibilita apenas algumas identificações sexuais e rejeita ou desautoriza outras. Com isso, as concepções existentes do binarismo entre o masculino e feminino seriam apenas efeitos performáticos e regulatórios, ou seja, as possibilidades de configurações de diferentes expressões de identidade de gênero que não são as enraizadas dentro dos princípios da heterossexualidade, estariam fadadas a marginalidade e/ou a exclusão (LOURO, 1997)

A discussão realizada por Butler (2003) vai ao encontro de Foucault (1988) ao afirmar que os espectros de descontinuidade e incoerência são concebíveis em relação às normas existentes de continuidade e coerência, e por isso são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais expressivas de ligação entre sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeitos” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.

A noção de que pode haver uma “verdade” do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”. A filósofa explica que a matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidades” não possam “existir” – isto é, aqueles em que o gênero não decorre nem do sexo e nem do gênero (BUTLER, 2010). Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Do ponto de vista desse campo, a autora esclarece que certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação “criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero” (BUTLER, 2010, p. 46).

Nesse sentido, considerando a discussão realizada até aqui, pode-se compreender que o fenômeno da transexualidade e travestilidade, ao ir contra a lógica dominante que regula e vigia as identidades de gênero, ou seja, a lógica heterossexual, interroga e desafia as compreensões

de sexo, gênero, corpo e sexualidade. Ao questionar tais normas, o mecanismo utilizado pela ordem hegemônica, para que a transexualidade e travestilidade não ameacem os padrões heterossexuais, é considerar tais identidades como falhas, anormalidades, erros, impossibilidades e patologia. Para reverter essa situação e ampliar o debate, Butler propõe criar e disseminar matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero, capazes de enfrentar o falocentrismo que propaga e determina a compulsório da heterossexualidade.

2.1.2 O dispositivo da transexualidade

Ao tomar como referência a discussão e definição do conceito de “dispositivo” no pensamento do filósofo Michel Foucault, tem-se como preocupação central desta subseção compreender como a transexualidade transformou-se em uma patologia expressa por meio de uma norma psiquiátrica, ao longo do século XX, quais foram as subjetividades implicadas na construção de uma história trans, e como o termo tem sido discutido na contemporaneidade.

Conforme aponta Santos (2011), a ideia dos dispositivos de controle é um dos elementos conceituais principais na obra de Foucault. Para a autora, os estudos do filósofo voltados para a passagem da soberania ao poder sobre a vida (biopoder) e a consolidação das sociedades disciplinares revelaram imensuráveis processos de submissão dos sujeitos às normas.

Foucault destaca que é por meios de três possibilidades que os dispositivos se apresentam:

Em primeiro, um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas. Em resumo, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo, a demarcação da natureza da relação do que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Ou seja, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição, ou ao contrário, como elemento que permite justificar e/ou mascarar uma prática que permanece muda. Em suma, entre esses elementos discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, modificações de funções que também podem ser muito diferentes. Em terceiro, ao entender o dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 2002, p. 44).

Santos (2011) ao rebuscar em Foucault, aponta que a partir dessa caracterização se encontram as estruturas arquitetônicas, como a igreja, escola, prisão, instituição social e outros, as normas, os regulamentos, leis, postulados, éticas, estéticas, proposições morais entre outras formas de resistência e controle cuja a heterogeneidade é caracterizada pelo ato de estabelecer conexões e formar redes, configurando racionalidade a determinado campo, seja ele material

ou discursivo. Com isso, “os dispositivos se articulam e produzem em determinados momentos históricos, a função estratégica de produção e sustentação de regimes de verdades” (SANTOS, 2011, p. 118). É importante destacar que essa estratégia de produção e sustentação de regimes de verdades aconteceu com a sexualidade a partir dos séculos XVIII e XIX e foi assim com a transexualidade a partir das primeiras décadas do século XX, e que se intensificou na segunda metade do século.

Maia e Pires (2018) apontam que a ideia da transexualidade enquanto dispositivo reflete um composto de saberes, que por meio das relações e práticas de poder estabeleceram sobre os corpos, o sexo e a sexualidade, uma organização prática e conceitual que permitiu e legitimou a transexualidade como um fenômeno da área médica, principalmente da área da psiquiátrica. Esse monitoramento e punição dos corpos advindos da medicina, iniciou-se com a homossexualidade, em que o comportamento homossexual foi lócus de observação e intervenção tanto do campo médico quanto do campo jurídico. Bento (2006) aponta o trabalho de Kraft-Ebbing como uma das principais obras cuja característica primordial consistiu na construção e caracterização de diferentes patologias relacionadas aos comportamentos sexuais. “*Psychopatia Sexuallis*, de 1886, foi o primeiro livro publicado com estudos organizados no âmbito médico sobre a sexualidade, que tinha como principal abordagem à classificação e caracterização dos comportamentos homossexuais.

Os estudos apresentados pelo filósofo Michel Foucault em sua obra *História da Sexualidade – a vontade do saber*, “constituem como uma referência na compreensão do dispositivo da sexualidade, pois apresenta e discute a retirada de sua condição naturalizada” (SANTOS, 2011, p. 120). Nesse sentido, situa-se a sexualidade enquanto dispositivo histórico formado a partir de uma rede de saber e poder que “tomou os corpos dos indivíduos como espaço privilegiado de controle, produção de verdades e resistências.

Foucault explica sobre a sexualidade:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 100).

A importância de relatar o dispositivo da sexualidade, mesmo que brevemente, se dá na explicação de como os indivíduos, seus corpos e suas sexualidades foram capturados pelo biopoder na modernidade, principalmente no ocidente. Santos (2011) explica que foi a partir

desse contexto que a transexualidade, aos poucos, transformou-se em objeto (de análise) próprio, com características particulares e com a singularidade de patologia.

A transexualidade é um fenômeno complexo que tem várias possibilidades de estudos e intervenções. Para Serrano et. al (2017), o estudo da transexualidade se dá principalmente sob duas ópticas centrais: a da ciências biológica e a das ciências psicossociais. Conforme apontam os autores, para a primeira, os sujeitos transexuais são vistos como pessoas acometidas pela disforia de gênero² ou sejam não apresentam a conformidade entre o sexo biológico (base cromossômica/genital) e gênero. Para a segunda, a transexualidade surge como uma questão identitária. Para Bento (2014), a visão da sociologia confronta a visão das ciências da saúde/biológica, ao buscar compreender para além de sexo e gênero, um fenômeno da identidade de sujeitos. Para a autora, a separação das áreas ainda envolve raízes epistemológicas nos saberes produzidos, o que, por conseguinte, “distanciava os diálogos e refletia na crença legitimada em um discurso de caráter desviante como sinônimo de patológico” (SERRANO et. al 2017, p. 02).

Dissertar sobre a transexualidade é também debater sobre como a cultura ocidental tem construído categorias e estabelecido uma verdade referente ao corpo/sexo/sexualidade. O debate sobre o tema ainda é uma discussão contemporânea, pois foram nas últimas décadas que vários e várias transexuais ganharam projeção e certa visibilidade alargando as fronteiras do gênero estabelecidos pela dicotomia feminino e masculino. Mesmo nesse sentido, seria um erro apontar a existência da transexualidade apenas nas últimas décadas, Bento (2006) explica que os antecedentes discursivos da transexualidade estendem-se a narrativas tradicionais, principalmente mitológicas, filosóficas e históricas.

Castel (2001), tomando a realidade do fenômeno, define a transexualidade como um fenômeno complexo que se caracteriza pelo sentimento de não pertencimento ao sexo anatômico, sem por isso manifestar distúrbio delirante. Pelucio (2012) e Bento (2014) apontam que é possível perceber duas trajetórias epistemológicas que a transexualidade vai assumir a partir do século XX. A primeira relaciona-se ao seu afastamento dos denominados distúrbios delirantes, como psicopatia e esquizofrenia. Enquanto a segunda inclina-se para o afastamento das explicações de bases orgânicas e fundamentadas nas discussões e investigações com os intersexuados. Santos (2011) considera esse movimento importante na medida em que a transexualidade ganhou especificidade, tipologia, características e condução terapêutica

² **Disforia de gênero** é uma condição caracterizada pelo desconforto persistente com o corpo em sujeitos que não se identificam com o gênero atribuído ao seu nascimento.

própria, “presentes nos centros de referência e nas pesquisas profissionais específicas para o tratamento da transexualidade” (SANTOS, 2011, p. 121).

Para Castel (2001), a saída da transexualidade do campo das perversões constituiu um fato gradual e historicamente construído. Para o autor, os estudos da sexologia na passagem do século XIX para o século XX foram fundamentais na despatologização da homossexualidade e na contribuição da ideia da transexualidade. Bento (2006) aponta os trabalhos de Magnus Hirschfeld como relevantes nesse processo, pois para a autora, a criação do Instituto para o Estudo da Sexualidade em Berlim, na Alemanha em 1919, é um marco nas pesquisas e lutas em relação à questão da sexualidade, principalmente da homossexualidade. A autora afirma, que o termo “transexualpsíquico” aparece pela primeira vez em 1910 na obra de Hirschfeld para se referir a travestis fetichistas.

Castel (2001) afirma que uma parte importante deste processo foi o fato de que as definições ligadas a essas sexualidades desviantes deixavam de ser explicados meramente por valores morais e “éticos” e passavam cada vez mais a fazer parte do campo médico. Nesse sentido, na tentativa de traçar uma genealogia/história da transexualidade é fundamental mapear o campo médico, principalmente através dos campos da psiquiatria, da endocrinologia e das abordagens psicológicas e psicanalíticas.

Serrano et. al (2017) explicam que foi a partir do século XX, principalmente na sua segunda metade, que houve uma imposição dos saberes médicos e psicológicos na construção e definição do que viria ser o fenômeno da transexualidade. Para os autores, as discussões e investigações em torno da intersexualidade³ foram os movimentos iniciais tanto de discussões quanto de investigações empíricas. Castel (2001) afirma que foi a partir de inúmeros casos e intervenções com indivíduos intersexuais que o fenômeno da transexualidade começou a ser especificado e definido. Santos (2011) também enfatiza o movimento do âmbito da Sociologia norte americana como marco na discussão em torno da transexualidade. Para a autora, as discussões sociais referentes as categorias de gênero, sexo e papéis sexuais, se concentraram em delimitar a fronteira entre o “mundo da natureza” e o “mundo da cultura” que englobavam a categoria transexual.

Ressalta-se então, que as discussões em torno da transexualidade não ficaram apenas no campo conceitual. Castel (2001) menciona diversas intervenções cirúrgicas que começaram a se constituir no início do século XX. Bento (2014) avalia que as primeiras cirurgias de

³ Intersexo é o termo comumente utilizado para designar uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não se encaixa na definição típica de sexo feminino ou masculino.

redesignação sexual ocorreram a partir de 1920 em sujeitos intersexuais – antes entendidos como hermafroditas. De acordo com Pelúcio (2012), por volta de 1950 foram publicados os primeiros estudos que registraram e defenderam a especificidade da transexualidade. esses primeiros estudos publicados podem ser considerados o início da construção do que a autora chama de “dispositivo da transexualidade” (Bento, 2006).

Bento (2006) respalda os estudos do endocrinologista Henry Benjamin como uma das principais referências da história da transexualidade. O médico, ao desenvolver pesquisas no campo da endocrinologia, elaborou ideias em torno do sexo e suas possibilidades de configurações. Em 1953, ao publicar a obra *O fenômeno transexual*, o médico em seu livro define e classifica a transexualidade especificando-a, definindo seus contornos em relação ao transvestimos, homossexualidade e hermafroditismo (intersexuais), “além de estabelecer uma condução terapêutica que iria se transformar numa referência na segunda metade do século XX” (SANTOS, 2011, p. 123).

Para Bento (2006) as pesquisas de Benjamin o levaram a elaborar uma tipologia referente aos vários tipos de sexos. É no campo do sexo psicológico que o médico inicia a problematização do fenômeno da transexualidade, no quais transexuais seriam indivíduos que não possuíam anomalia congênita, ou seja, apresentavam um certo distanciamento e uma incoerência entre o sexo de nascimento e o gênero com o qual se identificavam. Santos (2011) explica que para Benjamin essa definição apontava para “transexuais verdadeiros” em que esses apresentavam um desejo de ser do outro sexo, de pertencer e viver todo o tempo como uma pessoa do sexo apostado ao de seu nascimento. Em suma, seus componentes psicossociais e biomorfológicos, acreditando que o tratamento para esse sujeito em “discordância” e “disfórico” se determinava em hormonal e cirúrgico (BENTO, 2006). É importante destacar que os desejos dos pacientes aparecem na análise do médico como um elemento fundamental para produzir a definição da transexualidade e para trazer a mesma para o âmbito médico, tornando-se fundamentalmente uma preocupação do campo clínico, principalmente no que se referia as intervenções cirúrgicas como única solução para sujeitos transexuais (SANTOS, 2011).

Além do “transexual benjaminiano” corrente seguida e nominada em homenagem a Benjamin, Bento (2006) aponta outros importantes teóricos que buscaram compreender a transexualidade. Para a autora, os trabalhos de John Money também apresentam uma significativa importância na discussão da transexualidade. Conforme aponta Bento (2006) Money juntamente com outros pesquisadores, influenciados pelas discussões e correntes

sociológicas, construíram uma discussão em torno do conceito de identidade e papel sexual, iniciando, no campo médico, o debate sobre os comportamentos sociais para além da dimensão biológica do sexo. Santos (2011) aponta que a criação de uma clínica de Identidade Sexual, fundada por Money, em 1966, foi um dos principais campos de pesquisas sobre a transexualidade e fundamental na discussão e formulação das ideias em torno do conceito de identidade e papel sexual.

Para Bento (2006), as obras de Money definem a formação da identidade sexual como algo imprescindível na vida dos indivíduos, ou seja, seria aquele sentimento de pertencimento ao sexo masculino ou feminino. A incorporação do “conceito de identidade ao âmbito clínico permitiu pensar e explicar as nuances entre intersexualidade e transexualidade, incorporando a dimensão social aos comportamentos sexuais” (SANTOS, 2011, p. 125).

Além desses autores, Bento (2006) aponta as obras Robert Stoller como fundamentais para cartografar a história da transexualidade. Para a autora, tanto a obra *Sexo e Gênero* (1969) e *A experiência Transexual* (1982) estabelecem marcos na teorização do que se designa sexo, gênero, papel e identidade sexual. Conforme aponta Bento (2006) Stoller, busca definir e caracterizar o fenômeno a partir das experiências trabalhadas com pacientes. Nesse sentido, o primeiro passo foi a retirada do “transexualismo” da categoria das perversões, fortemente marcada pelos aspectos morais e realocada no campo clínico como uma “desordem pouco comum, na qual um indivíduo, anatomicamente normal, sente-se como membro do sexo oposto e deseja realizar a troca” (BENTO, 2006, p. 143).

Bento (2006) chama atenção ao apontar que a articulação entre os discursos teóricos e as práticas reguladores dos corpos ao longo das décadas de 1960 e 1970 ganham visibilidade com o surgimento de associações internacionais que naquele momento se organizam para produzir um conhecimento voltado a transexualidade e para discutir os mecanismos de construção do diagnóstico diferenciado dos gays e lésbicas. “Nota-se que a prática e a teoria caminham juntas. Ao mesmo tempo em que produz um saber científico, são propostos modelos apropriados para o ‘tratamento’”. (BENTO, 2016, p.21)

Partindo da discussão levantada, a construção da norma da transexualidade emergiu a partir de critérios científicos e clínicos, procedimentos mensuráveis, experiência com os corpos e subjetividades (SANTOS, 2011). Para Pelucio (2012), esse processo configurou-se por meio da construção do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero e de um desenvolvimento de uma condução terapêutica que marca de modo considerável a forma de vida dos sujeitos que vivenciam a experiência trans.

Por muito tempo, a transexualidade foi classificada como uma doença mental, caracterizada como Transtorno de Identidade de Gênero, denominação que ganhou legitimidade no *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders – DSM-IV*. Conforme apontam Serrano et al. (2017) muitos estudos associam o surgimento das categorias de gênero, entre elas a de transexual, ao sistema heteronormativo, que ao decorrer da história se formalizou por meio do “discurso médico e que estabeleceu as regras do que é considerado normal ou patológico, do que é masculino e do que é feminino, do que é saúde e do que é doença” (SERRANO et. al 2017).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) incluía até o ano de 2018 a transexualidade na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) em que era entendida como um transtorno de identidade ou disforia de gênero, classificado na CID-10. Na nova atualização da OMS, a partir de 18 de Julho de 2018, batizada de CID-11, a transexualidade passa a integrar um novo capítulo intitulado “condições relacionadas à saúde sexual”, e encontra-se classificada como Incongruência de Gênero, sendo despatologizada.

2.1.3 Movimento Travesti e Transexual no Brasil

Ao compreender que as realidades de cada sujeito não se dão de formas singulares e as diversas afirmações identitárias são fluídas e reconstruídas, tem-se como objetivo desta subseção contribuir para a reflexão sobre o movimento T, e debater sobre a construção das categorias “Travesti” e “Transexual” como identidades políticas na realidade brasileira.

Através da análise de uma das primeiras publicações voltadas para “homossexuais masculinos”, Carvalho e Carrara (2013) dissertam sobre a recente e interessante descrição realizada pelo jornal *O snob*, sobre categorias de identidade que estavam em disputa nos circuitos de sociabilidade homoerótica do Brasil no início da década de 1960. Os colunistas do jornal se preocuparam em descrever como se deu historicamente o processo do “modelo hierárquico” para o “modelo igualitário”. Conforme aponta Fry (1892), as relações afetivo-sexuais estavam fortemente baseadas na norma heterossexual que dicotomizava o gênero e produzia categorias identitárias complementares de “bicha” e “bofe”.

Barbosa (2013) e Carvalho e Carrara (2013) corroboram ao explicar que neste período o termo “travesti” não era utilizado como categoria propriamente de identidade. A expressão travesti geralmente aparecia em expressões como “ter um travesti” e “estar em travesti”. As

“bichas” realizavam bailes e concursos nos quais se vestiam com indumentárias femininas e assim apareciam “em travesti”.

Ao ser eliminado as categorias dicotômicas de “bicha x bofe”, no final da década de 1960, começa a parecer de forma mais evidente uma nova categoria o entendido. Conforme proposto por Fry (1982) esta categoria passa então a designar homens que se relacionam sexualmente com outros homens, independente dos papéis de gênero e da posição assumida durante o ato sexual. Simões e Facchini (2009) explicam que por meio das páginas do Snob, as identidades em disputas geraram diversos atritos e acusações, com as “bichas” acusando os “entendidos” de serem “bichas enrustidas” e os “entendidos” acusando as “bichas” de não contribuírem para a construção de uma imagem social positiva da homossexualidade ao agirem de forma afeminada.

Câmara (2002) salienta que é nesse momento, a distinção que antes era feita entre “entendidos” e “bichas” se reconfigura na distinção entre “homossexual” e “travesti”. Simões e Facchini (2000) relatam que as travestis só surgem como sujeito político a ser incorporado pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política de identidade começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas. Carvalho e Carrara (2013) evidenciam que

A construção do movimento com base nas identidades coletivas, em detrimento de um movimento em torno da questão da homossexualidade, possibilitaria a entrada de travestis sem que seus estigmas “contaminassem” a identidade “homossexual” ou “gay”. Logo, é possível afirmar que a categoria da identidade de “travesti” é relativamente mais moderna que a categoria “homossexual”, não se tratando, portanto, de uma categoria tradicional ou pré-moderna como seríamos tentados a considerá-la (CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 324).

Conforme aponta Simões e Facchini (2009) até o início dos anos de 1990, lésbicas, travestis e transexuais não estavam formalmente incluídas no ainda chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). A partir de pressão de mulheres lésbicas em busca da demarcação de suas identidades, em 1994, o MHB passou a ser designado de Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas (MBGL), assim como seus encontros nacionais, até então denominado de Encontros Brasileiros de Homossexuais, começaram a ser chamados de Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (CARVALHO E CARRARA, 2013).

Foi a partir daí, que o movimento – atualmente conhecido como LGBTQIA+ - começou a se apresentar de maneira mais objetiva como uma ação coletiva cuja autoria se remetia a uma espécie de federação de diferentes categorias sociais, que o movimento travesti e transexual, ainda não denominados desta forma, puderam encontrar algum espaço de representação política (CARVALHO e CARRARA, 2013). Conforme aponta os autores foi em 1995 que, pela

primeira vez, organizações de travesti participaram formalmente de um espaço do movimento, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Neste âmbito, criava-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Dessa forma, o termo “travesti” passou a fazer parte oficialmente da sigla, e também do nome dos encontros nacionais, como o que aconteceu em 1997, denominado de Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT). Na pesquisa de Carvalho e Carrara (2013) é possível acessar um relato de uma ativista militante travesti Jovana Baby, em que ela enfatiza que o movimento de Gays e Lésbicas não queriam em hipótese alguma alocar a sigla “T” no movimento. A ativista cita que foi por meio de muita luta e discriminação que conseguiram aprovar e inserir a sigla travesti ao movimento.

Simões e Facchini (2009) explica que nesse momento, a letra “T” acrescida à sigla do movimento dizia respeito apenas a “travestis”. A entrada formal da categoria “transexual” é mais tardia, passando a ter mais presença no cenário política nacional em meados da década de 2000, por uma pressão internacional fortemente marcada pelos estudos empíricos sobre a transexualidade. O termo “trans” aparecia (como ainda se acontece) ora como abreviação de “transgênero”, ora como uma abreviação de “transexual”. Nesse sentido, a pressão por parte de militantes internacionais para a adequação dos termos utilizados no Brasil àqueles utilizados internacionalmente se mantém até hoje (CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 333).

Simões e Facchini (2009) dissertam que foi em meio ao debate sobre transexualidade no movimento LGBT, no início dos anos 2000, que um novo termo, também importado da sexologia, foi incorporado ao vocabulário e linguagem militante ao lado do conceito de orientação sexual: a identidade de gênero. A noção do novo termo acabou se configurando como um elemento fundamental na consolidação da distinção das identidades entre travestis e transexuais de um lado e gays, lésbicas e bissexuais, de outro. Carvalho e Carrara (2013) explicam que enquanto as primeiras (travestis e transexuais) passam a organizar suas reivindicações em torno de problemas relacionado a identidade de gênero, os segundos se mobilizavam por questões referentes à orientação sexual. Barbosa (2013) salienta que a entrada ou a incorporação de travestis e transexuais num mesmo movimento de gays e lésbicas não foi um processo simples e que diversos fatores impediam a aproximação política de pessoas com experiências sociais muito díspares sob a mesma “bandeira do arco-íris”.

No pano de fundo do processo de construção da categoria “transexual” em uma identidade política diferente da de “travesti” Carvalho e Carrara (2013) evidenciam que há também de se levar em consideração a popularização do médico-psiquiátrico e a disponibilização de tecnologias de “mudança de sexo” nos serviços públicos de saúde.

Conforme explica os autores, em 1997 as cirurgias de redesignação genital deixam de ser consideradas “crime de mutilação” e passam a ser realizadas em caráter experimental em alguns hospitais brasileiros. Barbosa (2013) também corrobora ao apontar que nesse novo cenário, configura-se uma aliança estratégica de militantes do Coletivo Nacional de Transexuais com setores progressistas da academia. Essa aliança foi responsável por uma série de mudanças nas políticas públicas de saúde voltadas para a população transexual. Para Carvalho e Carrara (2013) enquanto as organizações de travestis surgiam do binômio violência polícia/AIDS, as organizações exclusivamente transexuais surgiam a partir de relações entre sujeitos que buscavam esclarecer a transexualidade e que demandavam políticas de acesso às tecnologias médicas de transformação corporal, mais especificamente àquelas relacionadas à redesignação genital.

A diferença entre travestis e transexuais exige uma resposta com linhas bem tênues. Muitas travestis utilizam de meios cirúrgicos para obterem um corpo feminino, ou para “flertarem” com ambos os gêneros, sem pretenderem mudarem a anatomia do seu órgão genital, enquanto transexuais podem ou não recorrer a mudança do sexo biológico através da cirurgia de redesignação genital. Para Facchini (2003) é necessário cuidado para não cair no simplismo e afirmar que as diferenças se estabelecem entorno da cirurgia de redesignação genital. Para a autora, tem-se afirmado uma separação das categorias num discurso expresso em que a identidade transexual se dá por meio do desejo ou realização da cirurgia enquanto na identidade travesti esse desejo e realização não existe. De acordo com a autora, há uma impossibilidade na consideração desta afirmação, pois isto implicaria no não reconhecimento de outras realidades e identidades, como por exemplo a de homens transexuais, quem em sua maioria não realizam a cirurgia e nem por isso deixam de se expressar e se identificar como homens.

Este cenário de disputa em volta das categorias de identidade de travesti e transexual são debatidas até nos dias atuais dentro do movimento T. O relato de Fernanda Moraes no trabalho de Carvalho e Carrara (2013) esclarece a ideia de que o termo Transexual é advindo de políticas internacionais, principalmente de uma política androcêntrica, que tem como definição sujeitos que apresentam incoerência entre órgão genital e identidade de gênero, e que essas identidades estariam submetidas dentro de uma definição “guarda-chuva”, reconhecida internacionalmente como Transgender (Transgênero/Transexuais). De acordo com os autores, a luta política entorno do reconhecimento da categoria travesti é um fenômeno presente especificamente na América Latina, uma vez que o termo Travesti é um termo latino-americano sendo encontrado principalmente no Brasil, e que a importância de adotar a categoria como

ferramenta política (por meio do corpo) se deu no intuito de afirmar a identidade travesti e ressignificar o termo que por muitos anos foi associada à marginalidade e prostituição.

De acordo com as ideias aqui discutidas, destaca-se então que as identidades são sempre construídas; elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade, não se pode estabelecer um momento em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida, visto que as identidades estão sempre se constituindo, e que são instáveis, fruto da representação humana através da performatividade, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997). No cenário político, a tensão entre grupos que incorporam diferentes identidades coletivas é marcada dentro do movimento até nos dias atuais. Conforme aponta Barbosa (2013) a argumentação de que “não se é uma mulher transexual”, mas “uma mulher que vivencia a transexualidade” possibilitou a reivindicação desta população para ocupar espaços políticos destinados às mulheres. O mais importante é reconhecer a autonomia das pessoas travestis e transexuais e reconhecer a identidade de gênero com a qual se identificam.

2.2 Preconceito e discriminação com expressões de violência

2.2.1 Diferença como aporte à desigualdade? Discussão sobre interseccionalidade

O debate acerca das diferenças sociais envolve diversas questões teóricas, metodológicas e políticas. Para iniciar uma discussão referente ao tema, torna-se primordial rever e debater as mais diversas abordagens feministas, dos estudos de mulheres e das teorias de gênero contemporâneas.

Debater sobre como a diferença causa desigualdade, ou como a falta de igualdade está marcada pelas diferenças é um desafio inerente, pois no decorrer da história, a noção do sujeito universal, ainda que de diferentes formas, sempre esteve marcado e presente nas ciências sociais, principalmente sinalizada pela preocupação com a ação política dos indivíduos na sociedade.

Influenciado pelos ideais iluministas, no pensamento liberal, a noção do sujeito social como universal, racional, livre e autônomo sempre esteve fortemente marcado. Mariano (2005) aponta que conceber a existência de um sujeito universal é atribuir-lhe homogeneidade. Partindo das categorias como classe social, mais valia e alienação, a crítica marxista atacou o

pensamento liberal expondo-o como preso ao interesse particular de uma classe específica, ou seja, da burguesia. “As pensadoras feministas marxistas ainda criticam o sujeito do liberalismo, apontando que além de burguês, o sujeito é também masculino, portanto, sua “universalidade” esconde sua especificidade” (MARIANO, 2005, p. 483).

Louro (2002), ao buscar outras autoras como Joan Scott, Judith Butler e Teresa de Lauretis assegura que a categoria gênero, como forma de análise além da classe, surgiu como uma reforma epistemológica.

Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia ou uma literatura das construções sociais e culturais do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder. O impacto dessa nova categoria analítica foi tão intenso, que, mais uma vez, motivo as discussões e mesmo algumas fraturas internas no feminismo. As relações de gênero parraram a ser compreendidas e interpretadas de muitas e distintas formas, ajustando-se a ou interpelando referenciais marxistas, psicanalíticos, foucaultianos, pós-estruturalistas... (LOURO, 2002, p. 15).

Para Scott (1990), a construção da própria categoria gênero necessita de uma teoria que a dê suporte. A autora explica que essa teoria deveria dar embasamento para que houvesse um questionamento das categorias unitárias e universais de conceitos que ao decorrer da história foram tratados como naturais, como a própria categoria homem e a categoria mulher. Mouffe (1999) explica que a crítica ao essencialismo e a necessidade de abandonar a categoria sujeito como uma entidade racional, permitiu pensar o sujeito como plural, heterogêneo e contingente.

Scott (1990) utiliza a crítica ao essencialismo para conseguir realizar uma crítica referente ao binarismo. Para a autora, as teorias necessárias para romper com o sujeito essencialista deviam ser teorias que permitam pensar em termos de pluralidades e diversidades e que rompam com o esquema tradicional das velhas tradições filosóficas ocidentais baseados em esquemas dicotômicos e binários que constroem hierarquias e fomentam as relações de poder e opressão.

Essa desconstrução do sujeito ao mesmo tempo que é uma crítica ao sujeito masculino universal é também uma crítica ao sujeito mulher, como já indicava Butler (2003). Uma fase inicial do feminismo se empenhava em identificar uma unidade em torno da categoria mulher. Para Butler (2003), essa fase foi necessária para o posicionamento da mulher no campo político na sociedade, e que ao questionar o sujeito masculino universal heterossexual e branco, era também necessário questionar a própria categoria mulher, que de nada tinha de universal.

As tentativas das teóricas feministas para construir um sujeito político feminista universal, buscando uma base comum em torno da categoria mulheres, receberam inúmeras críticas das feministas negras e latino-americanas. Para Mariano (2005), essa crítica ao

feminismo branco e dominante da época foi importante para questionar “o que é ser mulher” e denunciar a própria unidade entre mulheres que também poderia ser dominante, excludente e opressora.

É nessa perspectiva que Butler (2003) discorre sobre a necessidade de desconstruir o sujeito e principalmente a categoria mulher. Para a autora, essa desconstrução não levaria à sua morte, mas sim a novas possibilidades de re-significações. A autora declara que em vez de teorias que concebam o sujeito como antemão, são necessárias teorias que proponham a pensar como o sujeito é constituído e como diferenças e hierarquias são construídas e legitimadas nessas relações de poder. Butler (2003) alega que os estudos feministas, por muito tempo, indicaram uma política de falar enquanto mulher e pelas mulheres, e mesmo entendendo essa necessidade enquanto política, a autora enfatiza que essa necessidade também precisava ser reconciliada. O questionamento que a autora faz é que ao descrever o público a qual o feminismo fala, é necessário um debate interno sobre o conteúdo descritivo do termo.

Butler (2003) aponta que a crítica a identidade essencial não dirige para a rejeição total de qualquer conceito de identidade. Para a autora, ainda é possível, em limites, reter noções como “classe trabalhadora”, “homens”, “mulheres”, “negros” ou outros aspectos significativos que referem a sujeitos coletivos (relações de poder)

A partir dessa perspectiva, em que o debate sobre as diferenças encontradas no interior do movimento feminista se fortalece, a própria categoria diferença também precisou ser revisada, pois a discussão sobre identidades também é uma discussão sobre o significado da diferença. Mouffe (1999), ao considerar a rejeição ao essencialismo e à integração das diferenças, aponta para a realização de um projeto de democracia plural e radical. Nessa configuração, Scott (1990) enfatiza que a identidade desse sujeito múltiplo é construída discursivamente por vários outros componentes, como o sexo, a raça, etnia, classe, sexualidade, idade e etc.

Conforme aponta Louro (2011), é no interior das redes de poder, pelas trocas e jogos que constituem seu exercício, que são nomeadas e instituídas as diferenças e desigualdades. A autora esclarece que a expressão “diferença” pode adquirir diferentes significados em diferentes contextos sociais, políticos ou culturais. Louro aponta que as discussões sobre diferenças estão implicadas centralmente sob as relações de poder, mas destaca que o que está em jogo não são as diferenças propriamente ditas, mas sim as desigualdades que essas diferenças causam.

Para Brah (2006), diferença, diversidade, pluralismo, hibridismo são alguns dos termos mais debatidos e contestados do nosso tempo. Questões de marcas de diferenças estão no centro

de muitas discussões feministas e de gênero contemporâneas. Pelúcio (2011) explica que as discussões sobre os marcadores sociais da diferença são relativamente recentes, tendo seu ponto de referência no “feminismo das diferenças” nos Estados Unidos ao longo da década de 80. A autora explica que essa vertente teórica nasce como uma crítica à miopia do feminismo da época, voltado para mulheres brancas, anglófonas, cristãs, cisgêneras e heterossexuais. Pelúcio (2011) enfatiza que essa vertente buscou propor uma epistemologia crítica por meio de vozes periféricas capazes de “superar as limitações teóricas expressas nos binarismos homem/mulher, masculino/feminino, hetero/homo, tomados como essencializadores e biologizantes” (PELUCIO, 2011, p. 79).

O feminismo da diferença procura salientar que o sujeito é social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se interseccionam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais. (PELUCIO, 2011, p. 80).

Para Brah (2006), as formas de entrelaçamento de diferentes na produção de desigualdade sociais tem um processo bem mais antigo nos movimentos feministas. Essas desigualdades apontadas pelas autoras já eram marcadas em pautas de luta política ao movimento feminista abolicionista nos Estados Unidos em meados do século XIX. Para a autora a tensão política do feminismo nos EUA envolveu as relações entre raça e outras categorias como gênero e classe nas campanhas anti-escavidão. Brah (2006) explica que durante a década de 1830 as mulheres estadunidenses se transformaram em voz ativa no movimento abolicionista.

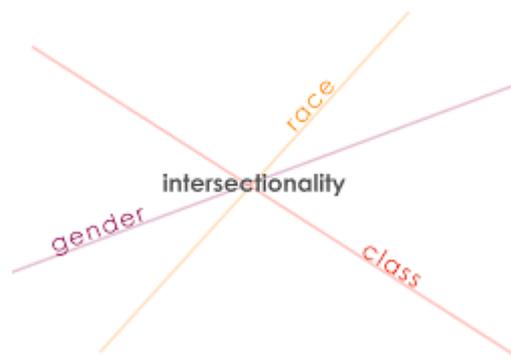
Brah (2007) ressalta que é importante apontar para estes fatos, pois as discussões referentes a diferença na década de 70 não provinham de campos necessariamente acadêmicos, mas também foram marcados pelos coletivos de ativistas negras e lésbicas. Dessa maneira, é imprescindível demarcar o papel das *Black Feminist* no novo impulso fundador da reflexão interseccional por meio dos marcadores sociais da diferença.

A extensa literatura existente tanto na língua inglesa quanta na língua francesa indica que o uso do termo interseccionalidade foi utilizado pela primeira vez num sentido de designar a interdependência das relações de poder, sejam elas de raça, sexo, e classe, encontrado num texto da jurista afro-americana Crenshaw (1989). Retomando o processo de contextualização histórica da formação do campo interseccional, em meados da década de 80, autoras publicam contribuições importantes e críticas acerca da categoria homogeneizante mulher e a necessidade de olhar as formas combinadas de diferenciação e desigualdade dentro da experiência de mulheres, como raça e classe social (DAVIS, 1981; HOOKS, 1981; COLLINS, 1984).

Uma boa síntese sobre o conceito construído de interseccionalidade, pode ser encontrada em Piscitelli (2008)

[...] É importante frisar que há distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade [...] a vertente do campo interseccional “raça”, “gênero” e “classe” não são vistas como facetas que existem em isolamento uma das outras, o caráter de articulação seria propriamente constitutivo das categorias, assim como das relações umas com as outras [...] dessa forma, essas categorias não são idênticas entre si, mas existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias [...] a interseccionalidade aborda os efeitos coercitivos das relações de poder e ao mesmo tempo preocupa-se com os pontos de fuga, de resistência e agência que práticas interseccionais podem produzir” (PISCITELLI, 2008, p. 268-269).

Figura 1- Interseccionalidade



Neste contexto, Pelúcio (2011) propõe em pensar a articulação desses marcadores sociais da diferença como prática, ou seja, como um movimento transformador de configuração relacionais (PELÚCIO, 2011, p. 80). Para a autora, a diferença só pode ser entendida relacionalmente, assumindo-se que existem normas e convenções tidas como válidas, mas das quais os “diferentes” se distanciam. Pelucio (2011) explica que o conceito de “diversidade”, tal como vem sendo operacionalizado, nubla as tensões que existem entre os muitos discursos produtores de visões de mundo, dificultando uma abordagem que considere as relações de poder implicadas na produção de regimes de verdades.

A necessidade de trazer para este trabalho o debate acerca dos marcadores sociais da diferença e suas intersecções, destina-se na importância de repensar as diversas desigualdades e preconceitos vivenciados pela população travesti e transexual, que além de estarem sujeitas a serem oprimidas por não estarem dentro da inteligibilidade de gênero, estão subalternizadas e subalternizados por estarem enquadradas no interior da sigla LGBTQIA+.

A escolha, conforme já mencionado anteriormente, de abordar o universo das pessoas Travestis e Transexuais num estudo sobre discriminação de gênero explica-se pelo fato de que os marcadores sociais da diferença são mais evidentes nesta população. Essas categorias da diferença são construídas socialmente, mas vivenciadas como se fossem “naturais”. Os marcadores sociais das diferenças também incluem outras categorias, sendo a preocupação principal dos estudos nesse campo compreender como essas diferenças são historicamente construídas e como estão interligadas (NUMAS, 2012).

Pelúcio (201) explica que a vivência da travestilidade e transexualidade vai ainda além da intersecção em que o gênero se encontra, pois encontra-se recortado no cotidiano binário das representações de gênero, um espaço de contestação, que nem sempre é consciente, em que “posições de sujeitos e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas e/ou repudiadas” (PELÚCIO, 2011, p. 80). Para a autora, as travestis vivem, muitas vezes, na tensão do binarismo de gênero, recusando por hora um e acentuando o outro. A complexidade que envolve tal identidade acontece, pois, suas vivências pessoais, conforme aponta a autora, “são informadas por discursos e práticas sociais que constroem “verdades” sobre como devem ser os homens e como devem ser as mulheres, e o que significa ser um ou outro” (PELUCIO, 2011, p.80).

Para ser entendido em toda a sua dimensão descritiva e analítica, o gênero precisa ser pensado em suas imbricações com raça que, por sua vez, não se separa facilmente de um pertencimento de classe e das representações sobre sexualidade, corpo, saúde, do que é ser mulher ou homem, presentes de maneira mais ou menos sistematizada nos diferentes grupos sociais (PELUCIO, 2011, p.81).

Por esta razão, compreende-se que a condição transexual se vincula de maneira acentuada a situações de discriminação. No caso dos estudos de sexualidade e gênero, parte-se, a orientação sexual pode ser vivida, em alguns casos, de forma íntima e até mesmo dissimulada, podendo ser omitida por meio de performances similares aos estereótipos da heterossexualidade (ALMEIDA e VASCONCELLOS, 2018). Já a travestilidade e a transexualidade é mais usualmente tomada como abjeção, pois rejeita o binarismo hegemônico e está marcada no corpo.

As experiências que constituem as travestilidades no Brasil estão entrecortadas pela racialização e sexualização de determinadas classes sociais e de certos fenótipos de cor, pela erotização de relações subalternizantes e pela exigência de uma coerência que deve ser corporificada entre feminilidade e passividade. Analisadas por esse prisma, as experiências dos sujeitos ganham sua dimensão cultural, social e política. Dessa forma, as diferenças são vividas como desigualdades, isto é, elas hierarquizam sujeitos e coletividades. Quando se trata de indivíduos, essas desigualdades tendem a singularizar, via estereótipos, esses sujeitos. (PELÚCIO, 2015, p. 80)

Ao contar com a contribuição de Brah, Pelúcio (2011) instiga a pensar a diferença como uma ferramenta política, e que seja capaz de fornecer determinados elementos que possam ajudar a articular os níveis micro e macrossocial, no sentido de questionar e refletir quais são os processos que marcam certos indivíduos e grupos como distantes, e como essas experiências enquanto diferença, os sujeitos são constituídos subjetivamente.

Pelúcio (2011) aponta que os processos sociais que têm constituído as travestis e transexuais como abjetos são marcados por discursos que tomam o corpo como alvo privilegiado dos mecanismos e das relações de poder e, assim, instituem verdade sobre o que são esses sujeitos. Conforme já apontado neste trabalho, a heterossexualidade, tomada como princípio torna-se sinônimo de normalidade. Dessa forma, aqueles que não se ajustam a esse padrão tem sido historicamente patologizados e subalternizados socialmente. Na perspectiva interseccional, sujeitos trans, negros e negras, que estão inseridos ou inseridas na marginalidade da classe social, além de vivenciarem o preconceito pela não inteligibilidade de gênero, perpassam por outras discriminações, como de classe e étnico-racial.

Essa discussão do não lugar de travestis e transexuais vai ao encontro do que Butler (2003) aponta em relação aos corpos, em que, a abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidades manifesta-se em políticas e na política. Louro (1997) enfatiza que os marcadores sociais da diferença nunca aparecem de forma isolada, eles estão sempre articulados na experiência dos indivíduos, no discurso e na política.

Nesse sentido, Henning (2015) alerta para evitar realizar uma análise no âmbito de estruturas absolutas que condicionaram identidades e subjetividades, criando dessa maneira, sujeitos meramente subalternos, invisibilizados e silenciados. Para a autora, o que precisa ser colocado em evidência são as possíveis formas táticas de agências interseccional, isto é, se atentar para os modos os quais os sujeitos potencialmente se utilizam de suas próprias marcas identitárias interseccionais, de modo a lidar com a criação, o questionamento e a desconstrução social de desigualdades.

2.2.2 Preconceito e discriminação – Transfobia

Bandeira e Batista (2002), ao realizarem uma reflexão acerca das ciências sociais frente à construção das diferenças e dis-semelhanças, buscam os fundamentos conceituais do preconceito e suas implicações nas categorias de discriminação e exclusão social. Segundo os autores, o preconceito, usualmente incorporado e acreditado, é a mola central e o reprodutor

mais eficaz da discriminação e de exclusão, portanto, da violência. Dessa forma, o preconceito se constitui como um mecanismo eficiente e atuante que tem a possibilidade de operar em todas as esferas da vida. Os múltiplos preconceitos de gênero, de cor, de raça, de classe, e etc. têm um lugar tipicamente, mas não exclusivamente, nas organizações.

Segundo Rios (2007), preconceito é qualquer forma de percepção mental negativa sobre indivíduos e grupos socialmente inferiorizados, bem como representações sociais conectadas a tais percepções, enquanto discriminação significa a “materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violações de direitos dos indivíduos e dos grupos” (RIOS, 2007, p. 28). Conforme aponta o autor, a discriminação pode ser direta e indireta. A discriminação direta é quando há um tratamento desigual, menos favorável, ou algum critério de hierarquização juridicamente instituído. Enquanto a discriminação indireta se dá pelas práticas de atos desprovidos de intenção discriminatória, aparentemente neutros, negando direitos a determinadas pessoas e/ou grupos marginalizados.

Nesta investigação, entende-se importante para o exame sobre discriminação e sobre discriminação interseccional o conceito jurídico de discriminação. Rios e Silva (2015) se apoiam nas instruções internacionais de proteção dos direitos humanos para elevar o debate. Para os autores, conforme os instrumentos internacionais, em especial a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (Nações Unidas, 1965), a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (Nações Unidas, 1979) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Nações Unidas, 2006) – todos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro – tem-se por discriminação “qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, o gozo ou o exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais, nos campos econômico, social, cultural ou em qualquer campo da vida pública (Brasil, 2009). Neste conceito, acrescenta-se a lista de critérios proibidos de discriminação, o que atenta para manifestações específicas de discriminação, tais como gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, deficiência e idade (Fredman, 2011).

Nesse sentido, é necessário destacar que a discriminação é um fenômeno múltiplo e complexo. Rios e Silva (2015) explicam que os diferentes contextos, redes relacionais, fatores intercorrentes e motivações que desencadeiam a discriminação não são redutíveis a um ou outro critério isolado. Para os autores, não basta reprovar a discriminação racial e a discriminação de gênero, pois a injustiça sofrida por mulheres brancas é diversa daquela vivenciada por mulheres

negras, assim como a discriminação experimentada por homens negros e mulheres negras não é a mesma, e a de um homem gay e uma mulher trans, também não – mesmo ambos estando inseridos no grupo LGBTQIA+. Nesse sentido, perceber a discriminação interseccional decorrente da articulação de diversas dimensões da existência humana, é ao mesmo tempo um desafio e uma necessidade, tanto para a ciência jurídica quanto para as ciências sociais.

Conforme apontam Rios e Silva (2015), por meio da perspectiva interseccional, torna-se possível lidar com os desafios da desigualdade e da discriminação, sem se desconsiderarem as subjetividades e as identidades concretas dos sujeitos envolvidos. A intersecção de diversos critérios, tais como raça, classe, gênero, orientação sexual e etc, é reveladora de maneiras particulares de opressão e privilégios (OLIVEIRA, 2006), possibilitando lidar de modo adequado com a realidade social que lhe desafia. Assim, Rios e Silva (2015) defendem que a discriminação interseccional fornece ferramentas para a identificação de estruturas de subordinação, o que ocasionam determinadas invisibilidades perpetuadoras de injustiças

Rios e Silva (2015) apontam que a discriminação interseccional ocorre quando dois ou mais critérios proibidos interagem sem que haja a possibilidade de decomposição delas. Conforme aponta a Comissão Europeia de 2007, a discriminação interseccional implica uma análise contextualizada, dinâmica e estrutural, a partir de mais de um critério de discriminação. Além disso, Megg Oliveira primeira travesti negra a se tornar doutora, aponta que mesmo dentro do movimento negro há uma presença, quase que absoluta de homens cis heterossexuais a frente das principais organizações que lutam pelos direitos da população negra. Para a autora, essas demandas gravitam em torno da realidade que vivenciam, reforçando inclusive alguns estereótipos e contribuindo para discursos normalizadores do negro heterossexual representado pela virilidade, força física, agressividade e violência. A autora problematiza, a partir dessa lógica, que a travestilidade e/ou transexualidade estaria desconectada do que ela denomina negritude, ou seja, “suas identidades, subjetividades e corpos não caberiam dentro do movimento social de negros e negras, pois estariam condicionadas a tipos de existências cujas vidas não são consideradas importantes” (OLIVEIRA, 2017, p. 42).

Os estudos iniciais sobre discriminação estão historicamente marcados pela luta e resistência do movimento negro, portanto pautados pelo racismo e pela exclusão da população negra da sociedade, e conseqüentemente, no mercado formal de trabalho. Segundo Vincent (1996), o racismo é um discurso que se encontra engendrado nas práticas diárias, mas que se mantém alimentado no imaginário dos indivíduos. Este imaginário é diariamente fortalecido e

estruturado por meio de uma série de práticas discursivas que alimentam a supremacia do ser branco sobre os demais.

Além da discriminação racial, há outros grupos sociais que também sofrem exclusão e segregação explícitas e não explícitas na sociedade. Rios (2007) observa que o antissemitismo, o sexismo e a LGBTQIAfobia são as expressões mais utilizadas e que tem relações diretas com a discussão sobre preconceito e discriminação nos debates atuais. Argumenta que os preconceitos contra grupos sexuais costumam ser estereotipados, ou seja, os grupos são reduzidos a traços peculiares e comportamentos, o que é reproduzido por várias esferas sociais, como a família, a escola, a igreja, entre outras.

O estigma e a discriminação vivenciados pela população LGBTQIA+ têm resultado em graves violações de direitos humanos, dificultando a erradicação da violência contra esses sujeitos. Por muito tempo, os estudos acerca da população LGBTQIA+ tem se restringido a estudos voltados para o homem gay. Essa especificidade se manteve estruturada durante anos, a ponto do movimento LGBTQIA+ ser recorrentemente denominado movimento gay, justamente pela dominação masculina da produção midiática e acadêmica sobre o movimento. Rodrigues e Ávila (2018) corroboram ao afirmar que a incorporação de outras identidades como lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais é recente e produto da emergência social e dos diferentes contatos interculturais e interseccionais promovidos pela internacionalização do movimento.

A escolha, conforme já mencionado anteriormente, de abordar o universo das pessoas Travestis e Transexuais num estudo sobre discriminação de expressão de gênero explica-se pelo fato de que os marcadores sociais da diferença são mais evidentes nesta população. A aversão, discriminação e violência praticadas contra travestis e transexuais denomina-se **transfobia**. Ela se manifesta sob a forma de opiniões negativas, de exclusão, de negação do acesso às políticas públicas, de agressões verbais e físicas, ou mesmo de assassinato. Segundo Butler (2002), a abjeção de certos tipos de corpos e sua inaceitabilidade manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia. Historicamente, no Brasil, a discriminação sofrida pela população travesti e transexual expressa-se no abandono e violência familiares, na evasão e exclusão do ambiente escolar, na falta de oportunidade de inclusão em situações de trabalho decente e na negação ao direito fundamental de existir.

Os inúmeros obstáculos enfrentados pela população travesti e transexual na integração social vão desde a negação da identidade, erotização dos corpos e o precário acesso a direitos básicos, como a educação, saúde e trabalho. Esses obstáculos vão sendo construídos conforme

os ideais regulatórios instituídos. Por exercerem em sua grande maioria, o trabalho nas ruas, a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos, o que representa a metade da média nacional (SENADO FEDERAL, 2017). Os números referentes aos assassinatos são alarmantes: no Brasil, apenas em 2017 foram contabilizados 179 assassinatos de travestis e/ou transexuais (ANTRA, 2017), ou seja, a cada 48 horas, uma pessoa transgênera foi assassinada no Brasil no ano referido. Segundo o dado publicado pela ONG *Transgender Europe* (TGEU), em novembro de 2016, o Brasil matou ao menos 868 travestis e/ou transexuais, liderando o ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas transgêneras.

Ao buscar explicar o expressivo índice de violência contra travestis e transexuais, a ONG TGEU aponta como a principal causa a vulnerabilidade imposta pela ocupação laboral na prostituição. De acordo com o ANTRA, 90% das travestis e transexuais se prostituem no Brasil, o que revela expressiva dificuldade enfrentada por essa população em ingressar no mercado de trabalho formal. Segundo Longo (2018), essa barreira tem início na dificuldade de inclusão escolar, pois a evasão e exclusão educacional alta está relacionada com a forte discriminação sofrida por colegas e professores. Conforme dados da Rede Nacional de Pessoas Transexuais do Brasil (Rede Trans), 82% dos transgêneros abandonam o ensino médio em decorrência da discriminação, bullying e falta de apoio da família.

De modo geral, a precariedade das condições de vida de travestis e transexuais estão relacionadas com o preconceito enraizado numa sociedade em que a heterossexualidade e cisnormatividade são dadas como naturais. Tatagiba (2018) explica que esses grupos e sujeitos, cada qual dentro de sua especificidade, lidam com uma sociedade heteronormativa que lhes cria barreiras para o acesso a direitos básicos, como saúde, educação, segurança e trabalho.

2.3 Carreira e Trabalho

2.3.1 Carreira e População Travesti e Transexual

Uma carreira tem um marcador social? Um ofício ou uma profissão tem gênero? Porque o gênero, classe, raça/etnia e outros marcadores sociais podem estar intimamente relacionadas ao contexto de trabalho? A partir desta provocação, torna-se importante ressaltar que carreiras compõem espaços históricos, dinâmicos e em processo de mudança, assim como também faz o gênero. Nesse sentido, realiza-se ao longo deste capítulo uma breve discussão referente a

trajetória do conceito de carreira e a aproximação com o conceito de gênero, e, por conseguinte, por conceito de gêneros não-inteligíveis.

Pode-se compreender, em termos históricos que a noção de carreira é recente, surgindo no decorrer do século XX ligada à ideia de sucessão de etapas de uma profissão ou em uma organização. Entende-se que o desenvolvimento do termo carreira se deu pelo fenômeno da moderna sociedade industrial, baseado nos princípios de igualdade, reconhecimento do êxito individual e crescimento econômico e social, contrapondo-se aos modos de vida ligadas à tradição, fortemente marcada na sociedade feudal (VINCENT, 1996).

É importante ponderar que o desenvolvimento do conceito de carreira não aconteceu dentro de um único campo teórico ou disciplinar e que não teve o mesmo significado ao longo do tempo. Em sua construção, no decorrer do século XX, o conceito de carreira passou por diferentes campos científicos que apresentaram diferentes contribuições, como a psicologia, sociologia, antropologia, administração, entre outros. Conforme aponta De Luca et al. (2016), inicialmente, os estudos sobre carreiras estavam condicionados ao campo das profissões e à estrutura das organizações. Segundo Arthur et al. (1989), o foco inicial dos estudos de carreira no campo da administração, concentrava-se na organização, sendo compreendida como uma sequência hierárquica que ampliavam responsabilidades e senioridade.

A partir dos anos de 1930, Everett Hughes, apresenta a carreira a partir de uma perspectiva interacionista, contrapondo a base funcionalista a sociologia das profissões americana (Arthur, et al., 1989). Hughes (1937) estabelece um conceito para carreira propondo que a mesma deva ser compreendida como “a sequência de papéis, status e cargos realizados pelo indivíduo”. Para o autor, a carreira se baseia em duas perspectivas: a objetiva e a subjetiva. Hughes (1937) explica que na perspectiva objetiva, compreende-se a questão dos status e cargos já estabelecidos em uma determinada sociedade, e na perspectiva subjetiva, a carreira contemplaria a concepção do indivíduo sobre os aspectos objetivos que abrange a sua própria vida. Na concepção dos aspectos subjetivos, Hughes (1937) compreende-se que direção, destino e percurso de carreira são maleáveis, uma vez que os indivíduos se orientam com referência a ordem social e são/estão posicionados diante das instituições e da coletividade.

Em 1970 Edgar Schein apresenta um novo conceito para carreira ao apresentar as âncoras de carreira⁴, um autoconceito firme que permite manter as ideias profissionais internas

⁴ Ao longo de suas pesquisas, Schein (1993, 1996) identificou padrões de escolha nas experiências profissionais, em função das diferentes autopercepções. Isso o levou a propor uma categorização de oito âncoras de carreira:

do sujeito, mesmo em meio a grandes mudanças e transformações externas, ou seja, destaca a importância do novo contexto das organizações para a compreensão das âncoras de carreira. Para o autor as âncoras indicam as capacidades, necessidades e valores individuais, e quanto mais experiente o profissional, maior a autopercepção acerca desses três elementos norteadores e a busca pelo equilíbrio entre as decisões profissionais (Schein, 1993). Ao longo de seus estudos na busca da compreensão de inclinações profissionais, o autor compreende que carreira é “a maneira como a vida profissional de uma pessoa se desenvolve ao longo do tempo e como é vista por ela” (Schein, 1993, p. 19).

Schein (1996) explica que a classificação das âncoras de carreira agrupa necessidades comuns a determinados grupos, mas que não devem ser interpretados como rótulo. O autor compreende a questão da carreira como um processo de desenvolvimento do indivíduo como um ser integral - ligadas às suas necessidades e características – as quais não se limitam apenas a vida laboral, mas como uma influência mútua do indivíduo em todos os espaços de sua vida. Para Schein (1993), a noção de carreira se constrói entre aquilo que o indivíduo espera no campo do trabalho (ambiente interno) e o que é esperado dele, dadas as políticas organizacionais estabelecidas (ambiente externo). Nesse sentido, apesar do reconhecimento da existência de um duplo espaço para se compreender carreira – interna e externa do indivíduo – a relação é pouco explorada pelo autor e por aqueles que utilizam sua base conceitual, concentrando-se assim, o foco e a valorização na ação individual.

De acordo com De Luca et al. (2016), apesar de existir uma multiplicidade de possibilidades para a compreensão de carreira, duas bases teóricas contemporâneas têm adquirido destaque nas pesquisas internacionais: carreira sem fronteiras e carreira proteana. A carreira sem fronteiras, baseadas em Arthur e Rousseau (1996), é o oposto da carreira organizacional – desenvolvida em uma única organização. O termo ‘sem fronteiras’ significa a ausência de limites de uma área ou de território ou mesmo falta de restrição, ou seja, múltiplos empregadores, empregabilidade, rede de relacionamentos e flexibilidade.

Conforme explica Arthur e Rosseau (1996) ao contrário da noção tradicional de dependência das carreiras organizacionais, a carreira sem fronteiras estabelece duas principais noções: a noção de independência do indivíduo, podendo deixar de lado a estabilidade adquirida em uma única organização (mobilidade física), resultando numa pluralização dos contextos de

competência técnica, competência gerencial, autonomia e independência, segurança e estabilidade, criatividade empreendedora, vontade de servir ou dedicar-se a uma causa, puro desafio e estilo de vida. A cada âncora está associado um padrão de motivações e de recompensas reconhecidas como tais.

trabalho, e a noção de um contrato psicológico (mobilidade psicológica) baseado na relação estável e orientada para um indivíduo com a sua organização. Assim, a carreira sem fronteiras tem como proposta romper com a carreira organizacional orientada gerencialmente, justificado pelas mudanças apresentadas no cenário econômico e organizacional, na qual a responsabilização do direcionamento da carreira seria inteiramente do indivíduo (Arthur, 1989).

No caso da carreira proteana, o termo tem seu fundamento na metáfora de significados, derivado do Proteus, deus do mar, que na mitologia grega alterava sua forma conforme a atuação demandasse, sendo adaptativo às mudanças do ambiente. Baseado nisto, Hall (2002) teoriza seu modelo de carreira em que o indivíduo é o responsável por autogerir a carreira e que valores pessoais direcionam sua tomada de decisão, para Hall (1996, p.8) “a carreira é impulsionada pela pessoa, e não pela organização, e vai ser reinventada individualmente ao longo do tempo, de acordo com a mudança pessoal ou do ambiente”.

Para o autor, duas dimensões são importantes para compreender essa nova carreira: a busca pelo sucesso psicológico e a aprendizagem constante. No primeiro, o sentimento de orgulho e realização pessoal são decorrentes do alcance dos objetivos – pessoas e profissionais – diferenciando-se do sucesso da carreira organizacional - baseada no aspecto financeiro. No segundo, a carreira passa para uma experiência de aprendizado contínuo e adaptável a mudança, deixando de ser considerada estágios cronológicos da vida. Nesta abordagem o indivíduo permanece em uma organização enquanto tiver suas necessidades atendidas e o vínculo baseado no desenvolvimento mútuo (Hall, 2002). O Quadro 1 ajuda a elucidar as duas dimensões desta concepção de carreira.

Quadro 1 – Duas dimensões da carreira proteana

Mobilidade física	Interesse em mover-se e efetiva movimentação entre diferentes empregadores/contextos.
Mobilidade psicológica	Atitude geral do indivíduo em trabalhar além das fronteiras organizacionais, demonstrando interesse em interagir com pessoas de fora da empresa e buscar novas experiências de trabalho e aprendizagem (percepção da capacidade de ação)

Fonte: Dimensões e atitudes da carreira proteana (Hall, 2006).

A carreira proteana reforça a ideia de que a carreira depende de versatilidade e constante adaptação, sendo uma construção dividida entre mudança e permanência. Inkson (2006) explica que nesta perspectiva o indivíduo reage de forma adaptativa e resistência a um período

de transformação, mas quem também precisa de um senso de auto direção. Para Hall (2002) nem todos os indivíduos já desenvolveram requisitos pessoais para assumir esse modelo de carreira, e neste caso, esses delegarão, como nos modelos tradicionais, suas trajetórias a uma organização e/ou instituição.

Conforme apontam De Luca et al. (2016), um dos grandes impasses destas duas correntes – sem fronteiras e proteana – é a supervalorização da ação e responsabilidade individual, suprimindo aspectos da estrutura social e organizacional. De acordo com os autores, este enfoque “centrado puramente no indivíduo negligenciou a presença ainda marcante das organizações, dos regulamentos profissionais e das categorias instituídas socialmente que interferem nas carreiras” (De Luca et al, 2016, p. 4). A respeito das transformações do conceito de carreira, Sullivan e Baruch (2009, p. 1543) propõe que as carreiras são “as experiências de trabalho e outros relevantes do indivíduo, tanto dentro e fora das organizações, que formam um padrão único na trajetória de vida do indivíduo”. Para os autores, uma definição fechada de carreira mais impede a exploração de novos caminhos de pensar a carreira, do que avança.

Nesse sentido, Chudzikowski e Mayrhofer (2011) sugerem a concentração de abordagens sobre carreira que tragam uma nova variedade epistemológica buscando referências que não se limitam a uma visão monodisciplinar. Para isso, a retomada do conceito de carreira proposto por Hughes (1937) por meio da abordagem interacionista, corrobora para pensar carreira por meio da interdisciplinaridade.

Conforme apontado anteriormente em Hughes (1937), a carreira objetivamente está relacionada como os status e cargos vivenciados pelo indivíduo enquanto subjetivamente, vincula-se a forma dinâmica que a pessoa interpreta sua vida. Quando há uma diferença entre o papel social e *status*, entende-se que há a possibilidade da existência de um **conflito** ou um **dilema** (Hughes, 1958). Na perspectiva do autor, os conflitos são resultados de uma contradição entre os aspectos subjetivos e objetivos, posicionando o indivíduo num espaço de dúvida e questionamentos dentre as escolhas, ou seja, numa contradição entre aquilo que o indivíduo concebe como seu papel social e aquilo que é seu *status*. Já o dilema é a contradição apenas entre os aspectos objetivos, em que “o dilema tende a ter como consequência a reorganização estrutural das instituições e processos de negociação do próprio indivíduo, variando de acordo com a sociedade em que ele encontra-se inserido” (De Luca, 2015, p. 461).

Na perspectiva de pensar a carreira de forma interdisciplinar, De Luca et al (2016) realizam uma apresentação e discussão dos conceitos do antropólogo brasileiro Gilberto Velho

como um aprofundamento teórico e de novas perspectiva para os estudos de carreira. A obra de Gilberto velho, conforme explica os autores, situa a análise no contexto brasileiro explorando as relações e trajetórias que se constroem em suas modernas e complexas sociedades urbanas. Com uma elaboração interdisciplinar para compreender carreiras de indivíduos e coletividade, os autores revisam as noções de Gilberto Velho com o enfoque no interacionismo de Hughes (2003, p. 28) enfatizando que “todos têm uma carreira, independentemente de estarem ou não inseridos em uma estrutura burocrática”. Os autores propõem que numa perspectiva de carreira interdisciplinar, quatro elementos da obra de Velho são considerados importantes, são eles: campos de possibilidade; projeto; negociação; e metamorfose.

De acordo com Velho (2003) os campos de possibilidade representam o conjunto de alternativas que apresentam ao indivíduo ao longo de sua carreira, estando aptas a serem reinterpretadas ao longo de sua vida. Conforme aponta Hughes (1937) a carreira pode ser compreendida como uma construção realizada a partir de objetividades e subjetividades que compõe as oportunidades em que o indivíduo vivencia, ou seja, a carreira é dependente do campo de possibilidade que o indivíduo está exposto. Nesse sentido, o campo de possibilidade é um conceito fundamental para compreender a maneira pelas quais os projetos movimentam-se ao longo de uma trajetória de vida (De luca et al, 2016).

No que se refere ao projeto, Velho (2003) aponta que dado o potencial de metamorfose, o indivíduo pode altera seus projetos ao longo de sua vida, negociando sua realidade contemplado outros projetos individuais ou de grupos. Conforme menciona o autor os projetos individuais de vida são influenciados por projetos coletivos e instituições, ou seja, projetos são heterogêneos e interdependentes. Nesse sentido, os projetos coletivos incluem traços de família, grupos e instituições.

A respeito da negociação da realidade Deluca et al (2016) pressupõem a diferença como um elemento constitutivo do mesmo. Para os autores, esta diferença está inserida num contexto de significados compartilhados, ou seja, de modo que a heterogeneidade que se revela na negociação da realidade pode ser considerada uma característica do social a partir da cultura. Para Velho (2003) por mais que exista a capacidade de escolha, essa escolha está ancorada em um conjunto mais amplo de valores e representações sociais.

Por fim, o conceito de metamorfose proposto por Velho (2003) e discutido por Deluca et al (2016) compreende a facilidade de trânsito do indivíduo nos campos de possibilidade,

estando relacionado às mudanças das trajetórias de um indivíduo no decorrer de sua vida, ou seja, quanto menor o poder de metamorfose, maiores serão as chances de conflito e dilemas.

Ao avistar o trabalho como uma das facetas do sujeito, Hughes (1958) aponta os ciclos de vida e os pontos de inflexão como processos intrínsecos da vida humana que marcam uma nova fase. Disposto a analisar as junções da vida de um sujeito, o autor destaca o caráter social “dos marcos que entrecortam e definem os ciclos de vida em uma sociedade, destacando a relatividade ao contexto cultural. O interesse do autor pela análise social das trajetórias pessoais (método biográfico), se dá pela reflexão da noção de ciclos em suas múltiplas possibilidades. Ao entender a vida como uma “totalidade composta por etapas sucessivas ordenadas através do tempo (Hughes, 1937, p. 32)” o autor reflete sobre os marcos que definem a passagem de uma etapa para a outra em diferentes sociedades, os chamados *turning points*, ou no português, **pontos de inflexão** ou ainda pontos de virada.

Conforme apontada por Hughes (1937) os ciclos que determinam o ritmo do curso de vida podem ser tantos individuais quanto coletivos. Os ciclos individuais se sucedem de acordo com ritos de passagem que marcam a vida dos membros da sociedade de forma individualizada. Esses ritos correspondem à expressão institucionalizada de certos sentimentos associados à passagem de um status social para o outro. Os ciclos são determinados por pontos de inflexão e estabelecem um elo bastante sólido entre a experiência subjetiva e a coletividade, ou entre o tempo histórico e a trajetória pessoa (Hughes, 1937). Entre os ciclos coletivos e individuais e entre os critérios que determinam os pontos de inflexão que pontuam o curso de uma biografia, pode-se perceber que o conceito apresentado sobre carreira a partir de uma perspectiva interdisciplinar possibilita pensar a questão da identidade e das trajetórias individuais por meio de uma análise social e não puramente individualizada. Através das biografias e das escolhas pessoais, despontam elementos que oferecem importantes perspectivas sobre mundo social, a despeito da alta carga de subjetividade.

Nesse sentido, a partir da concepção de carreira como um conceito interdisciplinar que compõe espaços históricos e dinâmicos, torna-se possível refletir acerca de como o **gênero** se aproxima nessa discussão de construção de carreira e quais as intersecções que compõe esse espaço com outros marcadores sociais da diferença. Conforme aponta Fraga (2019) ao compreender a perspectiva histórica, é possível explorar as circunstâncias em que organizações, sociedade e pessoas interagem e observar como a carreira – que podem também ser compreendidas como trajetórias profissionais – acompanham as mudanças advindas dessas interações.

É importante ressaltar que estudos relacionados a gênero e carreira na área da Administração têm ganhado espaço nos últimos tempos, porém, as discussões de gênero acabam aparecendo neutralizadas ao serem utilizadas como sinônimo para mulheres (Fraga, Gemili e Rocha-de-Oliveira, 2016). Os autores explicam que, mesmo que haja estudos que avançam na discussão do tema, como é o caso da Carreira Caleidoscópica, os debates ainda engendram discussões específicas de desigualdade de gênero no mercado de trabalho ausentando-se da discussão que levam em consideração os marcadores sociais da diferença. Fraga, Gemili e Rocha-de-Oliveira (2016) elucidam que esta lacuna não é exclusividade da área da Administração, e que na Antropologia, apesar da tradição de estudos da temática, gênero acaba por ser interpretado como sinônimo de sexo, aparecendo apenas como uma categoria descritiva.

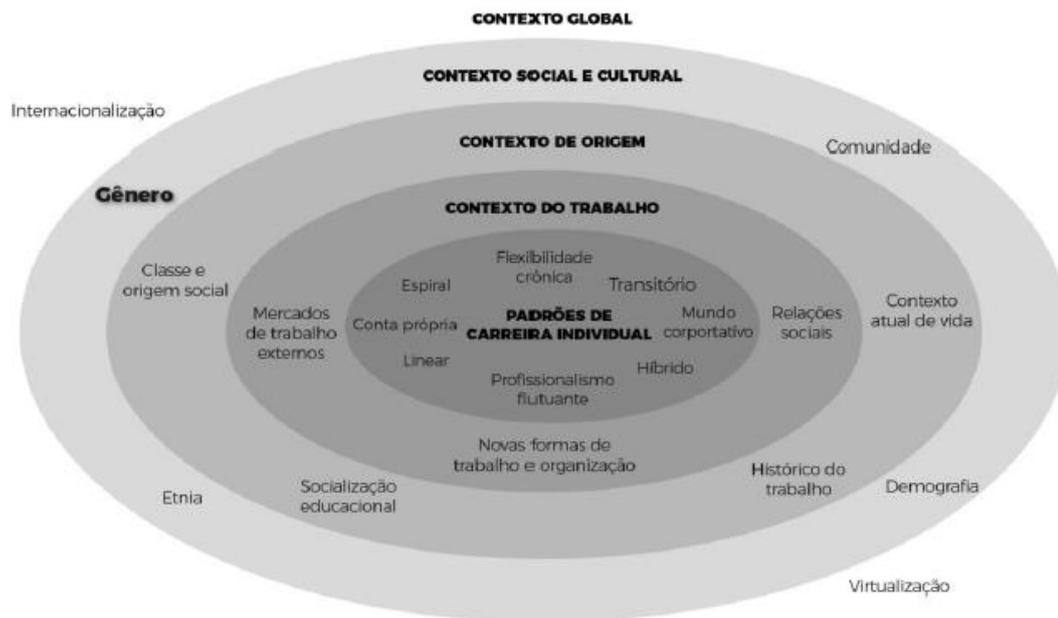
Lançar luz aos estudos de carreira que contemplam gêneros não inteligíveis, levando em consideração a intersecção dos marcadores sociais da diferença, parece ser um avanço importante na discussão da temática, uma vez que a população travesti e transexual têm suas trajetórias marcadas por processos de preconceito e exclusão. De acordo com Mayrhofer, Meyer e Steyrer (2007) carreiras são sempre carreiras em contexto, e são consideradas como um fenômeno social e político, logo, torna-se fundamental considerar os elementos que marcam o espaço em que se insere uma carreira, evitando que pessoas e trajetórias sejam estudadas individualmente sem levar em consideração aspectos que estrutura diferentes sociedades (Fraga, 2019).

Meyrhofer, Meyer e Steyrer (2007) fazem um levantamento dos estudos de carreira no campo interdisciplinar e apontam que além da capacidade de agência, ou seja, da capacidade individual do sujeito construir sua carreira, há determinados contextos que necessitam ser apontados nas discussões sobre trajetórias profissionais. Conforme explica os autores, tanto na teorização quanto na pesquisa empírica, há uma predominância de modelos e estudos que desconsideram os contextos em que os indivíduos estão inseridos, sublinhando e/ou enfatizando uma perspectiva centrada puramente no indivíduo.

Segundo Meyrhofer, Meyer e Steyrer (2007) existem quatro principais contextos que causam modificações nos padrões de carreiras, são eles: **contexto de trabalho, contexto de origem, contexto social e cultural e contexto global**. Conforme apontado na figura 1, partindo da trajetória de carreira individual, ao centro, as camadas externas referem-se aos múltiplos atravessamentos dos fatores contextuais de carreira.

O primeiro círculo de proximidade refere-se aos fatores contextuais vinculados ao contexto de trabalho. Aqui, o papel do ambiente econômico e institucional, mercados de trabalho externos e novas formas de trabalhar e organizar as relações sociais relacionadas ao trabalho podem ser identificadas como questões importantes. O segundo círculo refere-se ao contexto de origem. Dentro deste contexto, classe e origem social, status atual e socialização educacional e história individual do trabalho são questões importantes que emergem nas teorias. O terceiro círculo que se refere ao contexto social e cultural e quatro aspectos principais podem ser mencionados que constituem elementos contextuais importantes para a carreira dos indivíduos: **gênero**, raça/etnia, demografia e laços comunitários e sociais. E por fim o contexto global que abrange a internacionalização e virtualização.

Figura 2 – Principais fatores contextuais nos estudos sobre carreira



m

Fonte: Mayrhofer, W., Meyer, M. & Steyrer, J. (2007, p. 217).

Conforme apontado na figura 2, o gênero não-inteligível (foco deste trabalho) na carreira é marcado pelo contexto social e cultural. As esferas históricas que organizaram a vida social - e que ditaram a construção de gênero, mundo do trabalho, sistema de ensino e arena política - são sexualmente segmentadas (Scott, 1995), e envolvem diretamente o campo das trajetórias profissionais, delimitando com bastante precisão a segmentação das carreiras. Nesse

sentido, é importante refletir que além da capacidade de agência individual, condições sociais, econômicas, políticas e culturais, direcionam e delimitam as oportunidades e escolhas pessoais da carreira, e como fomenta Fraga (2019) são comumente atravessadas por marcadores sociais da diferença e suas interseccionalidades como gênero, raça/etnia, classe social, sexualidade e outros.

Vale destacar que, muitas carreiras carregam significativas marcações de gênero, e que nesse sentido, há determinados padrão de masculinidades e feminilidades envolta das profissões e do próprio mercado de trabalho. Conforme apontam Fraga, Gemili e Rocha-de-Oliveira (2016) o modelo ideal de profissional costuma carregar características e atitudes socialmente construídas como pertencentes a uma determinada masculinidade e feminilidade imposta, e assim, restringem acessos para quem não cumpre o padrão esperado, como é o caso da população travesti e transexual. Essa discussão vai ao encontro do debate realizado por Pelúcio (2011) em que a vivência da travestilidade e transexualidade perpassam a intersecção em que o gênero se encontra, pois encontra-se recortado no cotidiano binário das representações de gênero, em que “posições de sujeitos, subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas e/ou repudiadas” (Pelúcio, 2011, p. 80). Para a autora, a complexidade que envolve tal identidade acontece, pois, suas vivências pessoais são informadas por discursos e práticas sociais que constroem ‘verdades’ sobre como devem ser os homens e como devem ser as mulheres.

Mayrhofer, Meyer e Steyrer (2007) apontam que o gênero é considerada uma categoria central da injustiça, e que sexo/gênero ainda é um ponto cego ou uma categoria oculta na sociedade e na pesquisa, e que todos os membros da estrutura social, ativa ou passivamente, produzem e reproduzem injustiças baseadas em gênero. Nesse sentido entende-se que categoriais sociais influenciam as estruturas de oportunidades nas quais os indivíduos podem seguir suas carreiras. Os autores ainda ressaltam que independente da vontade individual, contextos proporcionam inclusão ou exclusão que resultam em dificuldades ou impossibilidades. Questões que partem do cenário global para os reflexos locais, como condições econômicas, políticas, sociohistóricas e culturais, formam um sistema social que direta ou indiretamente está relacionado com oportunidades com base em marcadores sociais da diferença como gênero, raça, etnia e/ou classe social.

2.3.2 Integração profissional da População Travesti e Transexual

O trabalho pode ser caracterizado como um elemento essencial na vida de todos os sujeitos, pois é um fator relacional da vida social. De acordo com Vargas (2006), o trabalho tem sido habitualmente concebido como uma atividade por meio da qual o ser humano estabelece uma relação metabólica com a natureza e o mundo social, afim de assegurar a reprodução de suas condições materiais de existência. Conforme aponta o autor, nas sociedades modernas, em que há uma forte demarcação da divisão social do trabalho⁵ e uma expansão das relações mercantis, o trabalho assume predominantemente a forma específica de um trabalho assalariado exercido no âmbito de compra e venda da força do trabalho.

De acordo com Vargas (2006), o trabalho supõe um conjunto de duas dimensões principais. Na primeira dimensão, o trabalho é definido como um conjunto de atividades específicas, que visa a fins e utiliza meios como instrumentos, conhecimentos, competências, tendo como base a ligação na relação entre trabalho-objeto e sua transformação. Deste modo, nesta primeira dimensão, o trabalho se caracteriza como um ofício, uma ocupação, uma profissão. Já na segunda dimensão, o trabalho é definido como uma atividade inscrita na vida social, dotado de reconhecimento, estatuto e retribuição social. Nesta dimensão, o trabalho implica uma determinada inserção do sujeito na sociedade, ou seja, nas relações com outros sujeitos sociais. Além disso, o trabalho, nesta segunda dimensão também se caracteriza como fonte de acesso a renda, mas não se limitando apenas na substância econômica objetiva do ato de trabalhar, senão também tendo o enfoque como um produto relacional.

Assim como Vargas, Castel (2003) não compreende o trabalho apenas como uma relação técnica. Na perspectiva do autor, o trabalho é a referência dominante tanto economicamente quanto psicologicamente, culturalmente e simbolicamente. Na argumentação do autor, o trabalho não pode ser interpretado apenas como uma relação técnica de produção, mas também como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Castel (2003) explica que, além do trabalho, outras formas de inserção relacional também determinam as condições de existência social dos sujeitos, como vínculos que os sujeitos estabelecem com o grupo social e familiar mais próximo, que contribuem para a percepção de pertencer a uma determinada comunidade. Assim, para o autor, as condições de vida, ou modos de existência

⁵ É importante destacar que o trabalho não remunerado, que é exercido na esfera doméstica e privada e de maneira também informal é frequentemente pouco reconhecido, mas que também exerce um papel fundamental na configuração das relações sociais.

social de diferentes grupos sociais são determinadas pela relação entre o trabalho e a inserção relacional.

No que concerne às redes de sociabilidade primária, a família pode ser compreendida como uma rede que cria laços entre os membros de seu grupo que geram sentimentos de pertencimento e interdependência. Nessa situação, as subjetividades são reproduzidas a partir das injunções da tradição e do costume. As relações familiares veiculam um papel que permitem a transmissão da cultura e a reprodução da existência social (Castel, 1998). Além da função de fornecer uma proteção aproximada e um sentimento de pertencimento, a família tem uma dimensão cultural “que é, ao mesmo tempo, uma maneira de habitar um espaço e de partilhar valores comuns sobre a base de uma unidade de condição (CASTEL, 1994, p. 42). A quebra dessa sociabilidade primária resulta da insuficiência do território familiar e social que rompem com a garantia de proteção do membro da família. Neste sentido, enquanto a precariedade econômica leva a privação, a fragilidade relacional resulta no isolamento social.

Apontando estes dois eixos – trabalho e inserção relacional – como dinâmicos, Castel (2003) indica a utilização de zonas de coesão social para a explicação das formas de existência social. Com isso, a relação entre os eixos do trabalho e da inserção relacional possibilita que o sujeito se identifique em quatro zonas de existência social, que têm em seus extremos a expulsão do emprego/isolamento social e a estabilidade no emprego/inserção relacional sólida. Essas zonas são definidas pelo autor como: integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação, conforme apontada na figura 3.

Figura 3 – Formas de existência social



Fonte: elaborado pelo autor.

De forma conceitual, na **zona de integração**, encontram-se sujeitos que associam trabalho estável com inserção relacional sólida em grupos familiares e sociais. A **zona de vulnerabilidade** caracteriza-se pela precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. A **zona de assistência** configura-se como uma zona de dependência segurada e integrada, em que estão os indivíduos que associam o não trabalho, por incapacidade de trabalhar (idosos e crianças, por exemplo). E na **zona extrema, a de desfiliação**, encontra-se a ausência de participação de qualquer atividade produtiva e o isolamento social.

A análise de Castel (2003) tem com preocupação de fundo a questão do laço social, e evidencia o impacto que a exclusão do mundo do trabalho representa para os indivíduos, pois sua argumentação explicita que em torno dos vínculos formais de trabalho se constroem uma série de garantias sociais, tanto no sentido objetivo como subjetivo. A escolha em focalizar a atenção à população travesti e transexual se justifica pela constatação de que esta população reflete não somente a situação de vulnerabilidade social, mas também é marcada por uma ameaça de desfiliação social. Desse modo, a desfiliação manifesta-se como uma ruptura em relação às normas de reprodução social hegemônicas, que controlam a inscrição social. A desfiliação se dá pela não-inscrição nas relações convencionadas e hegemônicas, que pode ser dada tanto pela negação dos indivíduos quanto pela falta de oportunidade de acesso aos mais variados espaços de existência. Com isso, a relação entre trabalho estável e inserção relacional sólida caracteriza como forma integradora, e inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir exclusão.

No âmbito da sociologia do trabalho, o trabalho mesmo tem sido considerado mais do que uma simples atividade social dentre outras. As investigações em torno das transformações do mundo trabalho têm se apresentado e se caracterizado como análises de transformações sociais profundas e que impactam diretamente o conjunto da vida social. Nesse sentido, o fenômeno da ‘precariedade do trabalho’ não poderia deixar de ser considerado (Offe, 1989). Para Vargas (2006), o tema da “precariedade” no âmbito da sociologia pode ser abordado no sentido mais amplo de uma “precariedade social”, tendo como foco os grupos sociais em situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social – como a população travesti e transexual, foco deste trabalho. Conforme aponta o autor, é no âmbito da sociologia do trabalho, que os estudos sobre “precarização do trabalho” ganham força e se multiplicam, identificando nas formas de organização do trabalho e de gestão da força de trabalho os fundamentos de um

processo mais profundo de fragilização dos indivíduos. “A precarização do trabalho estaria na origem, pois, de um processo mais amplo de ‘precarização social’” (VARGAS, 2006, p. 4).

Trazer o debate sobre precarização do trabalho implica ter presente esse horizonte para buscar compreender não somente a realidade objetiva quanto realidade subjetiva vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, de pertencer a uma realidade do trabalho em que se perdeu uma série de direitos adquiridos e conquistas. Pensar a questão da precarização do trabalho como um processo amplo de precarização social, implica também em problematizar a questão relacional do trabalho para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A precarização social e a precarização do trabalho somadas a uma exclusão social vivenciada pela população aqui estudada, faz com que se torne urgente a discussão sobre indivíduos que não vivenciam a inteligibilidade de gênero e que por este motivo encontram-se na margem da organização social, dificultando sua integração e permanência no mercado de trabalho formal.

Alguns estudos sobre os processos de precarização do trabalho apontam possibilidades interessantes para se analisar a questão da integração social. Druck (2011) defende o uso da expressão “precarização social do trabalho”, e aponta como um dos tipos (o primeiro, inclusive) de precarização no Brasil a vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais. A autora observa um alto grau de desigualdade entre diferentes grupos no que se refere ao acesso ao trabalho decente, refletindo um nível significativo de discriminação, sobretudo em relações às mulheres, mas também podendo ser referida a população negra e a população travesti e transexual.

Para Paugam (2003), a integração profissional é identificada com um elemento fundamental do processo de inclusão social. Assim como Vargas e Castel, Paugam problematiza a noção de integração social a partir do laço social. Conforme explica o autor, a integração profissional assegura aos indivíduos uma função ‘útil’ na sociedade através da aprendizagem e do exercício de uma atividade profissional. Para ele, é por meio dessa atividade que o indivíduo se integra à vida social, criando uma identidade social e profissional e estabelecendo laços de pertencimento.

De acordo com Paugam (2003), a integração possui duas dimensões fundamentais: a de proteção e a de reconhecimento. A proteção remete ao conjunto dos suportes que o indivíduo pode mobilizar face aos imprevistos da vida (recursos familiares, comunitários, profissionais, sociais, etc.); o reconhecimento remete à interação social que estimula o indivíduo ao lhe fornecer a prova de sua existência e de sua valorização defronte outro ou outros. De acordo com o autor, esses laços da integração asseguram aos indivíduos um lugar no mundo, uma satisfação

no trabalho e um reconhecimento pelo que fazem e pelo trabalho que realizam. Nesse sentido, um tipo ideal de integração necessitaria de dupla garantia: a) reconhecimento material e simbólico do trabalho como atividade profissional e b) de estabilidade do emprego e segurança econômica.

Neste sentido, Paugam (2000) sugere a existência de diversos níveis de integração profissional nas sociedades contemporâneas, seguindo a combinação de dois critérios propostos: a “integração estável” que articula satisfação no trabalho e estabilidade no emprego; a “integração instável” que articula satisfação no trabalho e instabilidade no emprego; a “integração laboriosa” que articula insatisfação no trabalho e estabilidade no emprego; e, finalmente a “integração desqualificante” que articula insatisfação no trabalho e instabilidade no emprego. Assim como o autor, Vargas (2006) também sugere que esta tipologia possa permitir analisar as desigualdades que atravessam o mundo do trabalho. O autor explica que mais do que a existência de um tipo único de integração, existe a necessidade atualmente de verificar como os diversos grupos sociais, segundo gênero, idade, etnia/cor, são diferenciadamente integrados no mundo do trabalho.

Nos termos propostos por Paugam (2000), é necessário considerar que a integração dos indivíduos e os laços sociais se configuram por meio de uma complexa articulação entre diversas instituições e esferas da vida, entre o público e o privado. Nessa análise, a integração profissional não deve ser dissociada de outros processos de integração social. Para Paugam (2000), a vida profissional e a vida extraprofissional (familiar, associativa, política, etc.) mantêm entre si relações que precisam ser apreendidas pela análise sociológica. Os trabalhadores mais afetados pela precariedade do trabalho e do emprego, segundo o sociólogo, tendem a ter maiores dificuldades nos espaços sociais fora do mundo do trabalho, e isso implica em maiores dificuldades no relacionamento social e subalternidade em relação a vida social e política. Nesse sentido, pode ser elucidado que há um efeito relacional entre as esferas da vida social, de tal forma que a dificuldade da integração na vida profissional repercute sobre todas as outras dimensões da vida social dos indivíduos.

No entanto, é necessário considerar que essas relações entre esfera profissional e esfera extraprofissional não se dão a partir de uma via de mão única. De acordo com Paugam (2000), ainda que a vida profissional tenha uma forte influência sobre as demais esferas, é preciso considerar o efeito inverso, isto é, de que a integração familiar, política e associativa e seus suportes materiais e simbólicos possam favorecer a integração profissional e proteger os indivíduos nos momentos de instabilidade profissional. O emprego e a atividade profissional,

nesse sentido, não devem ser analisados apenas em sua dimensão individual, mas no contexto dos grupos de pertencimento dos indivíduos e de suas estratégias coletivas.

A realização da discussão do efeito relacional entre as esferas da vida social para uma compreensão mais ampla da integração no trabalho está intimamente associada a discussão sobre carreira (Mayrhofer, Meyer e Steyrer, 2007) realizada no capítulo anterior. A investigação a ser realizada não deve abranger somente a dimensão individual, mas deve também considerar os contextos dos grupos de pertencimentos em que os indivíduos estão inseridos. Não há a possibilidade de investigar integração profissional e carreira sem a compreensão de uma perspectiva histórica, social, política, econômica e cultural, pois as próprias carreiras são carreiras em contextos, e tanto a carreira quanto a integração profissional são e estão atravessadas por marcadores sociais da diferença.

Assim, os significados do trabalho podem variar tendo em vista esse contexto social peculiar e os laços que nele se estabelecem. Conforme aponta Vargas (2006), o trabalho pode ser considerado, para certos grupos sociais, um meio para alcançar uma remuneração digna, para assegurar aos indivíduos um lugar no mundo, permitindo dessa forma, escapar à privação econômica e à pobreza. É notório que a compreensão de integração profissional, quando voltado para grupos em situação de exclusão, está intimamente associada a integração social (Castel, 2003); no entanto, é necessário buscar a compreensão de como acontece esse processo de integração e o que ele representa para a população travesti e transexual em termos de aprendizado sobre o mundo do trabalho nas suas experiências de vida.

A partir de uma perspectiva prática, as organizações de trabalho constituem-se como uma agência específica para a integração de minorias sociais, por meio de práticas organizacionais. O crescimento dos índices de inclusão e acesso da diversidade na força de trabalho no contexto organizacional vem crescendo, porém, ainda não há um consenso quanto aos modos de integração e de retenção para tratar da diversidade - aqui posto num sentido mais amplo - no mercado de trabalho formal.

A abordagem da diversidade no ambiente organizacional brasileiro se deu primeiramente com a discussão sobre cotas raciais, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, pautadas a partir das ações afirmativas (Maccali et al, 2014). Essa prática foi evidenciada pelas ações iniciadas por empresas norte-americanas que buscaram exercer algum tipo de responsabilidade social. A transposição e implementação não são consideradas um processo fácil, e, conforme explicam Alves e Galeão-Silva (2004), isso ocorre devido a três questões principais: a) o ceticismo dos próprios membros organizacionais em relação aos programas e à sua efetividade; b) a atitude preconceituosa em relação aqueles contemplados por esses

programas; e c) a dificuldade em modificar rotinas de recursos humanos para adaptação da questão da diversidade. Além desses aspectos, as ações afirmativas com base na raça alcançam novos desafios, uma vez que no Brasil o mito da democracia racial ainda é bastante presente e estrutural.

A prática das ações afirmativas no Brasil é considerada uma das medidas tomadas pelas organizações como forma de igualar as oportunidades de trabalho. Uma das ações mais utilizadas no país refere-se ao sistema de cotas que determina um percentual de vagas a serem preenchidas com pessoas com algum tipo de deficiência. A discussão entorno da integração profissional de Pessoas com deficiência (PCDs) no mercado de trabalho formal ampliou o debate sobre diversidade e apontou as principais lacunas e desigualdade no mercado em que, majoritariamente esteve ocupado por homens, brancos, heterossexuais e viris. Como destacado, o avanço da discussão sobre diversidade nas organizações se deu a partir das pressões legais e normativas existentes nos diversos países. No Brasil essa questão ficou evidente após a promulgação da Lei n. 8.213/91, que contempla a obrigatoriedade de organizações tanto públicas quanto privadas de reservar um percentual de suas vagas para pessoas com deficiência (Maccali et al, 2014).

Os índices de integração e acesso da diversidade na força de trabalho no contexto organizacional vêm crescendo, mas ainda não há um consenso quanto aos modelos de gestão utilizadas para tratar da diversidade (Fleury, 2000). O debate crescente sobre a integração profissional tem abrangido diversas categorias da diversidade, ampliando a discussão para diversas identidades como gênero, raça, etnia, classe, idade e etc, evidenciando a importância da integração profissional desses grupos, tanto para a diminuição da desigualdade no mercado de trabalho quanto para a desigualdade social. Contudo, é importante ressaltar que há inúmeros impasses na questão da integração social nesses espaços. Conforme aponta Franco et al. (2017), os espaços organizacionais são marcados por poderes, racionalidades, lugares e políticas e quem em muitos casos há apenas a inserção ou introdução das minorias na estrutura organizacional, e a sua permanência e retenção se dá de forma marginal sem reais possibilidades inclusão e desenvolvimento de suas capacitações.

Dentro de uma perspectiva prática sobre integração da diversidade no mercado de trabalho, o campo de gestão de pessoas e relações de trabalho tem apontado algumas diferenças sobre os sinônimos utilizadas para debater o assunto. Os termos **inclusão**, **inserção** e **integração** são colocados de maneiras distintas quando avaliadas sob o olhar da diversidade. Para Franco et. al (2017), não se deve considerar a **inserção** como sinônimos de **inclusão**, uma vez que as desigualdades e os processos discriminatórios podem continuar evidenciados nessas primeiras.

Para Assis e Carvalho (2014) a **inserção** acontece apenas como uma alocação das minorias sociais no mercado de trabalho. Nesta concepção é o sujeito que se adapta à realidade organizacional e não a organização que se transforma para receber o profissional. Já na concepção de **inclusão**, são as organizações que se adequam para acolher estes profissionais, permitindo que tenham condições de desempenhar um bom trabalho, ou seja, modificando o acesso ao trabalho, capacitando e informando o quadro de funcionários, cuidando de suas carreiras e os tratando com respeito e dignidade.

Neste sentido, a **inclusão** da população travesti e transexual no mercado de trabalho requer práticas de gestão específicas. Conforme explicam Franco et al. (2017), conseguir identificar as competências, alocar os sujeitos em lugares adequados e proporcionar condições gerais para o seu desenvolvimento é tarefa essencial da gestão de pessoas. Na concepção dos autores, a maior parte das organizações apenas cumpre com determinações legais e/ou morais e utiliza-se das mesmas para introduzir uma imagem social atrelada à responsabilidade, em que não há oportunidades efetivas para crescimento pessoal.

Com isso, desdobra-se então o que Magalhães (2014) vai chamar de contradição própria dos discursos de diversidade e inclusão:

Se por um lado o discurso pela diversidade é aparente, falseável, pois que em essência é justificado pela obtenção de resultados positivos, por outro pode servir de eliciador ao reconhecimento das minorias sociais, reduzindo sua invisibilidade” (Magalhães, 2014, p.10).

Almeida e Vasconcelos (2018) apontam para algumas práticas que podem contribuir para promover a inclusão das pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho formal. Para os autores, a responsabilidade das organizações em respeitar os direitos humanos precisa estar atrelada à uma atuação ativa do Estado, em especial por meio de atividade legislativa e regulatória. Para os autores, a contribuição que as organizações podem promover para incluir a população T está principalmente no respeito e no reconhecimento da identidade de gênero da pessoa contratada. Assegurar o **reconhecimento do nome social** em todos os atos do contrato de trabalho, mesmo quando não há retificação no registro civil é uma das principais maneiras de reconhecer a identidade do funcionário ou funcionária. Outra prática apontada pelos autores é a necessidade de **capacitação das pessoas responsáveis pela área de gestão de pessoas** da organização, para que aprendam a lidar com pessoas travestis e transexuais, desde o momento das entrevistas e da contratação. Neste sentido, há também propostas para a **sensibilização do quadro de funcionários da organização**, para que sejam respeitados o uso do nome social e o uso dos banheiros e vestiários de acordo com o gênero que a pessoa se identifica. Outra proposta apontada pelos autores é a importância da organização em **escutar as necessidades de seus**

funcionários e funcionárias e repreender casos de preconceito e discriminação que ocorram no ambiente de trabalho.

Embora haja uma tradição sobre os estudos de diversidade na linha de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho que defende a diferença entre os termos **inserção** e **inclusão** em graus de acesso, vínculos e reconhecimento, entende-se que o conceito de **integração** não perde o seu potencial explicativo, uma vez que não ignora as dimensões e qualidades de uma integração que seja realmente efetiva. Nesse sentido, este trabalho defende o termo integração, uma vez que ele consegue abarcar tanto uma visão sociológica do trabalho quanto das práticas organizacionais de gestão de pessoas. Acredita-se que um olhar atento a sociologia do trabalho e aos fatores de integração nas relações de trabalho com o auxílio de análise das práticas organizacionais, possibilita uma compreensão mais ampla sobre a questão relacional do trabalho e o papel deste na vida dos sujeitos, sem deixar de considerar os contextos que marcam as carreiras dessa população específica. Deste modo, entende-se que a realização da discussão entre sociologia do trabalho e práticas organizacionais não são excludentes, uma vez que se torna necessário jogar luz as discussões que relacionam as relações de trabalho numa perspectiva de relações sociais mais amplas e as práticas de gestão estabelecidas como forma de integração da população travesti e transexual.

Depreende-se que travestis e transexuais são indivíduos que ultrapassam as fronteiras de gênero, e causam insegurança na estruturação binária e polarizada de gênero que contestam o modelo heterossexista e cisnormativo de regulação da vida. Com isso, defende-se necessária uma ampliação da discussão referente à integração profissional, de modo a despertar e elucidar discussões que possam contribuir de algum modo para o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pela população travesti e transexual, principalmente no Brasil.

O trabalho de modo geral, deve proporcionar um papel produtivo e ser uma forma de convívio social. Franco et al. (2017) apontam que, pelo trabalho, os sujeitos sociais têm a possibilidade de “transformarem o contexto à sua volta e se desenvolverem em espaços relacionais, em que as mudanças no ambiente de trabalho podem refletir em mudanças significativas em diversas instâncias da sociedade” (Franco, et al, 2017, p. 48). Deste modo, a integração de pessoas travestis e transexuais no mercado de trabalho formal ainda é um desafio a ser alcançado, e a necessidade da promoção de um cenário mais equitativo e justo nas relações de trabalho se torna emergencial. A realização da discussão sobre diversidade de gênero nas organizações e as formas de preconceito existentes com trabalhadores e trabalhadoras transexuais e travestis torna-se fundamental no intuito de convidar a todos e a todas para uma

reflexão sobre o modo em que as organizações constroem a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Lakatos e Marconi (1996, p.15) o “pesquisar não é apenas procurar a verdade, é encontrar respostas para questões propostas utilizando métodos científicos”. Desta maneira, nessa etapa da pesquisa, são apresentados os caminhos e os métodos que a pesquisa percorreu para encontrar seus objetivos. O capítulo está estruturado da seguinte forma: tipo de pesquisa e abordagem escolhida para a pesquisa, a definição do método como História de Vida, a definição das categorias de análise e as técnicas de coleta e análise dos dados.

3.1 Tipo de pesquisa e Abordagem

Buscando compreender de que forma ocorre a integração profissional de pessoas travestis e transexuais a partir da caracterização de suas carreiras, optou-se por classificar este estudo como exploratório-descritivo de natureza qualitativa. Esta natureza preponderantemente qualitativa é coerente com a abordagem teórica adotada, tendo em vista que percebe o ator como central na construção de conceitos a partir da interpretação que faz da realidade.

Considerando o objetivo deste estudo e o fato do fenômeno social investigado ser coberto por aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, as abordagens qualitativas trazem contribuições fundamentais na pesquisa social, tendo em vista seu caráter investigativo, com ênfase nos processos e significados (Bodgan e Biklen, 1994). A pesquisa qualitativa tem como fonte de dados o ambiente natural em que se dá o fenômeno e, por meio de dados descritivos como entrevistas, depoimentos e gravações, o pesquisador procura compreender o significado das vivências do/das entrevistadas na situação estudada (Bodgan e Biklen, 1994).

Em estudos de ciências sociais aplicadas, os pesquisadores, ao utilizar métodos qualitativos, estão mais preocupados com o processo social e com o significado. Para Neves (1996), na pesquisa qualitativa o pesquisador procura compreender como as pessoas vivenciam a situação estudada e quais significados e valores são dadas a ela. Nesse sentido, a abordagem qualitativa permitiu conhecer e interpretar os significados do fenômeno social investigado a partir da percepção dos/das participantes, a compreender de que forma ocorre a integração profissional das pessoas travestis e transexuais.

3.2 Método - História de vida

Conforme aponta Minayo (2002), **o significado** é um conceito central da investigação qualitativa e responde a questões muito particulares nas ciências sociais. Busca incorporar o sujeito da situação estudada como produtor do conhecimento acerca de si, desenvolvendo pesquisas que partam das demandas relacionadas aos mesmos e que seus resultados possam colaborar na modificação do problema que se pretende investigar (Oliveira e Oliveira, 1981).

No âmbito da pesquisa qualitativa, os estudos biográficos compreendem uma orientação teórico-metodológica que vem desenvolvendo importantes métodos de investigações na área das ciências sociais e humanas. De acordo com Bonat (2008), **métodos biográficos** é um termo “guarda-chuva” utilizado para um conjunto de atividades relacionadas e com títulos variados, tais como: história de vida, análise narrativa, história oral, método interpretativo biográfico, entre outros. Conforme aponta Bonat (2008), os métodos biográficos encorajam a compreensão e interpretação da experiência através das fronteiras nacionais, culturais e tradicionais para melhor compreender a aspectos individuais em concomitância com o envolvimento na sociedade.

Dentre as várias abordagens qualitativas e biográficas, optou-se pela técnica da **história de vida**, acreditando que essa estratégia favorece os estudos para a discussão de aqui proposta. Godoi (2011) explica que através da história de vida é possível compreender não só as experiências individuais relatadas pelos indivíduos, como também entender os fenômenos sociais dos quais os indivíduos fazem parte.

Conforme aponta Bosi (1994), a história de vida é a narrativa individual, relatada da maneira como o próprio indivíduo a reconstrói. É uma investigação que, por meio da interpretação, valoriza o significado simbólico que os indivíduos atribuem aos fenômenos vividos por eles. De acordo com Queiroz (1988), é sob esse ponto que o método baseado na história de vida se torna valioso, pois por meio da narrativa, intersecciona-se vida individual e o contexto social e cultural dos indivíduos.

Atkinson (2002) explica que a história de vida se trata de um registro escrito, com base em narrativas pessoais, coletado por meio de entrevistas. Para o autor, o que diferencia o método é a contextualização pessoal, histórica, social, institucional e/ou política de narrativas, que revelam ações e emoções, bem como interações entre pessoas e eventos e que procuram desvendar essas forças que moldam, distorcem e alteram experiências vividas (Hatch e

Winsniewski, 1995; Closs, 2009).

Segundo Closs (2009), embora a unidade de análise da história de vida sejam as vidas individuais, o papel do pesquisador é o de desvendar, através dos acontecimentos significativos da narrativa, as relações estabelecidas com membros do seu grupo e da sua camada social, encarando as/os participantes como representante do grupo da sociedade em que está inserido, no intuito de revelar seus traços. Para Hatch e Wisniewski (1995, p. 128) “o pilar das histórias de vida e das narrativas está na dialética entre as experiências únicas dos sujeitos e as limitações das amplas estruturas sociais, políticas e econômicas”.

Conforme explicam Santos e Santos (2008), a história de vida permite obter informações na essência subjetiva da vida do sujeito, utilizando-se das trajetórias pessoais no âmbito das relações humanas. Busca conhecer informações contidas na vida pessoal de um ou de vários informantes, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o tema. Em pesquisas narrativas, dá-se ao sujeito liberdade para dissertar livremente sobre uma experiência pessoal em relação que está sendo indagado pelo pesquisador.

De acordo com Closs e Rocha-de-Oliveira (2015), a utilização da abordagem de história de vida pode auxiliar na compreensão de aspectos objetivos (contexto econômico, político, histórico e social) e os aspectos subjetivos (papel do espaço, do tempo, das emoções), resultando em construções sociais e de sentido, inerentes a indivíduos e coletividades situadas em contextos organizacionais específicos.

De acordo com Jaime (2007) apesar de ser bastante utilizada nas ciências humanas, a exemplo da antropologia, sociologia, história, psicologia e educação, a história de vida ainda é pouca utilizada no campo organizacional. Nesse sentido, optou-se por utilizar a história de vida como estratégia metodológica por entender que a mesma favorece a análise das trajetórias de vida de travestis e transexuais, caracterizando suas carreiras e investigando a integração no mercado de trabalho formal.

3.3 Definição das categorias de análise

É importante destacar que no método de História de vida as categorias emergem a partir dos dados (Riessman, 2005); neste caso, contudo, optou-se por construir a priori um quadro teórico mínimo para dar suporte às categorias temáticas que emergiram a partir da coleta de dados. Essa análise pareceu ser adequada ao quadro teórico assim como ao objeto de pesquisa,

uma vez que ela assume uma pluralidade de verdades, os vínculos entre esferas individuais e coletivas para uma análise interseccional das carreiras de pessoas travestis e transexuais (RIESSMAN, 2000).

Nesse sentido, a definição das categorias de análise foi realizada em dois momentos. No primeiro momento, foram definidas algumas categorias *a priori*, na busca de reforçar a importância do entendimento dos termos utilizados nesta pesquisa bem como sua operacionalização. Tratando disso, Martins e Pelissaro (2005) apontam que o conceito são palavras que expressam uma abstração intelectualizada da ideia de um fenômeno ou de um objeto observado, ou seja, todo o processo que torne possível a descrição, classificação e previsão do objeto. No que refere-se à definição operacional, os autores enfatizam que a definição de algo determina a extensão e compreensão de um objeto ou abstração, demarcando o objeto definido, de forma a torna-lo inconfundível. Dado este motivo, a definição é compreendida como uma operação pela qual se determina e se enuncia o entendimento de um conceito, sendo esta definição uma declaração do significado de um conceito, ou seja, o uso que se pode fazer do conceito em um dado campo de investigação. Com esta finalidade, são apresentadas a seguir, as categorias de análise *a priori* que fazem parte deste estudo, bem como suas conceitualizações:

Quadro 2 – Categorias de análise

Carreira	“A sequência de papéis, status e cargos realizados pelo indivíduo”. Sendo compreendida em duas perspectivas: a objetiva, ligada aos status e cargos já estabelecidos, e a subjetiva, que contempla a concepção do indivíduo sobre os aspectos objetivos que contempla e sobre sua própria vida (HUGHES, 1937).
Contextos de carreira	Contextos marcam o espaço em que se insere uma carreira. Há quatro principais contextos que causa modificações nos padrões de carreira: contexto de trabalho, contexto de origem, contexto social e cultural e contexto global, nesse sentido, carreiras são sempre carreiras em determinado contexto (Meyrhofer, Meyer e Steyrer 2007).
Integração profissional	É o processo de vinculação social a partir do exercício de uma atividade de trabalho. Para Paugam (2003), é por meio dessa atividade que o indivíduo se integra à vida social, criando uma identidade social e profissional e estabelecendo laços de pertencimento. Ainda para o autor, a integração possui duas dimensões fundamentais: <ol style="list-style-type: none"> 1) a de proteção, que remete ao conjunto dos suportes que o indivíduo pode mobilizar face aos imprevistos da vida; 2) a do reconhecimento, que trata da interação social que estimula o indivíduo ao lhe fornecer a prova de sua existência e de sua valorização defronte outro ou outros.

Fonte: elaborado pelo autor

3.4 Técnica de coleta dos dados

De acordo com Chase (2005) a história de vida pode revelar comportamentos e técnicas, valores e ideologias e outros aspectos importantes de uma sociedade ou grupo, nesse sentido, um aspecto habitual em pesquisas narrativas é o reduzido número de participantes que compõe a pesquisa.

Riessman (2005) não recomenda a história de vida para estudos com grande número de participantes, uma vez que a abordagem demanda tempo e dedicação tanto do pesquisador quanto dos participantes. Seguindo essa premissa, limitou-se a sete o número de participantes da pesquisa, quando na sétima entrevista, padrões comuns foram identificados levando a um determinado esgotamento dos dados. A seleção dos/das participantes da pesquisa teve como critério mulheres e homens transexuais que em algum momento de suas vidas tiveram acesso ao mercado de trabalho formal. É importante destacar que, a partir do conceito de carreira interacionista proposto por Hughes (1937), todos os sujeitos têm uma carreira, independentemente de estarem ou não inseridos numa estrutura burocrática. No entanto, optou-se por este critério de seleção, pois o pesquisador considerou importante demarcar, dentro desse universo, pessoas que chegaram na condição de acesso ao mercado de trabalho formal, uma vez que o índice de trabalhadoras e trabalhadores transexuais e travestis que só atuam no mercado de trabalho informal é altamente expressiva. Assim, a escolha pelo critério de pessoas transexuais e travestis que tivessem tido acesso a espaços de trabalho formal foi tomada por se compreender que nestes casos haveria possibilidade de explorar, para além dos obstáculos que esses sujeitos encontram no acesso a oportunidades de trabalho mais qualificadas, quais as condições favoráveis para que a integração profissional aconteça.

Foi utilizada, para a definição dos/das participantes da pesquisa, a técnica em cadeia de referência Snowball ou a “Bola de Neve” (Goodman, 1961). De acordo com Biernack e Waldorf (1981), o método em cadeia produz uma amostra de estudo através de referências feitas entre pessoas que compartilham ou conhecem outras pessoas que possuem algum caráter e/ou característica de interesse da pesquisa. Os autores apontam que o método se torna adequado quando o foco do estudo está em uma questão delicada e que seja de um assunto relativamente privado e, portanto, requer o conhecimento de iniciados para localizar sujeitos para a pesquisa. Para os autores, no caminho metodológico percorrido pela técnica em cadeia, o pesquisador deve ativamente e deliberadamente desenvolver e controlar o início, o progresso e a rescisão do processo de escolha para a composição da pesquisa (Biernack e Waldorf, 1981).

Tendo como cursor inicial a ALGBT – Rio Grande (Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Rio Grande), foi realizado o primeiro contato com a associação no mês de março de 2020, solicitando participantes para a pesquisa. A escolha inicial pela associação se deu pela conveniência do pesquisador, uma vez que o mesmo reside cidade do Rio Grande, facilitando o contato. Após este primeiro contato, foi agendada uma entrevista. Esta primeira entrevista foi realizada por vídeo chamada em abril do mesmo ano. A partir do primeiro contato com a entrevistada, foram solicitadas indicações de outras pessoas travestis e transexuais que tiveram acesso ao mercado de trabalho formal, sem estabelecer um recorte geográfico. Com isso, a participante inicial do estudo indicou outra participante e assim sucessivamente.

Objetivando compreender as trajetórias de vida e analisar a integração profissional de pessoas travestis e transexuais a partir da caracterização de suas carreiras, foi empregado como instrumento de coleta de dados a entrevista em profundidade. De acordo com Atinkson (2002) na realização de uma entrevista aprofundada de uma história de vida há muita subjetividade, e isso se estende também na sua interpretação, uma vez que é necessário que o pesquisador se adeque a situações, circunstâncias e ambientes específicos. No que se refere as questões para a obtenção da história de vida, o autor enfatiza a impossibilidade de seguir um roteiro rígido de questão, sendo importante considerar cada história como singular.

Ao longo deste percurso, na busca de sujeitos e sujeitas para compor a pesquisa, o esforço metodológico para a realização das entrevistas passou por uma mudança significativa, pois, o contexto de distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19 se mostrou um limitador relevante para a realização do campo empírico. Nesse sentido, todas as entrevistas desta pesquisa foram realizadas por vídeos chamadas via Skype e/ou hangout.

As entrevistas foram agendadas num ambiente virtual devido ao contexto pandêmico e foram realizadas nos horários escolhidos pelos participantes, buscando um ambiente tranquilo para que os entrevistados e as entrevistadas pudessem falar livremente, e que se sentissem confortáveis (Maclean et al., 2012). No contato inicial, o termo de consentimento livre e esclarecido foi enviado para os/as participantes da pesquisa para a aceitação da entrevista (o modelo do termo encontra-se no anexo A). A justificativa e o objetivo do estudo foi informando e solicitou-se a concordância com a gravação de áudio das entrevistas garantindo que suas identidades fossem preservadas. Conforme apontam Sheftel e Zembrzycki (2010), a preservação das identidades e o anonimato nas entrevistas de pesquisa é entendido como uma forma de indicar uma relação de confiança e liberdade com as/os participantes. Pela escolha do

método, a gravação das entrevistas se torna fundamental, uma vez que, além de registrar e preservar os detalhes das narrativas dos/das participantes, o pesquisador pode ter acesso para observar pontos importantes.

No primeiro momento da entrevista, propor-se aos participantes que narrassem de modo livre suas trajetórias de vida, evidenciando experiências que foram significativas e que impactaram suas histórias. Neste primeiro momento, não houve intervenção do pesquisador, optando por assumir uma posição de seguir os caminhos que os/as participantes escolheram contar suas histórias. Na segunda entrevista, solicitou-se aos participantes que respondessem algumas dúvidas e indagações que surgiram durante a primeira entrevista. Durante o processo de coleta de dados foram registradas observações em que o pesquisador considerou importante para a realização do estudo, seja antes, durante ou depois da narrativa (Demartini, 1988). As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril a setembro de 2020. As primeiras entrevistas tiveram duração de aproximadamente uma hora cada, e as segundas por volta de 25 minutos. Selecionaram-se histórias de vida de 7 pessoas transexuais e travestis com o universo de análise neste estudo. Ao final das entrevistas solicitou-se aos participantes que recomendassem nomes fictícios para a composição da pesquisa. Devido à grande invisibilidade da população travesti e transexual nos espaços públicos e formais, algumas participantes não optaram por nomes fictícios e escolheram manter suas verdadeiras identidades.

3.5 Técnica de análise dos dados

Para elaboração dos resultados, as entrevistas foram transcritas, a maioria no dia seguinte, palavra por palavra, para que nenhum detalhe fosse perdido. Cabe ressaltar que após as transcrições, os documentos transcritos foram enviados para os/as participantes individualmente, para que pudessem ler e caso fosse necessário, solicitar alterações. Nenhum participante da pesquisa apontou a necessidade de alteração referente ao teor do material transcrito. Após este evento, foram realizadas leituras minuciosas de cada história de vida, no intuito de buscar significados e experiências relevantes para cada participante, destacando trechos considerados importantes da narrativa (Santos e Santos, 2008). De acordo com Demartini (1988) é recomendada a realização de várias leituras cuidadosas do material coletado e transcrito, direcionando a decisão dos caminhos a serem percorridos, sem perder de vista o objetivo da pesquisa.

O conjunto de informações do material, envolveu a identificação de semelhanças e diferenças das narrativas, definindo **categorias temáticas** que emergiram das entrevistas e que tiveram auxílio do referencial teórico previamente estabelecidos (Riessman, 2005). A análise temática, conforme aponta Santos e Santos (2008), consiste em descobrir núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja frequência de aparição podem significar algo para o objeto analítico escolhido. Nesse sentido, a categoria “tema” pode ser entendido como uma “unidade e significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Santos e Santos, 2008, p. 717). Os temas em comuns foram grifados no texto transcrito, e cada tema foi grifado com uma cor diferente para facilitar a análise.

Num segundo momento, procedeu-se a análise do que havia sido destacado, construindo em breve esboço analítico. Os trechos selecionados contribuíram para a identificação de subcategorias. A fim de analisar tanto temas em comuns que emergem das entrevistas, quando as peculiaridades individuais dos participantes, foi construído um mapa conceitual para cada participante da pesquisa, conforme encontrando no apêndice B, Inspirado pelos modelos de Spink (2002) e Closs (2009), a construção do mapa permitiu sintetizar os processos de análise das práticas discursivas, contribuindo para a definição das categorias de análise, refletindo os objetivos da pesquisa, organizando os conteúdos em categorias e mantendo as falas dos/das participantes. Conforme aponta Spink (2000) os mapas não são técnicas fechadas, há um processo interativo entre as análises das narrativas e a elaboração de categorias, em que o próprio processo de análise pode conduzir à redefinição das categorias.

Além dos mapas conceituais, foi realizada as sínteses das histórias de vida de cada participante. As sínteses aparecem na primeira parte da análise dos resultados na apresentação dos participantes da pesquisa.

Nesse sentido, a análise pode ser marcada por dois momentos: o primeiro, no qual buscou compreender a trajetória individual de cada participante, e o segundo, quando se procurou levantar aspectos que fossem similares no conjunto das trajetórias, a partir de uma categorização temática. Para melhor compreensão, a figura 4 representa a síntese dos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

Figura 4: Síntese dos procedimentos metodológicos



Fonte: elaborado pelo autor

Dentre as limitações da aplicação do método, destaca-se o acesso ao campo, o tempo necessário para a realização da pesquisa, a qual envolveu uma série de entrevistas extensas e a transcrição dos relatos e análise de cada um deles ao restringir o número de participantes no estudo. Em questão de espaço-tempo, como as entrevistas foram realizadas por vídeos chamados, algumas delas apresentaram falhas e problemas em rede de internet, tendo que ser continuadas no dia seguinte.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentadas as análises e as discussões a partir das histórias de vida dos participantes e das notas de observações realizadas durante as entrevistas. Conforme apontado na metodologia, foi realizada uma análise temática buscando experiências e significados relevantes em cada uma das/dos participantes, com suporte dos mapas conceituais, conforme propostos por Spink (2002). O conjunto de informações envolveu a identificação de semelhanças e diferenças das narrativas, definindo as categorias temáticas que emergiram das entrevistas e que tiverem auxílio do referencial teórico. Nesse primeiro momento, apresenta-se uma breve síntese das trajetórias individuais das/dos participantes a fim de compreender as histórias de vida apresentadas nesta pesquisa. Para ilustrar, o Quadro 3 a seguir sintetiza algumas informações do perfil das/dos participantes. Destaca-se que após cada síntese apresentada, uma figura estará indicada com o intuito de caracterizar as carreiras das/dos participantes, a partir de uma ordem cronológica.

4.1 Apresentação das/dos participantes e caracterização de suas carreiras

Quadro 3 – Perfil das/dos participantes

Nome	Identidade	Idade	Raça/ etnia	Escolaridade	Profissão	Cidade/Estado
André	Homem Trans	27	Branca	Ensino superior completo	Monitor em escola municipal	Pindamonhangaba/SP
Francine	Mulher Trans	42	Branca	Ensino Superior completo	Psicóloga	Rio Grande/RS
Marcela	Mulher Trans	40	Branca	Ensino médio completo	Operadora de Caixa	São Paulo/SP
Roberta	Mulher Trans	26	Preta	Ensino superior completo	Assistente de Administração	São José dos Campos/RJ
Tabata	Mulher Trans	43	Preta	Ensino superior completo	Professora de dança	São Paulo/SP
Naomi	Mulher Trans	20	Branca	Ensino superior incompleto	Estudante e Estagiária de RH	São Paulo/SP
Ruan	Homem Trans	26	Preta	Ensino médio completo	Motorista	Porto Alegre/RS

Fonte: elaborado pelo autor

4.1.1 A trajetória de vida de André

André é um homem trans de 27 anos. Nascido e criado em Taubaté, interior de São Paulo, não constatou muitas dificuldades de pertencimento em sua infância. Conforme relatado por ele, o sentimento de diferença e incomodo com o corpo começaram a aparecer na adolescência. Ele relata que adolescência foi uma etapa difícil de sua vida, na escola, não se sentia incluído nem nos grupos dos meninos e nem no grupo das meninas. No início da puberdade começou a sentir desconforto com o seio, o que segundo ele, causou um problema na postura, devido as inúmeras tentativas de esconder os seios ao encurvar as costas.

Aos 18 anos ingressou na faculdade de análise de desenvolvimento de sistemas numa faculdade particular. Na época, não entendia sobre identidade de gênero e também não conhecia muito sobre a realidade transexual. Devido à não transição no período de Faculdade, André relata não ter vivenciado processos transfóbicos, porém enfatiza, que pelo fato de performar masculinidade, passou por homo/lesbofobia.

Ao sair da faculdade, começou a procurar a emprego, mas conforme relata, não conseguiu alcançar nenhuma vaga. André ressalta que ao sair da faculdade e conhecer novas pessoas reconheceu sua identidade enquanto homem trans e decidiu assumir essa identidade para família e amigos. Na família, sua mãe não aceitou em prontidão, após um desentendimento com a mãe, André se muda de caso e passa a morar com sua namorada, em Pindamonhangaba, outra cidade da região do vale do Paraíba no interior de São Paulo.

Nesse tempo, continuou procurando emprego, até que encontrou um processo seletivo para ser monitor de informática numa escola municipal da cidade em que estava residindo. Sem pensar duas vezes, prestou o processo seletivo e passou. André relata que o contrato de trabalho foi assinado ainda como nome herdado de seu nascimento. O entrevistado explica que, por mais que já se reconhecesse enquanto um homem trans para família e amigos, a relação com o trabalho o causou insegurança, fazendo com que omitisse sua identidade enquanto homem trans.

Conforme relata, a escola em que trabalha é um ambiente religioso, o que faz com que André se sinta ainda mais cauteloso em relação a assumir sua identidade trans. Alguns de seus alunos já o questionaram em relação a sua identidade, e de acordo com ele, os assuntos não foram encaminhados em relação a identidade de gênero.

No início deste ano, devido a pandemia do Covid-19, a escola teve que fechar as portas e coincidiu com o início do tratamento de hormonioterapia de André. Em março, iniciou sua transição de gênero, e conforme relatado, decidiu que quando às aulas retornarem conversará com a coordenação do curso referente a sua identidade de gênero.

Ele conta que seu corpo se transformou bastante desde março, e que a partir desta marcação do corpo, seria inviável não assumir a sua identidade. Além disso, André enfatiza que também está cansado de ter que esconder quem ele é, porém em sua fala se faz presente o receio e medo de perder o emprego, uma vez que, por meio deste trabalho ele se mantém. Decidido em assumir sua identidade, relata que conversará com a coordenação e também com seus alunos.

Os planos futuros relatos por André, está a alteração do nome na sua documentação. O entrevistado explica que a realização da carteira social e a retirada do título de eleitor com o nome social, não foi burocrático. Ele demonstrou muita vontade em realizar a retificação do nome no registro civil, mas comentou que, devido a sua situação financeira, a entrada no processo se tornou inviável.

Atualmente, André está trabalhando em casa, ministrando suas aulas online. Quando questionado sobre planos futuros além da retificação do documento, frisou querer ter estabilidade no emprego, principalmente pela necessidade de ser quem é, tendo sua identidade respeitada e reconhecida no seu posto de trabalho.

4.1.2. A trajetória de vida de Francine

Francine é uma mulher trans de 42 anos. Nascida e criada na cidade de Rio Grande, no extremo sul do Sul. Em sua infância, embora tivesse contato com os meninos, desde criança relata que tinha inclinação pelas questões do gênero feminino. As brincadeiras, os gostos, as vontades, tudo voltada para questões tidas como de “meninas”. Aos sete anos, já sentia vontade de se vestir de mulher, mas tinha receio de conversar com a mãe sobre essa possibilidade.

Na fase adolescente viveu momentos de conflitos, aos 13 anos percebeu que direcionava seus afetos nas relações com os meninos. Ao relatar que manifestava seus desejos por outros garotos, se sentia reprimida e tentava esconder isso. A fase da escola foi marcada por muita discriminação, Francine relata que sofreu inúmeros agressões dos colegas. Porém, o

preconceito também se entendia pelos professores. Conforme aponta Francine, ela nunca gostou de jogar futebol com os meninos e nas aulas de Educação Física sentia-se mais à vontade com as meninas, porém sua professora a colocava de castigo, isolada dos outros adolescentes.

Quando atingiu a idade adulta, por volta de 19, 20 anos, Francine relata que a incongruência de gênero foi fortemente demarcada, o que fez com que ela se sentisse confusa. Aos 20 anos consegue um trabalho numa rede farmacêutica, ainda se apresentando socialmente enquanto um homem gay. Francine trabalhou nessa farmácia por 5 anos e construiu uma carreira de ascensão, alcançando o cargo de gerência em uma das redes.

Com o desejo de realizar a transição e já se reconhecendo enquanto uma mulher trans, Francine pediu demissão da Farmácia para iniciar o processo de transição de gênero. De acordo com a entrevista, naquela época, era inviável iniciar a transição de gênero e continuar trabalhando como gerente de farmácia, e ela já estava cansada de viver uma vida que não a pertencia. Para preservar sua identidade, Francine acabou pedindo demissão da rede de farmácia e passou a se especializar em cursos de cabeleireira para procurar trabalho em Salão de beleza.

Francine relata que nunca gostou muito do ambiente de salão, mas que era preferível se submeter a este ramo, uma vez que ali, sua identidade era um pouco mais reconhecida. O tempo passou, e Francine atuou por mais ou menos 20 anos nos espaços de salão de beleza. Incentivada pelos amigos e pelo marido, Francine se inscreveu para prestar um vestibular, aos 38 anos de idade. Primeiramente, ela percebia que havia certa pressão em se matricular num curso de Enfermagem, pois como explica, as possibilidades de profissões para mulheres são mínimas.

Depois de prestar o vestibular, entra numa faculdade particular e inicia o curso de enfermagem, porém, duas semanas depois pede transferência para o curso de Psicologia. Ao mudar de curso, Francine se vê realizada. Ela se encontra enquanto estudante de Psicologia e aos poucos vai se empoderando enquanto uma mulher trans. A partir deste momento, Francine começa a atuar no movimento LGBTQIA+ da cidade e retifica seu nome no registro civil.

De acordo com ela, a passagem pela faculdade não foi fácil, devido ao preconceito e as discriminações que vivenciou enquanto mulher trans neste espaço. Porém mesmo como toda discriminação direta e institucional, Francine se forma em psicologia e se torna a primeira mulher trans psicóloga de Rio Grande.

Atualmente Francine é uma psicóloga clínica que tem como principais pacientes, jovens LGBTQIA+. Quando questionada sobre planos futuros, Francine relatou, no momento da entrevista, ela estava se candidatando ao cargo de vereadora na cidade de Rio Grande/RS.

4.1.3 A trajetória de vida de Marcela

Marcela é uma mulher trans de 40 anos, uma sobrevivente, como ela mesma se denomina. Natural da Paraíba, a entrevistada narra sua dura infância no interior do Nordeste brasileiro e sobre como as normas discursivas de gênero se mostraram incisivas desde seus anos iniciais. Na sua infância, viveu com seus pais e seus irmãos, sendo a filha caçula dentre todos os irmãos homens. Devido à profissão do pai como jogador de futebol amador, foi pressionada a se relacionar com o esporte mesmo não se sentindo confortável. Devido às insistências e cobranças do pai, desenvolveu com ele uma relação de distanciamento e de medo.

A relação de estranhamento com seu corpo se deu logo na infância e acentuou-se na fase adolescente, impactando diretamente em sua formação. Por apresentar comportamentos tidos como feminino, teve dificuldades de se relacionar com os colegas no ambiente escolar. Além de não ter estabelecido vínculos de amizade, sofreu discriminação por parte dos colegas e de alguns professores. Com a falta de apoio e preparo da escola, Marcela abandonou os estudos ainda na oitava série do ensino fundamental.

Quando fez 18 anos, pediu à mãe para que investisse num curso profissionalizante de beleza (cabelo e maquiagem), pois sempre se interessou pelo ramo e enxergou nisso uma profissão segura. Aos 21 anos se mudou da Paraíba para a cidade de São Paulo em busca de novas oportunidades. Após a mudança, conseguiu uma vaga de cabeleireira num salão de beleza na capital paulista, ainda assumindo a identidade de um menino gay. Longe da família, começou a tomar hormônios e iniciou sua transição por conta própria. Trocou seu guarda roupa, fez aplicações estéticas e começou a performar com mais convicção sua feminilidade. Foi demitida do salão após assumir sua identidade como mulher, pouco tempo depois de ter iniciado a transição.

Desamparada pelo Estado e movida pela dificuldade financeira, encontrou nas esquinas um modo de sobrevivência. Mudou-se para a casa de uma cafetina aos 22 anos e acumulou dívidas nessa relação. Viveu na dependência da prostituição por seis anos seguidos. Após quitar suas dívidas pendentes, deixou a prostituição e voltou a atuar de maneira informal como cabeleireira nos salões de beleza em São Paulo.

A incessante busca pelo trabalho formal, os extensos turnos de trabalho e a difícil relação com os donos de salão marcaram sua trajetória no ramo da beleza. Aos 33 anos conheceu uma ativista travesti com quem estabeleceu uma relação de amizade. Influenciada por

essa amiga, inscreveu-se no Programa TRANSCIDADANIA (um projeto de política pública municipal de São Paulo, que tem como objetivo promover os direitos humanos e oferecer condições de recuperação e oportunidades para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social) e foi contemplada.

O Programa possibilitou condições de autonomia financeira para Marcela, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas ao Programa. Com isso, matriculou-se na escola no bairro onde mora, na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e voltou a estudar. Participou de formações educacionais e profissionais e aprendeu seus direitos enquanto uma mulher trans. Nesse segundo retorno para escola, ressignificou seu olhar sobre o ambiente educacional, tendo apoio da direção da escola, dos professores, dos funcionários e dos colegas. Aos 38 anos se formou, obtendo o diploma do ensino médio.

Com o apoio do Advogado do Programa TRANSCIDADANIA, entrou com o pedido de retificação de seu nome no registro civil e trocou seus documentos (certidão de nascimento e RG) para o gênero feminino. Após a mudança dos documentos, partiu em busca de um emprego formal, entregou currículo em diversas empresas de diversos seguimentos e conseguiu uma vaga de estoquista numa rede famosa de supermercados.

Conforme apontado por Marcela, ao retirar a carteira de trabalho e ver ela assinada foi um momento de muita emoção. Ter a carteira de trabalho assinada, com seu nome retificado, foi uma das grandes conquistas informadas pela participante. Em relação ao seu emprego, Marcela explica que está satisfeita com o trabalho, mas que muitas vezes, sente a necessidade de demonstrar emprego, devido ao receio de perder o posto de trabalho.

Em relação à equipe de trabalho, ela explica que todos a respeitam e que sua relação com os colegas é saudável. Além disso ela também enfatiza o fato de estar num processo constante de aprendizado, se reconhecendo enquanto uma profissional. Mesmo após a saída do programa Transcidadania, ela ainda mantém contato com a equipe, e hoje realiza palestras no centro LGBTI da zona norte de São Paulo. Suas falas estão relacionadas à sua passagem no programa e as vivências no mercado de trabalho formal.

Em relação aos planos futuros, Marcela explica que está se preparando para montar um pequeno salão de beleza no fundo de sua casa para entender as pessoas do bairro em que mora. Com o receio de ser mandada embora do serviço, Marcela explica que ter uma renda extra é essencial, por isso continuará atendendo as pessoas no salão nos finais de semana. Além disso,

ainda em relação aos planos que idealiza, ela relata que sonha em ingressar numa faculdade. Decidida a cursar serviço social, confessa que dará início nos estudos para se preparar para o vestibular em 2021.

4.1.4 A trajetória de vida de Roberta

Roberta é uma mulher trans de 26 anos e é natural de São José dos Campos, interior de São Paulo. De acordo com a entrevista, ela sempre se viu inscrita dentro de um certo privilégio social, devido às condições financeiras de seus pais. Desde criança Roberta percebia que tinha algo diferente com o corpo. Ainda quando criança, sonhava em se vestir e se maquiar como a sua mãe. Porém, teve uma infância punida e vigiada, tanto pela avó quanto pelo pai. Para Roberta, o fato da sua família ser religiosa, fez com que por muito tempo ela fosse reprimida dentro de casa.

Na adolescência, teve dificuldades de interação social com os meninos e dificuldades. Devido ao sentimento de não pertencimento, relata que fugia da escola constantemente. Para Roberta, as aulas de educação física eram as piores, pois ela se sentia totalmente deslocada. Ela relata que aos 16 para 17 anos passou uma fase muito difícil devido à não aceitação de seu corpo, evitava olhar o espelho e tinha insegurança em frequentar locais públicos.

De acordo com Roberta, aos 18 anos, conheceu uma mulher trans pela internet, no qual tornaram-se amigas. Após estabelecerem uma amizade pela internet, Roberta vai ao encontro dessa sua amiga em São Paulo e lá tira todas suas dúvidas referentes a transexualidade. Quando volta de viagem para casa, Roberta já estava decidida a iniciar a transição.

Contou para a sua prima, que imediatamente a apoiou. Devido a situação financeira estável de Roberta, ela iniciou a hormonioterapia iniciado por acompanhamento médico. Quando contou para a sua mãe referente a sua identidade, Roberta narra que sua mãe se assustou, mas que depois de um tempo a apoiou. O processo com o pai foi um pouco mais lento, mas conforme apontou na conversa, hoje em dia ela também conta o seu apoio.

Aos 19 anos Roberta decidiu que iria para a faculdade, passou pelo cursinho e depois ingresso numa faculdade particular em sua cidade natal. Roberta ingressou no curso de administração, e conforme aponta, passou por inúmeros processos discriminatórios na faculdade, desde a relação com os colegas quanto a negação da sua identidade a partir do não reconhecimento de seu nome social.

Após terminar a faculdade foi a busca de emprego, mas confessa que não foi uma tarefa fácil encontrar uma vaga que respeitasse sua identidade de gênero. Só se sentiu confiante para uma entrevista, quando encontrou num portal de empregabilidade trans, uma vaga para a sua área.

Atualmente, Roberta é assistente administrativa de uma empresa de engenharia civil. Conforme apontou na conversa, o fato da organização respeitar sua identidade e reconhecer isso, faz com que ela se sinta satisfeita, tanto com o trabalho que realiza quanto com a empresa em que trabalha.

4.1.5 A trajetória de vida de Tabata

Tabata é uma mulher trans de 43 anos, nascida e criada na cidade de São Paulo/SP. De acordo com ela, sua infância não foi nada fácil, devido à dificuldade financeira e o sentimento de não pertencimento com seu corpo, teve uma infância marcada pela exclusão. Ela comenta que dos 5 para os 6 anos de idade já se reconhecia como uma menina. Aos 11 anos de idade, começou a tomar hormônios de forma informal com outras amigas, e quando descoberta pela mãe, foi expulsa de casa e se viu abandonada morando na rua. Para não viver na rua, Tabata conta que foi morar numa casa de uma cafetina, iniciando-se na prostituição ainda menor de idade.

Aos 13 anos de idade, depois de tanto sofrer discriminação na escola, não deu continuidade em seus estudos. A dura infância e adolescência relatada por Tabata fez com que aprendesse a ser independente desde muito nova. De acordo com ela, Tabata viveu na prostituição até seus 22 anos de idade. Decidida a mudar de vida, ela se matricula novamente na escola pelo EJA e retorna aos estudos depois de 9 anos sem presenciar o ambiente escolar.

Após se formar no ensino médio, Tabata se matricula numa faculdade de dança de São Paulo e inicia sua graduação. Conforme relatada pela participante, a passagem pela faculdade foi marcada por processos discriminatórios. Para concluir a graduação, Tabata teve que processar a faculdade que na época não a queriam no corpo de alunos. Depois de muita resistência, Tabata se graduada na faculdade e se torna a primeira mulher trans bailarina clássica da cidade de São Paulo.

Após se graduar, Tabata se envolveu em vários projetos sociais e passou a atuar no bairro do Campo Limpo, começando assim, a ser reconhecida pelo seu trabalho na região. Atualmente Tabata tem sua própria companhia de balé clássico, um projeto de inserção de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social ao mundo da música. De acordo com Tabata, ela iniciou a companhia de dança com 8 meninas, hoje ela comenta que está à frente de mais de 60 crianças e adolescentes.

Tabata enfatizou que criou a companhia de dança para poder acolher crianças que estão nas ruas, e que ela percebeu que tinha o poder de transformar a vida delas. Atualmente ela adotou um filho de 16 anos e está em processo de adoção para adotar o segundo. Como projeto futuro, Tabata diz que um dia pretende se aposentar, mas que nunca deixará o projeto desenvolvido pela companhia de dança.

4.1.6 A trajetória de vida de Naomi

Naomi é uma mulher trans de 20 anos, natural da cidade de São Paulo/SP. Filha única, ela percebe as possibilidades que a vida lhe deu devido a sua condição financeira estável de seus pais. Conforme aponta, desde nova sempre teve uma boa relação com seus pais. Na infância percebia que era diferente, sentia-se um estranhamento com seu corpo e vontade de experimentar as roupas de sua mãe.

Na adolescência buscou se encaixar naquilo que ela não era, como narrado pela participante. Ela explica que na adolescência iniciou o namoro com outra menina para se encaixar entre os amigos da escola, mesmo reconhecendo que nunca sentiu atração por meninas na juventude. Um tema redação proposta por uma professora no terceiro ano do ensino médio, fez com que Naomi despertasse sua identidade. Ela explica que quando saía com amigos, gostava-se de maquiar, mas que sempre encarou como algo lúdico, performático, porém, com o passar do tempo, começou a se ver mais feliz quando estava performando. A redação proposta pela professora com o tema “Quem sou eu?” fez com que Naomi percebesse sua identidade enquanto mulher trans.

Após finalizar o ensino médio, ela decidiu assumir sua identidade de gênero. Em sua casa, contou com o apoio de seus pais e familiares. Motivada a ir morar sozinha para cursar uma faculdade, prestou o vestibular e passou numa Universidade em Campinas, para cursar física. A mobilidade de Naomi de São Paulo para Campinas é significativa para a sua trajetória.

Naomi Narra que quando se mudou e assumiu sua identidade enquanto uma mulher trans, foi um processo muito difícil e solitário. Conforme aponta, passou por discriminação no espaço da Universidade, principalmente no que se refere às questões burocráticas e institucionais.

Decidida a iniciar sua transição de gênero com hormonioterapia, Naomi resolve então voltar para São Paulo a pedido de seus pais. Conforme relata, os pais querem estar por perto no processo de transição. Na volta para sua cidade natal, Naomi decide procurar emprego, e encontra no portal de empregabilidade transempregos, uma vaga para atuar na área de RH numa empresa de logística.

Atualmente Naomi trabalha nessa organização e se diz estar satisfeita com o ambiente da empresa. Sobre planos futuros, Naomi ainda está se decidindo se quer continuar no curso de física ou se mudará para o curso de administração, uma vez que tem se identificado muito com a profissão em que está atuando no momento.

4.1.7 A trajetória de vida de Ruan

Ruan é um Homem trans de 26 anos, natural da Capital Gaúcha, Porto Alegre. Ruan é o segundo filho de seus pais, tendo um irmão mais velho. Quando criança Ruan explica que sempre sentiu certo desconforto com seu corpo. Em casa, sentia-se reprimido ao ser criticado por gostar das mesmas brincadeiras que o irmão. Ainda criança, sentia-se desconfortável com as roupas que era obrigado a usar.

Na adolescência Ruan demonstrava interesse afetivo por mulheres, e começou namorar uma menina aos 15 anos de idade. Ruan teve dificuldades de se entender enquanto um homem trans e sentia-se deslocado dos colegas de escola. Aos 16 anos, devido ao preconceito, Ruan abandonou o espaço escolar quando estava iniciando o ensino médio e passou a trabalhar como entregador de panfletos.

Quando adulto, entendeu melhor sua identidade e passou a se reconhecer enquanto um homem trans. Aos 21 anos se matriculou na escola e deu início ao EJA. No mesmo ano, iniciou o tratamento hormonal, podendo ver as primeiras modificações em seu corpo. Aos 23 anos concluiu o ensino médio e passou a procurar emprego no mercado de trabalho formal. Ruan

enviou inúmeros currículos para diversas organizações, e quando chamado para algumas entrevistas, visualizava preconceito por parte dos entrevistadores.

Decidido a realizar a retificação do nome no registro civil, arrumou toda a documentação e entrou com pedido no cartório. Após a retificação do nome, Ruan se sentiu mais confiante para buscar emprego. Cadastrou seu currículo no portal Transempregos e alguns meses depois foi contratado para ser motorista numa empresa.

Atualmente, Ruan é motorista de uma empresa de meio porte e está satisfeito com o seu trabalho. Sobre planos futuros, Ruan deseja estabilizar na organização. Futuramente, planeja ingressar numa universidade e abrir sua própria transportadora.

4.2 Influência dos contextos nas carreiras

Conforme propõe a discussão teórica realizada na seção 2.3.1, os contextos são categorias essenciais para compreender as carreiras dos indivíduos. Nesse sentido, esta seção explora os contextos que atravessam o desenvolvimento das carreiras de pessoas travestis e transexuais participantes deste estudo. Tendo como centralidade a influência dos contextos nas carreiras, apoiado pelo referencial teórico e as categorias temáticas que emergiram a partir das entrevistas, têm-se as seguintes categorias relevantes: a) gênero, raça/etnia e classe; b) sociabilidade primária; e c) socialização educacional.

4.2.2 Sociabilidade primária

No intuito de analisar a maneira como são construídas as carreiras de pessoas de pessoas travestis e transexuais, há determinados contextos que necessitam ser considerados nas discussões dessas trajetórias. A influência de diferentes aspectos da classe e origem social em várias facetas do desenvolvimento da carreira dos indivíduos são realizadas nas pesquisas nacionais e internacionais que abordam o conceito de forma interdisciplinar. Afastando-se de uma predominância dos estudos que desconsideram os contextos em que os indivíduos estão

inseridos, entende-se que a influência da sociabilidade primária se mostra um aspecto essencial para ser analisado, principalmente no que se refere a população aqui estudada.

Todas as/os participantes deste estudo, sem exceção, relataram que perceberam um sentimento de diferença, desconforto e estranhamento com seu corpo ainda nos anos iniciais de suas vidas. Conforme aponta Bento (2006), a construção social da identificação do sujeito com o gênero tem início nos primeiros anos da infância. A família, por sua vez, acaba por reproduzir e instituir as normas dicotômicas de gênero, impondo para as crianças quais brincadeiras e ações devem e podem realizar. Nesse sentido, partir dos relatos das/dos participantes, foi possível perceber a família como a primeira instituição normatizadora que produz e mantém as diferenças de gênero.

Desse modo, a criança que não se identifica com seu sexo anatômico, mesmo sem ter esse entendimento, costuma vivenciar uma rotina de vigilância e punição, experimentando desconforto quando não podem realizar as brincadeiras desejadas por elas. O desconforto vem acompanhado de um sentimento de não pertencimento, quando a família reitera as normas de gênero estabelecidas, buscando encaixar na criança o gênero de acordo com o sexo anatômico. De acordo com Butler (2003), o sexo seria um artifício temporal de repetições, que materializa, por meio do discurso, a existência do corpo, tornando o ser humano viável. É como se a sociedade só passasse a considerar a existência de um sujeito/sujeita após a descoberta de sua anatomia genital, quando deixa de ser considerado um feto e passa a ser considerado “menino” ou “menina”.

Francine relatou que o estranhamento com seu corpo apareceu ainda nos seus anos iniciais, por volta de cinco anos de idade:

“Eu sentia que eu era diferente quando eu já era muito criança, por volta dos cinco anos de idade [...] minha inclinação sempre foi pelas questões do gênero feminino, eu gostava de brincar com meninas, daquela questão de socializar melhor com meninas do que com meninos, entende? E como que eu ia chegar e dizer para minha mãe, com sete anos de idade, que eu queria me vestir como uma menina? Que eu queria usar as roupas dela? Usar os perfumes, as maquiagens dela? Eu fazia isso quando ela não estava em casa, eu me transformava escondida no quarto [...] e tem toda essa questão do preconceito, minha mãe e minha madrinha colocavam roupas em mim que eu não queria usar, era a forma de afirmar aquele gênero, mas na verdade era apenas uma forma de esconder a minha verdadeira identidade, aquilo que eu queria ser, mas não podia contar para ninguém”.

Marcela destaca em sua fala que as normas discursivas de gênero se mostraram incisivas desde seus anos iniciais. Filha de jogador de futebol, ela exprime que a relação com seu pai sempre foi baseada pelo medo:

“Desde criança eu sempre fui feminina, mas meu pai queria que eu fosse jogador de futebol, porque ele foi jogador né, então queria que eu seguisse seus passos... Ele era muito ignorante comigo, minha educação com ele era assim, eu não podia nem olhar para ele que eu já ficava com medo, porque eu tinha que ser macho que nem os meus irmãos, por isso eu sempre recorri a minha mãe para conversar, ela sempre me apoiou. E desde criança eu sempre ficava no meio das minhas primas, das mulheres da família e eu sempre me distanciava dos meus irmãos, eu sou o quarto filho deles né, nasceram todos homens... Não foi nada fácil a infância porque além da dificuldade de alimentar todas as bocas lá em casa eu não podia ser menina como eu queria, porque todos eram meninos, e eu tinha que seguir isso também”.

De acordo com Butler (2003), o limite da análise discursiva do gênero pressupõe e também define por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Na fala de Marcela, fica explícito que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Butler (2003) aponta que tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como linguagem da racionalidade universal.

Ruan também aponta a vigilância de sua família a partir das brincadeiras infantis. O entrevistado narra que sempre gostou de brincar com seu irmão e das brincadeiras identificadas como masculinas, mas que seus pais reprimiam suas vontades:

“Eu gostava de brincar com meu irmão, de jogar bola, de ficar sem camisa e meus pais sempre quiserem filha mulher então eles colocaram muita expectativa em cima de mim... Minha mãe queria colocar lacinho, me fazer usar vestido, essas coisas, mas eu só queria ser que nem meu irmão, usar boné, brincar de carrinho, eu me divertia com ele, mas era ruim quando meus pais forçavam eu fazer coisas porque eu era ‘menina’”.

Assim como Ruan, Roberta também relatou a vigilância por parte dos pais, tendo uma sociabilidade primária marcada pela punição. Ela explica que a relação da família com a religião pentecostal impulsionou o preconceito e a vigia de seu corpo:

“Lembro da minha infância, minha família sempre teve boa condição financeira e por mais que nessa situação eu nunca passei nenhum obstáculo, por questões morais a minha relação com a família sempre foi muito difícil [...] desde que eu era bem criança eu já sentia algo diferente em mim, mas eu era condicionada a fazer tudo de menino mas eu sentia que eu era estranha e meu pai sempre foi muito preconceituoso, evangélico... sabe aquele tipo de homem que fala: ‘tem que brincar com isso’ ‘tem que se vestir assim’ essas coisas, entende? Ele nunca me bateu, mas eu tinha medo e eu ficava muito triste porque ele me isolava quando eu não fazia o que ele queria, me deixou de castigo quando me viu brincando com a boneca da minha irmã [...] Minha

avó também ficava controlando meu comportamento me perguntando porque eu não gostava daquilo, que Deus queria que eu fosse um homenzinho...”

O sentimento de desconforto com o próprio corpo marca as narrativas das/dos participantes da pesquisa. A consequência desse desconforto geralmente vem acompanhada de normas discursivas determinadas pela família, que estabelecem na criança e/ou no adolescente um sentimento de não pertencimento. Tabata relatou que ainda nos primeiros anos de vida já se percebia como do gênero oposto aquele dado como ‘natural’ a ela e que isso ocasionou um processo marcado pela exclusão, não somente do ambiente familiar, mas em todas outras esferas de sua vida:

“Eu comecei a ter essa noção de que eu era mulher dos 5 para 6 anos de idade eu comecei a ver que eu era diferente dos meninos, eu falei assim pera aí tem alguma coisa meio assim estranha comigo. Eu me olhava no espelho e por mais que você não entende porque você é criança, quando você olha no espelho você vê que aquela imagem não é sua, eu sempre me vi uma menina e aí com 11 anos de idade mais ou menos eu fui expulsa de casa, foi quando eu me assumi. Quando minha mãe descobriu eu já estava me hormonizando por conta própria na rua, me vestindo de mulher escondida dela... Minha família sempre foi muito conservadora nos costumes, mesmo a gente morando em favela [...] Quando minha mãe descobriu o caminho que eu estava levando eu acabei indo pra rua, fui expulsa de casa e me vi completamente abandonada”

No que concerne às redes de sociabilidade primária, Castel (1994) aponta a família como uma rede que cria laços entre os membros de seu grupo que geram sentimento de pertencimento e interdependência. Para o autor, as relações familiares veiculam um papel que permite a transmissão de uma cultura e da reprodução de uma existência social. A família tem uma dimensão cultural, “que é, ao mesmo tempo, uma maneira de habitar um espaço e de partilhar valores comuns sobre a base de uma unidade de condição” (CASTEL, 1994, p. 42). A quebra dessa sociabilidade primária resulta da insuficiência do território familiar e social que rompe com a garantia de proteção do membro da família.

Essa articulação com as carreiras dos participantes se torna significativa a partir do entendimento de que outras formas de inserção relacional também determinam as condições de existência social dos sujeitos, como é o caso de Tabata, que foi expulsa de casa aos 11 anos devido a performatividade do gênero feminino. A implicação desse abandono e exclusão familiar colocou Tabata numa situação de desfiliação social, impactando diretamente todas as esferas de sua vida. Para Castel (1994), a desfiliação se manifesta como uma ruptura em relação às normas de reprodução social hegemônicas, que controlam a inscrição social, e é caracterizada a partir da ausência de participação de qualquer atividade produtiva formal e o isolamento

social. Tabata ainda era uma criança quando se viu abandonada na rua, sem dinheiro e sem comida, foi morar na casa de uma cafetina, iniciando-se na prostituição aos 13 anos de idade.

Para Paugam (2000), os vínculos que os indivíduos estabelecem com o grupo social e familiar mais próximos contribuem para a percepção de pertencer a uma determinada comunidade. Dessa maneira, ainda que a atividade profissional tenha uma forte influência sobre as demais esferas da vida, é necessário considerar o efeito inverso, ou seja, a integração familiar e o sentimento de pertencimento a um determinado grupo pode favorecer a integração profissional, por meio do apoio e proteção desses indivíduos nos momentos de instabilidade profissional.

A articulação entre contexto e carreira se torna fundamental, uma vez que o emprego e a atividade profissional não devem ser analisados puramente na dimensão individual, mas sim nos contextos dos grupos de pertencimentos do indivíduo. Nesse sentido, elucida-se que há um efeito direto e relacional entre as esferas da vida social (PAUGAM, 2000) de tal forma que a falta de apoio na sociabilidade primária repercute em outras dimensões da vida do indivíduo, como, por exemplo, na dificuldade da integração profissional, impactando direta ou indiretamente na trajetória das carreiras de pessoas travestis e transexuais.

4.2.3 Socialização educacional

Conforme aponta Meyrhofer, Meyer e Steyrer (2007), o papel da educação nas carreiras profissionais tem muitas facetas abordadas na pesquisa de carreira. De acordo com os autores, pesquisas que abordam o contexto educacional na discussão de carreiras incluem como aspecto principal o papel da educação para entrada e permanência no mercado de trabalho. Com isso, percebe-se que o debate em torno das carreiras de pessoas travestis e transexuais articulado com a discussão sobre a integração profissional está intimamente ligada à escolaridade.

A escola é a primeira socialização do sujeito após a sociabilidade primária que advém da família. Nesse sentido, o processo de escolarização é marcado como um ponto crucial na carreira do indivíduo. Considerando que as vivências no contexto escolar refletem diretamente nas oportunidades de inserção profissional e que esse tema foi reiterado de forma marcante nas falas das/dos participantes associado a temática do trabalho, entende-se como essencial a abordagem desse contexto.

Conforme já apontado neste trabalho, o preconceito com a população travesti e transexual é marcado desde os anos iniciais, sendo fortemente acentuado no processo de escolarização. Na fala das/dos participantes, a sociabilidade educacional surge como um fator significativo na construção de suas carreiras e a exclusão e discriminação vivenciadas no contexto escolar estabelecem um impeditivo para oportunidades profissionais.

Tabata exprime que mesmo depois de ter sido colocada para fora de casa aos 11 anos de idade, possuía planos em dar continuidade aos estudos, mas a vivência na escola foi marcada por processos discriminatórios constantes devido sua performance de feminilidade.

“Eu continuei estudando mesmo não morando mais em casa e tendo sido expulsa, e eu enfrentei muita barreira sabe na escola, por ser feminina demais, era agressão física, agressão verbal, até que chegou o dia em que fui apedrejada na porta da escola com 12 para 13 anos e foi aí que eu decidi parar de estudar, eu cheguei até oitava série depois eu decidi parar de estudar porque eu não aguentava mais as agressões. A escola é um ambiente muito difícil para gente e naquela época então, nem se fala”.

Marcela também não deu continuidade nos estudos devido à discriminação sofrida no contexto escolar. Ela conta que com o passar da adolescência foi ficando cada vez mais feminina e o fato de viver no interior da Paraíba acentuou a vivência de violências em função do preconceito estar muito enraizado na cultura regional:

“Eu tinha parado os estudos porque eu estava muito feminina e na minha escola já estava sendo motivo de chacota, foi por isso que eu parei, nem terminei a oitava série”.

Assim como Tabata e Marcela, Ruan também evadiu a escola devido à violência vivenciada no processo de escolarização. De acordo com Bicalho e Diniz (2009), a discriminação, que caracteriza a exclusão daqueles e daquelas que se distanciam do “padrão de normalidade” social instituído, é talvez a manifestação mais cruel do preconceito como expressão de violência que se manifesta nas relações sociais.

No entanto, mesmo aquelas/aqueles que não foram excluídos do espaço escolar tiveram suas vivências na escola marcadas por inúmeros obstáculos. A imposição binária de gênero imposta socialmente estabelece com bastante precisão a vigilância dos corpos das/dos estudantes. De acordo com Louro (1997), a escola delimita espaços aos alunos e alunas, ditando o que tem que ser realizado. As/os participantes narraram que se sentiam abusadas/os em relação à essa postura escolar. Nas falas, ficam demarcadas as situações constantes de ameaça e de discriminação nesse contexto, além da falta de acolhimento e apoio, tanto por parte de professores e professoras, quanto por parte da direção.

“A escola pra gente que é trans é um ambiente muito duro sabe, não é fácil, eu sofria muito tipo de preconceito mas só hoje que eu consigo de fato ter discernimento de tudo que passei, até mesmo pelo conhecimento que eu adquiri ao longo do tempo... porque assim na escola tudo é dividido menina de um lado e menino de outro, então eu odiava as aulas de educação física porque eu não queria jogar bola com os meninos, eu queria ficar com as meninas e os professores pegavam no pé, não me ajudavam [...] as aulas de educação física foram muito duras”.

A vigilância das brincadeiras e comportamentos, já percebida na família, aparece de forma ainda mais ampliada na escola. O contexto escolar é uma das principais instituições responsáveis por reificar as normas de gênero e punir aqueles/as que fogem a essas normas. As/os participantes do estudo trouxeram pontos de importante reflexão no que se refere a violência dentro desses espaços. Francine enfatiza que a dicotomia de gênero imposta nas brincadeiras escolares contribui para o processo de exclusão daqueles e daquelas que não se encontram na norma estabelecida socialmente:

“Tinha aquela coisa do bullying na escola, me chamavam de bichinha... E aí eu tentava me defender, mas os meninos aproveitavam da situação e me maltratavam [...] quando tinha o recreio eu gostava de brincar com as meninas, brincadeiras de menina né [...] eu não jogava futebol com os meninos. Eu lembro que uma certa vez uma professora me proibiu de brincar com as meninas e naquele momento no horário de recreio eu me isolei de todo mundo. Eu me lembro como se fosse hoje, eu ficava isolada no canto, eu ficava olhando todo mundo brincar, as meninas brincarem e eu ficava o tempo inteiro do recreio ali naquele espaço isolada, entendendo que meu espaço era delimitado para interação.

É importante ressaltar que todas e todos participantes do estudo não iniciaram a transição de gênero enquanto frequentavam a escola e que esse processo de transição se deu em outros momentos de suas vidas, como será apontado adiante. Percebe-se, então, que a escola não concede um ambiente acolhedor para aqueles que se mostram diferentes dos padrões impostos e que a LGBTQIAfobia é fortemente marcada nesse contexto.

De acordo com Seffner e Caetano (2015), é necessário a existência de debates que questionam o campo da educação como corretor de comportamentos. Para os autores, a escola precisa ser pensada como espaço público e de negação das diferenças e não como uma adoção a moral heteronormativa, impedindo que haja a expressão da diversidade sexual e de gênero. O ambiente escolar precisa repensar a divisão binária de gênero e não instituir padrões que rejeitam aqueles que não se encontram dentro da norma, tratando cientificamente desses temas e não de forma dogmática. A questão principal a ser questionada deveria ser em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade da pessoa, pois a “coerência” e “continuidade” da pessoa não são características lógicas ou analíticas da condição da pessoa, pelo contrário, são normas de inteligibilidade socialmente mantidas.

É na escola que os indivíduos travestis e transexuais aprendem que desobedecer às normas de gênero gera sanções e punições. A escola funciona como um local que produz diferenças, distinções e desigualdades. A escola é uma das principais instituições que fazem parte do projeto de desumanização de pessoas trans (LOURO, 1997; BENTO, 2008). Pensar o contexto educacional como um fator contextual da carreira é importante, pois educação e trabalho são dois conceitos que estão intimamente relacionados e têm impacto direto na carreira dos indivíduos.

4.3 Momentos da vida e escolhas profissionais

Compreendendo que os contextos influenciam as carreiras dos indivíduos, percebe-se que os momentos da vida e as escolhas profissionais, atravessados pelos contextos, são aspectos importantes que também marcam as trajetórias das/dos participantes deste estudo. A partir do entendimento de que pessoas travestis e transexuais têm ciclos de vida específicos devido à não inteligibilidade de gênero, alguns temas que emergiram a partir dos dados mostraram-se relevantes para serem discutidos, são eles: a) a transição de gênero; b) o nome social e a retificação no registro civil; c) o campo limitado da escolha das profissões e; d) o ingresso no ensino superior.

4.3.1 A transição de gênero – os impactos na carreira

Um aspecto que marca a vida das/dos participantes deste estudo é, sem dúvidas, o processo de transição de gênero. Na busca por analisar as trajetórias de vida e pontuar os pontos importantes de suas trajetórias, entende-se que um olhar atento para o processo de transição seja fundamental. Isso porque a passagem de um gênero que foi designado baseado no sexo anatômico para uma identidade considerada diferente daquela esperada socialmente impacta diretamente em todos os aspectos da vida das/dos participantes. Desse modo, para compreender a ideia de transição de gênero junto à trajetórias aqui estudadas, apoia-se no conceito trabalhado por Hughes (1958), que sustenta a importância dos marcos que definem as carreiras, ao desenvolver o conceito de “pontos de inflexão” para analisar o inesperado e os momentos de virada na vida dos indivíduos.

Como já apontado neste trabalho, Hughes (1958) indica os ciclos de vida e os pontos de inflexão como processos intrínsecos da vida humana que marcam uma nova fase. Entre os ciclos de vida e os critérios que determinam os pontos de inflexão que pontuam o curso de uma biografia, percebe-se que o conceito interdisciplinar de carreira possibilita pensar a questão da identidade de gênero e das trajetórias individuais por meio de uma análise social. Nesse sentido, o estudo da transição de gênero dentro das trajetórias marca um evento significativo para as histórias aqui estudadas. A partir dessa perspectiva, existe uma contribuição relevante para identificar esses pontos de virada nos percursos de vida das/dos participantes. Como argumentado anteriormente, além do limiar representado pela transição de gênero, ou por causa desse evento, manifestam-se mudanças que marcam no que diz respeito aos diferentes aspectos de suas vidas, mas principalmente relacionado ao trabalho, caracterizando como um ponto de inflexão em suas carreiras.

A partir das falas das/dos participantes do estudo sobre suas transições de gênero, pode-se analisar algumas variáveis, como: a época de suas vidas em que ocorre a transição e o período histórico demarcado por ela. É importante frisar que a partir de uma análise da transição de gênero é significativo o aporte da teoria interseccional, uma vez que as possibilidades de um processo de transição acontecem de diferentes maneiras em cada trajetória e estão marcadas diretamente pelas relações de gênero, de classe e de raça/etnia. Ressalta-se que a transição de gênero apontada neste trabalho não se refere puramente na cirurgia de redesignação sexual. O início da transição de gênero, marcado pelas falas das/dos participantes, dá-se a partir do consumo e aplicação de hormônios, que eventualmente podem vir acompanhados pela troca das roupas, por tratamentos estéticos, ocasionando ou não numa cirurgia de implante de seios ou de redesignação sexual.

Após Marcela se mudar do interior da Paraíba com 22 anos para buscar oportunidades profissionais no ramo da beleza na capital de São Paulo, não teve dificuldades em encontrar um emprego em um salão da cidade. A participante relata que o certificado do curso profissionalizante em mãos possibilitou uma entrada imediata no mercado de trabalho. Porém, enfatiza que não foi só a certificação que possibilitou a conquista da vaga de emprego. O fato de ainda se identificar como um menino gay, mesmo que performando feminilidade, foi um ponto facilitador para o ingresso no salão. Depois da entrada, Marcela finalmente iniciou sua transição por conta própria, começou a se harmonizar de forma informal, ou seja, sem um acompanhamento médico, e passou por processos estéticos insalubres para realocar sua verdadeira identidade ao seu corpo.

A partir dessa colocação, é possível identificar o fator da classe social como um impeditivo de transição segura, ao não receber acompanhamento de médico, devido à dificuldade financeira, ficando expostos/expostas a determinadas complicações de saúde. Em relação a época de sua vida, Marcela decide se transicionar após a mudança para São Paulo, em meados de 2001. Por estar distante de sua cidade natal e de sua família, o sentimento de liberdade possibilitou o encorajamento para iniciar a mudança corporal. Porém, a transição culminou um ponto de inflexão em sua trajetória, marcada por processos discriminatórios, tendo como consequência a demissão do salão:

“Eu consegui rápido emprego porque eu ainda era gay afeminada e aí não viam problema nenhum, mas aí depois quando eu comecei a finalmente me vestir de mulher aqui em São Paulo com vinte e dois anos e comecei a fazer a minha transição, foi aí que eu senti o preconceito com a gente que é trans, fui demitida e não tive oportunidade no mercado de trabalho formal depois de começar a me transicionar”.

De acordo com Posso e Furcia (2016), existe uma distância social visível da discriminação que mulheres trans cabelereiras recebem quando comparadas a homens gays. Essa discriminação identificada nas identidades de mulheres trans no salão de beleza foi reiterada de forma marcante pelas participantes do estudo que atuaram como cabelereiras. Para os autores, existe uma menor valorização do trabalho de uma mulher trans frente ao trabalho de um homem gay no ambiente dos salões de beleza. Os autores afirmam que essa não valorização está intimamente relacionada ao fato das mulheres trans assumirem uma estilização feminina diante de seus pares e dos clientes do salão. Para Bello (2012), tanto o estilo quanto a expressão das mulheres trans cabelereiras têm constituído um elemento de classificação social que as coloca em condições mais precárias do que homens gays. Desse modo, a distância social entre essas identidades no ambiente de trabalho é potencializada por meio de uma diferenciação e opressão de gênero.

Demitida do salão pouco tempo depois de começar a se transacionar, Marcela se viu numa situação de grande dificuldade financeira. Desemparrada pelo Estado, encontrou nas esquinas um modo de sobrevivência:

“Na época, lá por 2001 existia muito preconceito e a gente não tinha essas ONGs, a gente não tinha nenhum respaldo para nos apoiar, amparar entendeu? E a gente tinha que buscar cafetina... E cafetina é aquela que fala que é mãe de travesti mas o que elas querem mesmo é que a gente caia na cilada, no conto do vigário, é típico o conto da fada madrinha. E aí me vi sem rumo e busquei essas pessoas, entrei na casa dessas pessoas e virei quase escrava, fui trabalhar em avenida fazendo programa, foi aí que eu comecei a me endividar”

Esse é certamente um ponto de inflexão identificado na trajetória de Marcela. O fato de ser demitida do salão de beleza ao expressar sua identidade de gênero e não ter a quem recorrer na cidade de São Paulo, levou-a a enxergar na prostituição uma maneira de sobreviver. Isso permite refletir sobre dois tipos de conflitos com forte relação existentes nesta narrativa, o conflito pessoal e o profissional: em que assumir sua verdadeira identidade e iniciar a transição para o gênero feminino culminou na demissão no espaço de trabalho formal e a fez adentrar o universo da prostituição.

Francine trabalhava numa rede de farmácia enquanto ainda se identificava como um homem gay e devido ao seu comprometimento com o trabalho teve ascensão na carreira atingindo o cargo de gerente em uma das lojas farmacêuticas. A entrevistada relata que com o passar do tempo foi reconhecendo sua identidade enquanto mulher trans e, devido a incongruência com o gênero estabelecido a partir do sexo anatômico, decidiu finalmente se transicionar, aos 25 anos. Francine explica que não enxergava a possibilidade de realizar a transição e continuar trabalhando na rede de farmácia, devido ao preconceito que possivelmente viria a sofrer, o que culminou num pedido de demissão por parte dela:

*“Chegou uma certa época que eu disse: basta! Eu não quero mais viver oprimida, eu estou vivendo como uma pessoa que eu não quero ser e foi aí que comecei a perceber aquela coisa da transexualidade.... Naquela época o estigma era ainda mais forte né, mas eu estava decidida, eu pensava comigo: bom, já trabalhei aqui e já vivi muito tempo não sendo eu, agora vou fazer um curso de cabeleireira [...] **na época eu não queria ir para o ramo da beleza, mas eu entendi que para eu me expressar eu precisava virar essa página e encontrar outra profissão**”.*

O ponto de inflexão identificado na trajetória de Francine se dá no momento em que ela decide realizar a transição de gênero, culminando diretamente numa troca de profissão. A partir dos conflitos e dilemas apontados pela entrevistada, a virada na carreira foi consequência de sua transição de gênero. Com a rescisão do contrato do tempo que trabalho na farmácia, investiu em roupas, maquiagens e na hormonização para adequação do gênero feminino.

Vale destacar que, assim como Marcela, Francine também vivenciou a discriminação como cabeleireira trans, tendo sua identidade de gênero questionada tanto pelos clientes quanto pelos donos dos salões.

*Tem que ter respeito dentro do salão, porque quando tu expõe teu gênero, expõe sua verdadeira identidade, deveria ser um espaço que existe para tu ser quem tu és [...] **eu ouvia: ai minha bichinha preferida... eu não sou bicha, eu sou mulher! E você tem que aturar essas coisas para ter sua sobrevivência né, isso quando não tinha discriminação do dono e proprietário do salão, que por eles serem cis querem impor isso para você também**”*

Diferente de Marcela e Francine, Tabata iniciou sua transição cedo, ainda na pré-adolescência. Aos 11 anos foi expulsa de casa pela mãe, após ela descobrir o tratamento hormonal realizada pela entrevistada de maneira informal:

“Quando minha mãe descobriu, eu já estava me hormonizando por conta própria, me vestindo de mulher escondida dela.... Minha família sempre foi muito pobre e também muito tradicional, todos os meus parentes, então quando minha mãe descobriu o caminho que eu estava levando, eu acabei indo para a rua. ”

A expulsão de casa, devido a transição precoce, sem dúvidas, é um ponto de inflexão na vida de Tabata, mas está longe de ter apenas implicação na vida laboral. A expulsão de casa na pré-adolescência marcou a vida de Tabata, tendo um impacto direto em todas as esferas de sua vida. Além da expulsão de casa, a entrevistada também foi excluída do processo educacional devido à violência sofrida na escola, como já apontada na seção 4.2.3. Sem o apoio da família, Tabata foi morar em casa de cafetina, adentrando a prostituição aos 13 anos de idade. Aqui, tanto a classe social, quanto a raça de Tabata, são marcadores de opressão que resultaram numa desfiliação social. Tabata é uma mulher negra, de origem pobre, que advém de uma comunidade de São Paulo. Esses marcadores sociais resultaram num desprivilegio social:

“Foi uma infância e uma adolescência muito difícil sabe, vou te falar, porque assim, você com 13 anos de idade, fora de casa, sem dinheiro, sem comida, sem saber como se virar, realizando a transição.... Aí você vai morar na casa de cafetina, vai tentar um jeito para sobreviver entende? Eu vivi na prostituição até meus 22 anos de idade [...] mas eu sabia que aquilo não era pra mim e que eu merecia mais, então comecei a investir em cursos, usava o dinheiro dos programas para me qualificar profissionalmente.”

Conforme aponta Velho (apud GONÇALVES, 2019), as alternativas que cada indivíduo possui para realizar suas opções depende de um conjunto de fatores da sociedade que afetam a vida dos indivíduos. De acordo com o autor, se por um lado os projetos de vida estão baseados nas decisões coletivas e pessoais, com seus agentes sociais diferindo sobre as opções e estabelecendo relações entre si, por outro, essas escolhas são definidas pelo campo de possibilidades, que são permitidas e delimitadas a determinados grupos ou indivíduos. Com o aporte da teoria interseccional, permite-se relacionar a maneira em que o processo de opressão e de exclusão incide sobre a vida de mulheres negras. Os efeitos das relações de gênero, raça e classe, resultaram um processo de desqualificação social na vida de Tabata, colocando-a na base da hierarquia social

Já Roberta e Naomi tiveram um processo similar no momento da transição de gênero. Ambas são brancas e de classe média e passaram pelo processo de transição no início da vida

adulta, após a conclusão do ensino médio. Além disso, também tiveram o apoio da família nessa fase de transformação. Roberta descobriu a possibilidade de transicionar depois de conhecer uma amiga trans pela internet. Após um encontro presencial com essa amiga, tirou todas suas dúvidas referente ao processo de transição. Decidida a se transacionar, contou com o apoio de sua prima, que a acompanhou nas primeiras consultas, tanto com o endocrinologista, quanto com o psiquiatra. Destaca-se que a classe social de Roberta possibilitou que o tratamento fosse coberto por um plano de saúde, tendo acompanhamento com laudo médico, ou seja, possibilitando uma transição mais segura:

“Eu conheci uma amiga pela internet que era trans, e eu fiquei muito amiga dela, ela era mais velha já, e eu fui tirando com ela todas as minhas dúvidas, perguntando sobre tudo [...] eu não sabia de quase nada desse mundo, eu nem sabia que existia hormonioterapia... Me lembro de voltar pra casa conversar com a minha prima e ela me apoiar [...] foi muito importante o apoio da minha prima nesse processo, não sei se eu conseguiria sem ela, as primeiras consultas, as primeiras doses de hormônio, ele me deu muito apoio.”

Depois das primeiras consultas, Roberta decidiu contar para a sua mãe sobre o processo de transição. Conforme relatou, sua mãe já tinha percebido alguns traços femininos desde sua infância e recebeu bem a notícia quando Roberta se assumiu um menino gay aos 15 anos de idade. Porém, após a descoberta da identidade trans da filha, ficou reticente no início, mas logo apoiou. Durante sua transição, a entrevistada enfatizou que não falava com o pai pessoalmente, devido ao medo da reação dele, pois sabia da educação patriarcal e machista que ele recebeu. Depois das primeiras mudanças corporais, conversou com seu pai que também a apoiou. Com o suporte da família e com o tratamento com hormonioterapia, sentiu-se mais confiante e decidiu prestar vestibular para ingressar num curso superior.

Assim como Roberta, Naomi também iniciou a transição com hormonioterapia, porém, já estava na faculdade quando decidiu iniciar o processo de transição. Nascida na capital de São Paulo, a entrevistada narra que ao ingressar no vestibular na Universidade Federal de Campinas (Unicamp), no curso de Física, e se mudar de cidade, foi um motor encorajador para iniciar o processo de transição. Diferente de outras/outros participantes deste estudo, os pais de Naomi a apoiaram desde o início, fazendo com que o processo de descoberta de uma identidade trans e a transição de gênero fossem respeitadas, proporcionando um sentimento de pertencimento do laço social, impulsionando Naomi a seguir sua carreira e dando continuidade em seus estudos. Após conversar com seus pais, resolveu prestar o vestibular da Universidade de São Paulo (USP) e voltar a residir com eles:

*“Eu tinha decidido que eu iria prestar vestibular pra USP e me transferir pra São Paulo para finalmente começar minha hormonioterapia. **Eu decidi fazer isso pelos meus pais, porque eles queriam acompanhar minha hormonização de perto**, e eu estando em Campinas é muito difícil para eles estarem do meu lado. Eles querem ir para a consulta, fazerem parte desse processo, e isso é muito importante para mim também, e também tive alguns problemas institucionais com a faculdade aqui no interior”.*

Diferente das/dos outras/outros participantes deste estudo que já passaram pelo processo de transição e tiveram pontos de inflexão em suas carreiras a partir da readequação de seus gêneros, André ainda está realizando o tratamento hormonal neste momento de distanciamento social que a pandemia da Covid-19 instaurou. O início da transição se deu em abril deste ano e, conforme aparece destacada em sua fala, sua grande preocupação é a forma como a direção da escola em que é monitor vai lidar com os resultados das transformações do seu corpo. Como ele trabalha no campo da educação, o período de aula se encontra-se em recesso desde março, devido a pandemia da Covid-19, e desde lá seu corpo sofreu muitas mudanças: crescimento de barba e pelos, alterações na voz e transformação do corpo. André trabalha nesta escola em Pindamonhangaba/SP como monitor há um ano e enfatiza que nunca performou feminilidade no ambiente laboral, mesmo tendo seu nome feminino no contrato de trabalho:

*“Quando eu vi que tinha saído um processo seletivo para prestar uma prova para um serviço de tecnologia de informação numa escola municipal aqui de Pinda (monhangaba), eu prestei a prova, passei e comecei a trabalhar, mas no trabalho eles (a direção e os alunos) nunca me viram como mulher, mesmo que toda minha documentação ainda fosse de mulher. Quando eu prestei a prova **eu fiquei com medo de falar que eu era trans**, até porque eu não tinha iniciado a transição [...] **meu maior medo era perder o emprego**, sofrer discriminação por parte dos pais dos alunos, eu dou aula para o sexto e sétimo ano, então eu não assumi minha verdadeira identidade para conseguir o emprego, esse é um assunto delicado. ”*

A violência sofrida por André em ter que omitir sua verdadeira identidade de gênero para conseguir integrar o mercado de trabalho é um dos marcos da transfobia na carreira de pessoas trans e travestis. A transição de gênero, conforme já elucidada neste trabalho, é um ponto crucial na vida da população T, mas essa relação está intimamente imbricada com o preconceito e a discriminação presente nos espaços de trabalho formal:

“Eu já cansei de me esconder, eu quero expor para o mundo o meu verdadeiro eu, o André que vive aqui dentro, mas não vou mentir, eu tenho muito medo de perder meu emprego, eu até acho a equipe da direção atenciosa, mas minha preocupação vai além disso, eu trabalho numa escola muito religiosa, tenho receio de como os pais dos alunos vão lidar quando souber que seus filhos tem um professor transexual [...] assim como a mulher trans, o homem trans também é muito demonizado, então rola essa pressão, mas eu já estou decidido, vou correr o risco de ser mandado embora, mas eu vou me posicionar, não vou mais esconder quando as aulas voltarem presencialmente.”

Os relatos das entrevistas referentes a transição de gênero demonstram em como o gênero de pessoas travestis e transexuais têm relação direta em todos os aspectos de suas vidas, principalmente em suas carreiras. Todo o processo desencadeado pela transição de gênero tem uma consequência chave para o grupo aqui estudado: o impacto na integração do mercado de trabalho e nas mudanças de suas carreiras.

4.3.2 Nome social e a retificação no registro civil – o respeito a identidade

Dentre as várias demandas apontadas pelas pessoas travestis e transexuais deste estudo, destaca-se a utilização do nome social e a retificação do nome no registro civil. O uso de um nome que não corresponde a identidade de pessoas travestis e transexuais pode ser percebida como um impedimento e isolamento social, ocasionando obstáculos em várias ordens, mas principalmente no que tange a integração no mercado de trabalho formal. Diante dessa situação, uma das premissas presentes no decorrer das entrevistas foi a importância do reconhecimento do nome social e a garantia da retificação do nome no registro civil.

É importante ressaltar que muitas vezes a utilização dos termos do nome social e a mudança do nome civil são utilizadas de forma análoga, porém, tratam-se de processos diferentes. Conforme já apontado neste trabalho, Almeida e Vasconcelos (2018) explicam que o nome social não se trata da alteração do nome no registro civil, mas sim de um documento de identificação que é utilizado por meio de um documento, reconhecido como carteira. Segundos os autores, com a criação desse documento, ou por meio dele, pessoas travestis e transexuais podem se reconhecer e serem reconhecidas de acordo com o gênero que se identificam. Enquanto a retificação do nome no registro civil é a alteração do nome do indivíduo a partir da mudança de toda sua documentação, tendo como princípio o respeito e a dignidade humana.

Das sete pessoas que compõe este estudo, três já passaram pelo processo de retificação do nome no registro civil. Francine ressalta que ao ingressar na faculdade de psicologia viu a necessidade de buscar a realização da troca de seus documentos, devido a dificuldade de ter o nome social respeitado dentro da Faculdade. Ao começar a compreender melhor suas posições de direito, buscou se informar sobre o processo no intuito de realizar a mudança na documentação. O ingresso na universidade e a atuação como militante dentro de uma Associação de LGBTQIA+ da cidade de Rio Grande resultou em seu empoderamento enquanto uma mulher trans. A entrevistada explica que com o auxílio da Universidade Federal do Rio

Grande (FURG), a partir do Centro de Referência de Direitos Humanos, foi possível realizar a mudança na documentação, alterando seu nome civil:

“Nesse tempo no curso de Psicologia eu fui aprendendo muitas coisas com outras mulheres trans da cidade, junto à militância LGBT dentro de uma associação aqui de Rio Grande [...] consegui me emponderar como uma mulher trans e aí foi feito um trabalho através da FURG [...] foi aí foi que possibilitou a troca do registro (civil) [...] antes eu até tinha carteira com o nome social, mas atrás dela diz que é transexual e aquilo ali acaba sendo um marcador para a nossa população, entende? Não que eu não levante a bandeira que eu seja uma mulher trans, eu sou uma mulher trans, mas eu não preciso de um rótulo com aquele marcador atrás do meu documento salientando que eu sou uma pessoa trans, obvio que o respeito ao nome social é um passo importantíssimo, mas aquilo não é permanente, a faculdade por exemplo, só passou a de fato respeitar meu nome, no momento que apresentei meus novos documentos.”

Francine reconhece a importância da utilização do nome social, mas compreende a carteira ainda como uma forma de demarcação de seu corpo. Percebe-se que a mudança da documentação possibilitou para a entrevistada um sentimento de segurança, uma vez que a faculdade em que estudava não reconhecia o uso de seu nome social, passando a respeitar a partir da apresentação de seus novos documentos.

Dois anos depois de finalizar o ensino médio e ter dado seguimento na transição de gênero, Ruan tomou a decisão de alterar seu nome no registro civil. O entrevistado relata que ao fazer entrevistas de emprego, obtendo apenas a carteira de nome social, não se sentia seguro e confiante para buscar vagas de trabalho no mercado de trabalho formal. Ele relata que dos cinco processos seletivos que prestou, três questionaram a diferenciação de seu corpo em relação a sua documentação, ou seja, o fato de sua aparência expressar o gênero masculino e a sua documentação constar um nome feminino resultou dificuldade no entendimento da empresa:

“Aí chegou num momento que eu já estava me sentindo cansado, sem vontade, inseguro de procurar emprego sem ter mudado meu RG (Registro Geral) e certidão de nascimento. Eu tive uma transição rápida em um ano, meu corpo já estava masculino, mas meu nome ainda aparecer como de mulher me complicou, acredito que não consegui as vagas de emprego justamente por isso. Eu só me senti seguro para buscar emprego depois de ter mudado o nome na minha documentação [...] a mudança do nome depois da minha transição foi muito importante”.

A partir desse relato, é possível perceber que a abjeção dos corpos trans, que faz com que pessoas cisgênero não consigam classificar e enquadrar essas pessoas, é um fator prejudicial nas oportunidades para integrar o mercado de trabalho formal. Ruan conquistou uma vaga de emprego no primeiro processo seletivo após a realização da mudança de seus documentos, integrando o mercado de trabalho formal, demarcando sua carreira. A retificação do nome civil,

contemplando tanto o pronome quanto o sexo, pode facilitar a integração social e profissional de pessoas trans, visto que a apresentação de documentos públicos de identificação é um acontecimento constante na organização social.

Quando destoadas da condição social apresentada nas relações cotidianas, a impraticabilidade da alteração da documentação ocasiona situações de insegurança, incerteza e constrangimento, resultando no impedimento de acesso às instituições públicas e privadas. De acordo com Carvalho (2008), o nome civil integra a personalidade do ser humano, exercendo as funções indispensáveis de individualização e identificação das pessoas nas relações de direitos e obrigações desenvolvidas em sociedade.

Para Marcela, a retificação do nome no registro civil se deu devido ao apoio do Projeto de Reinserção Social Transcidadania⁶. Contemplada pelo Programa, a entrevistada afirma que a participação no Programa de política pública da cidade de São Paulo resultou num maior entendimento e reconhecimento sobre sua identidade. Com a ajuda dos advogados do Programa, Marcela decidiu entrar com um pedido de alteração de seus documentos, visando o ingresso futuro numa instituição de ensino superior:

O pessoal do programa me apoiou bastante, foi muito importante pra mim porque eu não sabia como as leis funcionavam, não sabia certo sobre os meus direitos [...] por exemplo, eu consegui mudar meu nome graças ao programa (Transcidadania), eu tive que pagar uma taxa, porque o cartório não faz nada de graça, mas o advogado do programa lá da zona norte me ajudou, juntou toda a minha papelada e entrou com o pedido, porque se fosse por conta própria nem sei se conseguiria, eu teria que correr atrás com lan house, gastar ainda mais e eu não sabia como fazer isso, aí ele juntou todos meus documentos e fez pra mim. Mas antes disso, ele também me ensinou sobre a carteirinha do nome social, que os lugares eram obrigados a me chamar pelo nome social, coisa que eu nem sabia [...] foi muito importante para mim porque agora com a minha documentação eu me reconheci ainda mais e me sinto mais tranquila para prestar vestibular e buscar uma profissão segura, me sinto muito realizada agora em ter o nome feminino no RG e na certidão de nascimento”.

Esses momentos identificados nas trajetórias de Marcela e Ruan possibilitam compreender que, ao estarem assegurados juridicamente, novos projetos (VELHO, 2003) são possíveis de traçar, ou seja, a partir da alteração de seus documentos, menos obstáculos são entendidos pelos entrevistados. Dado o potencial de metamorfose, os indivíduos podem alterar seus projetos ao longo da vida, negociando sua realidade, contemplando outros projetos

⁶ O **Projeto Reinserção Social Transcidadania** tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para pessoas trans (travestis, mulheres transexuais e homens trans) em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenação de Políticas para LGBTI da cidade de São Paulo (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2020).

individuais (VELHO, 2003). Nesse caso, a alteração do registro civil possibilitou novas oportunidades para a carreira dos entrevistados.

Como já alegado, um apontamento presente que emergiu nas entrevistas foi a importância do reconhecimento do nome social, principalmente daquelas e daqueles que ainda não realizaram a alteração do nome no registro civil. Em alguns casos, as entrevistadas/entrevistados relataram a necessidade de exigir que respeitassem o uso de seus nomes sociais. Esse foi o caso de Roberta e Naomi, que assim como Francine, em alguns momentos, não tiveram suas identidades respeitadas nas instituições de ensino superior.

A partir das vivências expostas pelas entrevistadas a seguir é possível perceber a manifestação tanto da discriminação direta quanto da discriminação indireta (RIOS, 2007) nessas trajetórias. A negação da identidade de pessoas travestis e transexuais se caracteriza como um tratamento desigual dessas perante pessoas cis, que se dá a partir de um preconceito juridicamente instituído, produzindo a violação de direitos. Roberta afirmou precisamente que por muitas vezes foi necessário confrontar a gestão da faculdade para que fosse chamada com o nome de acordo com sua identidade:

“Para a gente que não tem o nome retificado no registro civil é muito difícil, porque por mais que está na lei a obrigatoriedade do uso do nome social, as pessoas não respeitam, os colegas muitas vezes não respeitam, professor que te chama pelo nome do batismo na hora da chamada.... Não adianta, é institucional [...] eu já coloquei peito, fiz cirurgias, mas eu sinto que para ser respeitada nesses espaços formais eu preciso mudar o nome, o próximo passo vai ser a retificação do nome, eu quero que na minha certidão apareça o meu nome condizente com o meu interior, quero apresentar no documento o nome da mulher que eu sou”.

Assim como Roberta, Naomi também relatou que não teve sua identidade respeitada na Universidade em algumas aulas, a partir da negação de seu nome social nas listas de chamada, pois professores e colegas muitas vezes a chamavam pelo nome masculino, o que ocasionou sofrimento constante na entrevistada:

“É muito duro quando alguém te chama por um nome que você luta esconder, que te remete a lembrança de sofrimento e solidão, a gente precisa frisar mais a questão burocrática e institucional e como as pessoas aproveitam disso para nos desrespeitar [...] Eu estou passando agora pelo meu processo de hormonioterapia e ainda não retifiquei meu nome no registro civil, eu tenho a carteirinha do nome social, mas as pessoas não respeitam [...] a luta pelo nome social é muito digna mas ainda tem lugar que insiste em não aceitar, para isso é preciso tomar medidas judiciais, a gente não pode ficar deixando isso passar, mas dá medo, pode complicar nossa vida”.

Além do mais, o apontamento da classe social como um impeditivo para retificar o nome no registro civil também aparece nos relatos das/dos participantes. Diferente de Roberta, Naomi

e Francine que estão inseridas numa classe social um pouco mais elevada, André e Tabata mencionaram a dificuldade financeira como uma justificativa de ainda não terem realizado as alterações em seus documentos. André relatou a vontade imediata da alteração do registro:

“Agora estou focado em retificar meu nome no registro civil para conseguir ter acesso a tudo que eu quiser com o nome que me identifico, eu só não retifiquei ainda porque é caro, entendeu? Dependendo do lugar que vai fazer sai por volta de trezentos reais a documentação completa e precisa de muitos documentos, então acabei deixando porque é um dinheiro que você precisa pagar à vista [...] o preço varia de cartório para cartório, e além disso, eles também pedem uma cópia atualizada da minha certidão de nascimento, e aí tem um valor para essa cópia que fica perto dos trinta reais e mais um monte de outros documentos que tem, para só depois ir no cartório e pagar e finalizar tudo, então pelo menos uns trezentos e cinquenta reais, no mínimo”.

A retificação do nome no registro civil para uma pessoa travesti e/ou transexual pode ser percebida, de acordo com os relatos das/dos participantes, como o ponto final da transição de gênero, que geralmente têm início com a mudança corporal. Dessa maneira, a partir dos apontamentos realizados nesta seção, compreende-se que o desrespeito ao nome social se vincula a uma precarização subjetiva da população travesti e transexual, ferindo a dignidade desses sujeitos/sujeitas de serem respeitados com a identidade de gênero que se identificam.

Além disso, percebe-se que o uso do nome social e a retificação do nome no registro civil têm um caráter significativo na carreira das/dos participantes, visto que a negação de suas identidades se apresenta como um obstáculo para a realização de diferentes ações na sociedade, principalmente no que concerne ao mercado de trabalho formal. Desse modo, a necessidade da mudança ou retificação do nome se manifesta como um dos elementos essenciais para o processo de exercício pleno de cidadania.

4.3.3 Escolha das profissões – um campo limitado?

No intuito de analisar a maneira como são construídas as carreiras de pessoas travestis e transexuais que integram o mercado de trabalho formal, foi possível perceber que a escolha dos campos de trabalho da população aqui estudada não está demarcada especificamente ao ingresso no ensino superior, como marco profissional, visto que há inúmeros obstáculos e dificuldades no que tange ao acesso a empregos formais. Dessa maneira, algumas entrevistadas, antes de ingressarem no mercado de trabalho formal, tiveram suas histórias marcadas pela passagem na informalidade. A partir do exposto, nota-se a importância de identificar dois aspectos: os campos de possibilidades de trabalho que mulheres travestis e transexuais estão

condicionadas e os marcos que essas passagens na informalidade trazem para a carreira dessas participantes.

Diferente dos homens trans que compõe este estudo, as mulheres travestis e transexuais parecem estar mais sujeitas a uma limitação da atuação profissional. Essa afirmação pode ser confirmada a partir dos relatos de Marcela, Tabata, Roberta e Francine, uma vez que as opções de trabalho apresentadas pelas participantes foram demarcadas por dois campos bem específicos: o ramo de beleza/estética e/ou a prostituição.

Marcela relatou que não enxergava possibilidade de trabalho além dos salões de beleza. Depois de sua mudança da Paraíba para São Paulo, a entrevistada chegou a trabalhar como cabeleireira, mas após a sua demissão devido a sua transição de gênero, adentrou no campo da prostituição:

*“Eu consegui emprego rápido [...] mas consegui na área da beleza né, porque é nessa área que a gente consegue, **não tem muita opção, ou a gente vira cabeleireira ou a gente vira prostituta**”.*

Assim como Marcela, Tabata também apontou essa limitação. Após o abandono familiar e a exclusão escolar, não enxergou outra possibilidade a não ser começar a realizar programas:

*“Aí você vai morar na casa de cafetina [...] eu tinha que me sustentar de alguma maneira, eu tinha que suprir e sobreviver com aquele dinheiro que a prostituição me dava. Trabalho (formal)? Esquece! Se você não tem formação, não tem algum curso que te qualifique, que te complete, **o mercado de trabalho não te abre as portas, só se for para ser cabeleireira ganhando mal e sendo explorada.**”*

Já Roberta enfatizou que por mais que tivesse o apoio dos pais e certa estabilidade financeira, chegou a realizar alguns programas devido a um momento de sua vida marcada pela incerteza e insegurança:

*“Mas não vou te mentir, eu até cheguei a fazer alguns programas **porque eu achava que travesti e mulher trans estava destinada a prostituição**, eu estava com medo da forma que a sociedade me trataria, cheguei a fazer alguns (programas) para ver, mas eu tinha muito medo dessa vida, eu não queria essa vida não, então eu decidi que iria estudar para o ENEM e começar uma faculdade”.*

Por mais que Francine não tenha passado pela prostituição, a entrevistada afirmou que ao decidir pedir demissão da rede farmacêutica em que trabalhava e iniciar sua transição de gênero, viu-se condicionada a escolher dois caminhos: ou adentrava a prostituição ou partia para os serviços da área de beleza e estética. Após a saída da farmácia, Francine investiu em cursos profissionalizantes de beleza e seguiu por 15 anos trabalhando como cabeleireira:

“Naquela época eu tinha somente duas escolhas: ou eu ia para a rua e prostituía ou eu iria trabalhar em salão de beleza para ser aceita. Nenhum outro mercado de trabalho formal aceitava naquela época pessoas travestis e transexuais [...] tu não via uma travesti sendo graduada, uma travesti frequentando uma universidade pública ou privada, uma travesti atendendo na loja, no restaurante... Nossa população sempre foi restrita a viver na rua para ter subsistência, a gente tinha que recorrer a prostituição para ter o possível para sobreviver”.

Reflete-se sobre o quanto essas indivíduos precisam abrir mão de espaços de trabalho com mínimas proteções, como no caso de Francine por exemplo, para que a esfera de reconhecimento seja minimamente atendida – nesse caso, reconhecimento da identidade de gênero. E como as escolhas, quando existem, são difíceis, pois é preciso ainda optar por um espaço profissional que a pessoa não se identifique profissionalmente para que tenha um mínimo de reconhecimento de gênero.

Através dos relatos apresentados pelas participantes, é possível destacar que as atividades tradicionalmente atribuídas para mulheres trans e travestis são aquelas que são destinadas ao feminino e que normalmente não exigem alto nível de qualificação. Em relação à inserção no mercado de trabalho, as poucas oportunidades que aparecem não envolvendo a prostituição são ofertadas na área da beleza e da estética.

O mercado de trabalho então colabora para reificar a marginalização dessas pessoas ao excluí-las de outras ocupações que não seja a prostituição. Desse modo, a prostituição se torna, então, um trabalho quase que inevitável, muito por conta da discriminação que limita as oportunidades de mulheres trans e travestis. As narrativas expostas pelas participantes deste estudo vão ao encontro do número relatado pela ANTRA, que indica que 90% da população T perpassa pelo mercado informal de trabalho, mais especificamente pela prostituição. A partir das limitantes oportunidades que a população T está condicionada, torna-se possível realizar essa articulação com o que Velho (2003) vai chamar de campos de possibilidade nos estudos de carreira.

Os campos de possibilidades representam o conjunto de alternativas que se apresentam ao indivíduo ao longo de sua carreira, estando aptas a serem reinterpretadas ao longo de suas vidas (VELHO, 2003). As restritas oportunidades em diversos setores da sociedade colocadas para a população T condicionam essas mulheres a limitadas oportunidades laborais, ocasionando uma exclusão de espaços formais de trabalho mais protetivo. Desse modo, as carreiras de mulheres trans e travestis estão marcadas por um campo de possibilidade mínimo em determinados momentos de suas vidas.

A discussão proposta aqui vai ao encontro da noção de carreira proposto por Hughes (1937), que a compreende como uma construção realizada a partir de objetividades e subjetividades que compõe as oportunidades que o indivíduo vivencia, estando dependente do campo de possibilidade em que o indivíduo está exposto. Assim, o campo de possibilidade é um conceito fundamental, no intuito de buscar compreender a maneira pelas quais os projetos de mulheres trans e travestis se movimentam ao longo de suas trajetórias de vida.

Com base nessa discussão, destaca-se que a prostituição é um campo complexo de se retratar, principalmente porque os debates envolvidos sobre a ocupação podem, e geralmente vem, permeados de moralidade. Além disso, para uma análise completa desse campo seria necessário um aprofundamento e amadurecimento teórico e empírico sobre o conceito e sobre a profissão, o que nesse caso fugiria dos objetivos propostos desta pesquisa. Desse modo, não se têm o intuito de aprofundar a discussão sobre a prostituição neste trabalho, uma vez que o foco desta pesquisa está direcionado às pessoas travestis e transexuais que hoje integram o mercado de trabalho formal. Porém, percebe-se que ao ignorar esse aspecto nas carreiras das entrevistadas aqui estudadas, estaria contribuindo para realizar um apagamento de uma parte significativa de suas vidas, além de desconsiderar a noção sobre os campos de possibilidades e das limitantes escolhas de carreira que marcam essa população em determinados momentos de suas vidas.

A partir do exposto, percebe-se a importância de realizar algumas provocações que visam avançar as discussões sobre trabalho e população travesti e transexual. Nesse sentido, questiona-se: onde estão as travestis e transexuais para além da prostituição? Que espaços a população T ocupa no mercado de trabalho formal? E quando são contratadas, de que forma é realizada essa integração profissional? Mostrando que há possibilidades de realizar pesquisas que não se pautem apenas na prostituição quando se refere a população T e trabalho, esses questionamentos serão respondidos na seção 4.4. Vale destacar que a intenção em estudar as carreiras de pessoas travestis e transexuais que tiveram acesso a espaços de trabalho formal, para além da prostituição, não foi para desprestigiar essa alternativa de sustento, seja para aquelas que optam ou por aquelas que estão nela por falta de outras oportunidades.

4.3.5 O ingresso no ensino superior – obstáculos, superações e resistências

Dos sete participantes que integram este estudo, cinco passaram pelo ensino superior. A entrada na faculdade e a conclusão da graduação podem ser identificadas como uma superação na vida dessas/desses participantes, uma vez que o alto índice de exclusão escolar (ensino fundamental e médio) está marcado na vida de pessoas travestis e transexuais.

A entrada ao ensino superior é sem dúvida um privilégio social, principalmente numa sociedade desigual como a brasileira. O Brasil é o país que se encontra em terceiro lugar no índice de desigualdade no mundo, sendo que apenas 14% da população chega ao ensino superior e 38% dos concluintes não alcança o nível pleno de formação (OCDE, 2016). Quando se trata da população T, levantamentos realizados pela ANDIFES revelam que estudantes travestis e transexuais representam apenas cerca de 0,1% do total das instituições federais de ensino superior. Dessa maneira, compreende-se que as/os cinco participantes deste estudo que tiveram acesso ao ensino superior podem ser considerados exceções.

O ingresso no ensino superior, social e culturalmente, configura maior autonomia e liberdade, mas também se assumem responsabilidades a partir da necessidade de buscar caminhos profissionais que possam levar à uma independência financeira. Essa definição profissional é indicada pelo rito de aprovação no vestibular e pela posterior inscrição em uma universidade ou faculdade. O ingresso no ensino superior pode ser definido como um marco da escolha profissional, logo, sendo um dos aspectos centrais que marcam a carreira de um indivíduo.

No intuito de analisar de que maneira se insere e vivencia a população travesti e transexual no ensino superior, fez-se os seguintes questionamentos: Em que período da vida ocorre esse ingresso? Antes ou depois da transição de gênero? Quais os pontos em comuns e dissemelhantes que podem ser apontadas a partir das trajetórias aqui estudadas? O que marca esse momento? E como se dão as relações sociais dentro das universidades e/ou faculdades para essas pessoas? Esses questionamentos realizados servirão como um guia para a discussão aqui proposta.

A partir das narrativas das/dos participantes, afirma-se que das/dos cinco entrevistados e entrevistadas que ingressaram no ensino superior, quatro passaram por faculdades privadas, como foi o caso de André, Francine, Roberta e Tabata, sendo Naomi a única participante a ingressar numa universidade federal. Dentre essas trajetórias, André é o único que ingressa na faculdade ainda sem compreender sua identidade trans e sem realizar a transição de gênero. André tem acesso ao ensino superior ainda com 18 anos de idade, matriculando-se no curso de

análise e desenvolvimento de sistemas e, conforme relatou, ainda não tinha uma compreensão sobre sua identidade:

*“Quando eu entrei na faculdade com 18 anos, lá em 2013, eu tinha mais ou menos uma noção de quem eu era, mas eu não falava sobre o assunto, porque eu achava que as pessoas não iriam entender, até porque nem eu me entendia direito. Eu não sabia o significado do termo transexual, não sabia o que era, eu só me sentia daquela forma, me sentia diferente, mas eu não sabia explicar, e como eu não sabia explicar eu achava que as pessoas não iriam entender, então eu fui empurrando com a barriga [...] eu fui entender durante a faculdade, mas nada muito certo, eu ainda não tinha confiança para falar sobre esse assunto com as pessoas, então eu passei todo o período da faculdade sem falar sobre a minha identidade. **Eu mentia para mim mesmo e me escondia de mim mesmo e acho que foi por esse motivo que nunca sofri transfobia na faculdade, porque eu estava vivendo uma mentira.** O que posso te dizer é que eu sofria homofobia, porque eu sempre fui muito masculino, então sempre tinha umas piadas, uns comentários [...] mas fico imaginando como seria se tivesse me assumido e transicionado naquela época, o tanto de obstáculo que eu não teria que enfrentar”.*

Com base no discurso de André, foi possível perceber que não assumir uma identidade trans enquanto ainda estava na faculdade possibilitou que não sofresse transfobia, mesmo já sendo discriminado por performar o gênero masculino. As normas instituídas que demarcam a dicotomia de gênero e que se mostram presente através da fala de André nas instituições sociais, apontam que uma transição considerada tardia, ou seja, depois de já ter concluído os estudos e garantido um diploma, pode ser de certa forma vantajosa⁷ para a construção de sua carreira.

Diferente de André, Francine não tinha perspectivas de ingressar numa faculdade. A construção de sua carreira até os 40 anos estava demarcada por dois momentos: o primeiro, a partir da sua trajetória numa rede de farmácia, antes de realizar a transição de gênero; e o segundo, baseado na sua profissão enquanto cabeleireira, na qual atuou por 15 anos. Cansada das situações depreciativas que vivia no salão, Francine vislumbrou uma alternância de projeto na sua trajetória, negociando sua realidade. De acordo com Velho (2003), o indivíduo pode alterar seus projetos ao longo da vida ao negociar a realidade contemplando outros projetos, sejam eles individuais ou de grupos. Conforme aponta o autor, os projetos individuais da vida de um indivíduo são influenciados por projetos coletivos. Esses projetos coletivos incluem os traços da família, grupos e instituições. Para Francine, o projeto de ingressar no ensino superior veio apoiado por um amigo e pelo seu marido:

“Eu fiquei quinze anos atuando na área da beleza né, trabalhando em salão, mas eu já não aguentava mais aquela vida de humilhação por parte dos clientes e dos donos de salão, eu queria melhorar a minha vida, sair daquela dependência pois já não estava

⁷ Considerando apenas fatores externos à subjetividade do entrevistado. Se levarmos em conta o sofrimento dele por não transicionar e não vivenciar sua verdadeira identidade, não há supostas vantagens nesse processo.

mais feliz com a minha realidade [...] um amigo meu acabou me falando: porque tu não vai fazer uma faculdade? Tu é inteligente, tu tem ensino médio completo, vai fazer uma faculdade, faz enfermagem”.

Francine decidiu prestar o vestibular, mas ainda não tinha em mente a profissão que gostaria de seguir. Conforme relatou, os campos limitados de possibilidade mais uma vez apareceram em sua vida. Mesmo decidindo realizar uma graduação, percebeu as limitações no momento de decidir o curso:

*“Porque tem esses estereótipos que cercam nossa população né, ou tu é puta ou tu é cabeleireira, ou **quando tu atingir a graduação tem que ser enfermeira, para poder te aceitarem dentro do hospital para poder ser uma mulher trans** [...] aí eu peguei falei com meu esposo e com o apoio dele eu entrei pra graduação em enfermagem”.*

O fato de ser uma mulher trans condicionou no momento da escolha do curso. Na tentativa de ser aceita numa das poucas profissões em que vislumbrava como possível, o acesso a um futuro emprego e, portanto, a condições de integração profissional protetiva, optou por iniciar a graduação de Enfermagem, que era um curso com o qual não se identificava. Após duas semanas de início das aulas, no entanto, Francine percebeu que não conseguiria dar continuidade ao curso:

*“Aí eu fui e cursei duas semanas de enfermagem, mas comecei a ver uns vídeos, comecei a ver as coisas e fiquei apavorada. Eu disse: eu não vou ter estômago para isso, enfermagem não é o meu papel, eu não vou conseguir... **foi aí que eu saí do curso de enfermagem e troquei para o curso de Psicologia**”.*

Esse momento na vida de Francine foi crucial para uma transformação em sua trajetória de vida. A mudança do curso de Enfermagem para o de Psicologia marca o início da sua definição profissional e a construção de uma nova carreira enquanto Psicóloga. Esse marco pode ser apontado como um ponto de virada em sua carreira, uma vez que se tornou a primeira mulher trans Psicóloga da cidade do Rio Grande/RS.

Diferente de Francine, que ingressa no ensino superior após ter carreira de cabeleireira construída, Roberta adentra a faculdade três anos após finalizar o ensino médio, com 22 anos. Decidida a buscar emprego no mercado de trabalho formal, optou pelo curso de Administração, visualizando alcançar uma vaga de trabalho com mais facilidade. O projeto vislumbrado por Roberta ao fazer uma faculdade também se encontra inserido no projeto coletivo proposto por Velho (2003), uma vez que incluem os traços de sua família:

“Três anos depois de ter terminado o ensino médio eu decidi que eu iria prestar o ENEM e fazer uma faculdade. Eu tinha dúvidas sobre o que fazer, mas pensando na possibilidade de ter um acesso mais rápido no mercado de trabalho eu optei pela

administração [...] eu tive pleno apoio dos meus pais para isso, inclusive eles me ajudam a pagar o curso [...] eles querem o melhor para mim”.

Assim como Roberta, Naomi inicia a faculdade ainda na juventude. Com o apoio de seus pais, opta pelo curso de Física. A ida de Naomi para a universidade também é marcada por um contexto de mobilidade. A entrevistada relatou que sair de São Paulo e ir morar em Campinas, assumindo sua identidade transexual, foi um marco importante na sua trajetória de vida:

“Minha entrada na faculdade foi o primeiro momento que tive que lidar com a minha identidade perante a sociedade, porque eu já entro na universidade com o nome social né, logo depois de ter iniciado a minha transição e morando longe dos meus pais não fácil, eles me apoiam e eu tive que lidar com muita coisa sozinha aqui em Campinas, mas foi um marco na minha vida, eu amadureci e aprendi muito”

Na trajetória de Tabata, o ingresso ao ensino superior aos 24 anos foi um ponto de inflexão em sua carreira. Tabata viveu na prostituição dos 13 aos 22 anos de idade, possuindo uma história marcada por processos de abandono e exploração. Após finalizar a faculdade, tornou-se a primeira mulher trans bailarina clássica da cidade de São Paulo. Tabata também foi a primeira mulher trans a ingressar nessa instituição de ensino em que se formou. Atualmente é bailarina clássica e professora de dança, trabalhando socialmente numa ONG que tem como objetivo levar música e dança para crianças em situação de vulnerabilidade social no bairro do Campo Limpo/SP:

“Eu saí da prostituição, voltei a estudar, fiz o primeiro e o segundo grau na época né e aí entrei para faculdade de dança [...] me tornei a primeira mulher trans bailarina clássica aqui de São Paulo, tenho muito orgulho da virada que teve a minha vida”.

O ingresso da população T à um curso de graduação pode ser percebido a partir dos relatos das/dos participantes desta pesquisa como uma forma de superação da norma, visto que há um expressivo índice que marca a exclusão dessa população no espaço escolar. Destaca-se, então, que o preconceito e a discriminação que pessoas travestis e transexuais vivenciam na escola, conforme retratado na seção 4.2.4, também se estendem quando elas/eles ingressam nas instituições de ensino superior. Todas as entrevistadas que passaram pela faculdade depois do início da transição relataram processos discriminatórios nesse processo.

Conforme apareceu nas narrativas das entrevistadas que tiveram acesso ao ensino superior, o período inicial das aulas foi demarcado por sentimentos de medo e insegurança. Para Francine, o primeiro ano de faculdade foi marcado por processos constantes de enfrentamentos da realidade, principalmente no que concerne à aparência:

*“Nesse tempo que entrei na faculdade eu já tinha tomado hormônio por muito tempo, todo o tempo que vivi trabalhando no salão, porém eu ainda tinha nome de menino. **E aí foi muito difícil porque a aparência não condizia com o nome e eu passei por diversas dificuldades dentro da faculdade [...]** de chegar no professor e ter que falar: olha eu sou uma aluna trans, o meu nome é fulano de tal na chamada mas eu gostaria de ser tratada como Francine... Foi um processo difícil no início, mas hoje eu compreendo que a faculdade aprendeu muito comigo e eu aprendei a me construir enquanto sujeito dentro deste espaço”.*

Assim como Francine, Roberta e Naomi também destacaram o preconceito que perpassam os corpos trans. Para Roberta, os olhares de rejeição marcaram o início de seu ingresso no ensino superior:

*“Eu estava com quase vinte anos e eu já estava fazendo transição, já estava bem mais feminina, vestindo roupas de mulher [...] e aí entrei para faculdade e foi aquela luta né... **Quando você é travesti, quando seu gênero desafia algo que está imposto, aí você vê que travesti e transexual não passa despercebida em lugar nenhum**, as pessoas são muito preconceituosas, te olham com olhar de julgamento”.*

O preconceito e a discriminação referente a aparência resultaram no adoecimento de Naomi:

*“Tive que lidar com muito preconceito por causa da minha aparência, meu primeiro ano na universidade foi muito difícil por causa disso, eu não tinha noção prática do significava assumir uma identidade trans na sociedade, e isso pegou muito forte para mim. Eu fiquei numa depressão bem forte [...] naquela época eu não conseguia ir para a faculdade porque eu não conseguia me trocar porque eu não olhava mais no espelho, **eu cheguei a cobrir os espelhos com lençóis**, eu não conseguia sair de casa, o primeiro ano de universidade, morando longe dos meus pais foi bem difícil.*

A partir das narrativas das entrevistadas, compreende-se que a vivência da travestilidade e transexualidade perpassa a intersecção em que o gênero se encontra, pois se situa recortado no cotidiano binário das representações de gênero (PELÚCIO, 2011). Dessa maneira, as normas de gênero instituídas e reiteradas por meio da dicotomia homem-mulher acabam por gerar exclusão dos corpos que não se encontram encaixados dentro desse binarismo.

Além da questão da aparência, outros pontos foram apontados pelas entrevistadas referente à discriminação vivenciada no ensino superior. Tabata, por exemplo, precisou processar a faculdade para que pudesse dar continuidade a seus estudos, conforme relatou na entrevista, pois o estigma à população travesti e transexual e a associação ao vírus do HIV foram pontos diretos de discriminação:

“A minha permanência no espaço da faculdade foi muito difícil, só barreira atrás de barreira. A faculdade tentou me expulsar na época, eu tive que processar a faculdade [...] eu já estava com vinte quatro para vinte cinco anos, e eles não me queriam lá porque eles diziam que eu remetia a doença. Depois eu fui entendendo né, a gente estava

naquela explosão do HIV, foi uma luta terminar e pegar meu diploma, mas eu consegui!
”.

Um outro apontamento importante a ser considerado foi a discriminação referente ao uso do banheiro. Conforme expresso na narrativa de Roberta:

“Logo quando eu entro para a faculdade eu passei por poucas e boas. No meu primeiro ano inteiro eu não usava o banheiro para você ter noção, eu me segurava e sempre chegava em casa muito apertada, mas eu não me sentia segura de usar, porque é aquilo né [...] ninguém quer ver travesti no banheiro, os homens olham e xingam parece que tem uma alienígena usando o banheiro e no banheiro das mulheres a gente é reprimida né? Teve um dia que eu fui entrar no banheiro feminino porque eu já estava muito apertada e uma mulher entrou na minha frente e disse que não iria deixar eu usar o banheiro, aí eu retruquei e disse que eu iria sim e a gente foi parar na coordenação [...] ela gritou comigo e eu gritei mais alto, eu já sabia dos meus direitos nessa época, eu apelei mesmo, eu falei que iria botar a polícia abaixo naquela faculdade e que iria processar e aí você sabe né? Quando a faculdade escutou a palavra processo aí foram resolver as coisas”.

O uso do banheiro é uma pauta reconhecida como urgente para as pessoas travestis e transexuais. O respeito à utilização do banheiro de acordo com o gênero a qual a pessoa se identifica é garantir o mínimo de direitos humanos. Realizando uma articulação com Santos (2011), isso pode ser explicado de devido aos sistemas de desigualdade e exclusão estabelecidos por meio da opressão de gênero, que resultam em complexas teias de poder, pelas quais grupos hegemônicos constroem e impõem linguagens e crenças que implicam na rejeição, marginalização ou silenciamento de pessoas que não contemplam a inteligibilidade de gênero.

Assim como Tabata, Roberta e Francine também foram as primeiras mulheres trans a ingressarem nas instituições de ensino que estudaram. Entende-se a importância de ressaltar esse elemento, uma vez que, na busca pela institucionalidade por parte das entrevistadas, elas ressaltaram que as próprias instituições de ensino não souberam lidar com suas identidades inseridas naquele espaço. Essa ação pode ser identificada devido ao baixo número de pessoas travestis e transexuais que não alcançam o ingresso ao ensino superior. Isso pode ser evidenciado nas duas falas de Francine destacadas a seguir:

*“Aí tu entra numa instituição privada, um meio totalmente diferente [...] e eu estava ali dentro daquela instituição, eu não conhecia nenhuma pessoa, e não tinha ninguém trans e travesti dentro daquela faculdade, foi um momento difícil, foi a partir da minha entrada que foi se abrindo os caminhos dentro desta instituição, eu costumo dizer que **eu aprendi muito com a instituição e a instituição aprendeu muito comigo**”.*

“E eu fui me reconhecendo feminina, naquele espaço, me identificando com as pessoas, depois que retifiquei meu nome no registro civil, as coisas ficaram mais fáceis vamos se dizer, porque a partir dali eu consegui ser chamada de Francine, e a partir dali eu criei asas, tomei aquele espaço como meu por direito e comecei a construir a minha

imagem como a Francine psicóloga. A faculdade ganhou muito comigo e eu ganhei muito com ela”

Desse modo, no intuito de se adaptarem a realidade das instituições que tanto socialmente quanto burocraticamente não estavam preparadas para recebe-las, aponta-se as estratégias de enfrentamento ao preconceito e a discriminação vivenciadas pelas entrevistadas deste estudo.

Para Francine, a estratégia utilizada foi que ao ingressar na faculdade teve que conversar e explicar para cada professor e professora a sua identidade de gênero, para que pudesse ter seu nome social respeitado nas listas de chamada:

“Eu passei de dois a três semestres com o nome errado dentro da instituição, eu sempre expliquei que era uma mulher trans, nunca escondi, ia em professor em professor explicar a situação. Era um desespero muito grande porque toda vez que tinha uma prova institucional, a prova já vinha com meu nome de nascimento, e por mais que o professor soubesse que eu era uma mulher trans, as vezes ele esbarrava”.

Enquanto que para Roberta, o fato do ingresso de uma outra mulher trans na faculdade possibilitou que juntas somassem forças para enfrentar as dificuldades institucionais:

“No meu segundo ano de faculdade entrou outra mulher trans lá, que hoje é a minha amiga né [...] aí a gente uniu forças, ela já era mais militante que eu, ela sabia falar bem, se expressar e aí colocamos aquela faculdade para baixo, começamos a reivindicar nossos direitos, ir em busca do reconhecimento por parte da institucionalidade. A gente criou muitos eventos para informar e sensibilizar os colegas”.

“Foi bem importante a entrada dessa minha amiga e o meu laço com ela, ela me deu muita força, porque eu já quis por muitas vezes desistir, porque não é fácil, sabe? Você quer ter um futuro, você quer estudar, quer trabalhar, mas a sociedade de poda, te impede, é muito triste como as travestis vivem nesse país”.

Um aspecto semelhante apontado pelas entrevistadas neste estudo foi a dificuldade de terem seu nome social respeitado. No intuito de não prolongar essa discussão, evidencia-se que o apontamento referente a utilização do nome social já foi evidenciado numa das seções anteriores.

4.4 Integração profissional

Nesta seção serão apresentados os aspectos relacionados à integração da população travesti e transexual no que se refere ao mercado de trabalho formal. A partir das narrativas

das/dos participantes deste estudo, emergiram como categorias os seguintes elementos: a) os atores mediadores e de suporte; b) o mercado de trabalho formal;

4.4.1 Atores mediadores e de suporte

A partir das discussões realizadas até aqui, foi possível perceber a existência de inúmeros desafios e obstáculos referentes ao acesso de pessoas travestis e transexuais no mercado de trabalho formal. O preconceito e a discriminação que atravessam a vida desses sujeitos estão marcados por um processo de exclusão social mais amplo que perpassam pelas trajetórias aqui estudadas e que vão desde a falta de apoio familiar, a exclusão escolar, a negação de suas identidades e as limitadas oportunidades de vida, reincidindo diretamente na integração ao mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, na construção de suas carreiras.

No entanto, conforme já apontado nesta pesquisa, todos os/as participantes deste estudo chegaram na condição de acesso ao mercado de trabalho formal, encontrando oportunidades de trabalho mais qualificadas e superando as estatísticas no que tange ao ingresso de pessoas travestis e transexuais no mercado formal de trabalho. A partir das narrativas das/dos entrevistados foi possível identificar que no processo de busca por um emprego formal houve, em alguns casos, a interferência de atores externos que contribuíram para que esses participantes conseguissem ter acesso ao mercado de trabalho formal. Nesse sentido, esta seção tem como objetivo identificar por meio das narrativas quais foram as iniciativas integradoras que fizeram a intermediação entre a população T e o mercado de trabalho formal e quais ações foram realizadas para que essa inserção pudesse acontecer.

Dos sete participantes deste estudo, quatro deles tiveram o suporte de atores mediadores que contribuíram para que pudessem ter acesso ao ambiente de trabalho formal. Enquanto Roberta, Naomi e Ruan contaram com o apoio de um portal virtual de empregabilidade trans (Transempregos), Marcela foi contemplada por um Programa de política pública (Transcidadania), essencial para que conseguisse uma vaga de emprego. No intuito de articular e analisar as ações concretas dessas iniciativas integradoras nas trajetórias das/dos participantes, apontando o momento de suas vidas, busca-se no decorrer desta seção descrever, mesmo que brevemente, o papel dessas iniciativas integradoras a fim de apresentá-las.

Conforme apontado, Roberta, Naomi e Ruan encontraram as vagas de seus atuais

empregos no site do Transempregos⁸. Roberta estava terminando a faculdade de Administração e ainda não tinha conseguido nenhuma vaga de estágio enquanto cursava o ensino superior. Insegura em não alcançar uma vaga no mercado de trabalho formal por ser uma mulher trans, relatou que pensou na possibilidade de ficar desempregada mesmo sendo graduada:

“A verdade é que a gente é excluída totalmente da sociedade, não se vê travesti de dia em espaços públicos, esse espaço não é reservado para nós, a nossa população é privada disso, e eu estava percebendo na pele a grande dificuldade de encontrar uma vaga de emprego, até aí eu não tinha conseguido estágio, estava terminando a faculdade de administração e já estava pensando que talvez não conseguiria [...] eu chorava para a minha mãe e eu falava que de nada adiantava estudar se eu não iria conseguir emprego por ser uma mulher trans, eu falava: do que adianta estudar, se esforçar, se formar, se não vão me dar emprego? [...] eu já estava desanimada porque quando finalmente entrei na transempregos para ver o que tinha, não aparecia muitas vagas qualificadas, as vagas do portal continuavam sendo de baixos salários, atendente de call center, faxineira... até que um dia eu estava olhando sem esperança já as vagas no portal e vi uma para auxiliar administrativo, então pensei: bom, essa vaga é minha! ”.

A partir do relato de Roberta, foi possível perceber que a procura de um emprego no mercado de trabalho formal no estilo tradicional, ou seja, a partir da entrega de currículos de forma ampla, não resultou na chamada para uma entrevista presencial. Destaca-se que a existência de um portal de empregabilidade trans que divulga e direciona vagas especificamente de empresas que estão abertas a receberem pessoas travestis e transexuais em seus quadros de funcionários possibilita um sentimento de segurança para quem está buscando um emprego. Na narrativa de Roberta é possível identificar que a partir do momento em que ela compreende que está enviando o currículo para uma organização que está aberta para recebê-la, faz com que o sentimento de insegurança diminua:

“Eu fiquei animada em fazer a entrevista, porque eu sabia que era uma empresa que no mínimo tinha passado por algum processo de sensibilização. Eu fui bem confiante para entrevista, me senti à vontade no processo seletivo”.

Após decidir mudar de universidade, sair de Campinas e voltar a morar com seus pais na capital paulista, devido ao início de sua transição de gênero, Naomi percebeu que era o momento de procurar um emprego. Porém, o sentimento de insegurança falava mais alto, uma

⁸ O Transempregos é considerado o mais antigo projeto de empregabilidade para pessoas transgêneras no Brasil, possuindo o maior banco de dados e currículos desse segmento no país. O projeto foi criado no intuito de atuar junto às organizações para inserir pessoas trans no mercado de trabalho formal e tem como principal objetivo garantir emprego e dignidade para vários cidadãos e cidadãs que são excluídos do processo de seleção das empresas brasileiras pelo simples fato de terem uma identidade de gênero não inteligível. Além do portal de empregabilidade, o transempregos também atua por meio de parceria com organizações que demonstram algum tipo de comprometimento social, realizando palestras de sensibilizações e capacitações (PAIS-SILVA; LEAL, 2019).

vez que a partir de assumir uma identidade trans socialmente, as opções de trabalho se limitavam. Ela relatou que no início deste ano passou por um processo seletivo para uma vaga de estágio numa escola particular, na área de Física, seu curso de atuação, mas devido pandemia da Covid-19, a escola suspendeu todas as contratações. Foi nesse momento que Naomi recorreu ao Transempregos:

*“Eu estava voltando a morar com meus pais em São Paulo, mas eu ainda queria minha liberdade, queria procurar um cantinho meu e entendi que precisava começar a trabalhar, até para ter mais independência, e foi aí que começou a minha busca para ingressar no mercado de trabalho. Mas essa é uma questão difícil, o mercado de trabalho é muito preconceituoso, as pessoas têm dificuldade em nos aceitarem, isso dificulta muito conseguir um trabalho digno [...] Eu não cheguei a realizar muitas entrevistas, eu passei por um processo seletivo no começo do ano, para ser estagiária e monitora de física numa escola particular aqui de São Paulo, mas aí veio a pandemia e eles suspenderam tudo [...] **foi então que eu comecei a acompanhar a plataforma do transempregos**, que é uma plataforma que é um banco de dados de divulgas vagas para a gente que é trans, eu comecei a mandar currículo para essas empresas que estavam cadastradas lá e aí eu consegui fazer uma entrevista a dois meses atrás, **foi muito legal porque as vagas foram pensadas pra isso, foi uma realização enorme quando soube que eu iria ser contratada nessa empresa**”.*

Assim como Roberta, Naomi também se sentiu mais segura ao realizar uma entrevista numa organização em que ela sabia que estava interessada em contratar pessoas travestis e transexuais. O sentimento de segurança em passar por um processo seletivo em uma organização que está em busca da população T para compor o quadro de funcionários foi um fator marcante para ambas as entrevistadas.

Ruan é motorista de uma empresa de cooperativa médica e também foi contratado após encontrar a vaga no portal Transempregos. Conforme apontado pelo entrevistado, ao saber da função social que o portal estabelece com a população travesti e transexual, não hesitou em enviar seu currículo na busca de ingressar o mercado de trabalho formal:

“Assim que fiquei sabendo do portal, eu logo entrei e fiquei de olho nas vagas, é uma iniciativa muito importante o que eles fazem, porque eu não vou inventar para você, mas a gente não sente seguro em fazer entrevista em qualquer empresa viu, eu até fico mais tranquilo porque já tenho meu nome retificado no registro civil, mas mesmo assim a gente nunca sabe o que vai encontrar, o que a gente vai escutar...”

De acordo com as/os entrevistadas/entrevistados, o Transempregos cumpre uma importante função social na vida de pessoas travestis e transexuais, funcionando como uma iniciativa integradora entre a população T e o mercado de trabalho formal. Nesses casos, pode ser visto o entrelaçamento do que Paugam (2003) reconhece como uma dimensão fundamental no processo integrador a partir da proteção e do reconhecimento, uma vez que a proteção remete

ao conjunto dos suportes que o indivíduo pode mobilizar face aos imprevistos na vida, enquanto o reconhecimento remete à interação social que estimula o indivíduo a lhe fornecer a prova de sua existência e de sua valorização. Para o autor, esses laços de interesse asseguram aos indivíduos um lugar no mundo. Desse modo, o Transempregos funciona como uma rede de suporte para a população T, ao buscar integrar sujeitos e sujeitas que historicamente são abandonados do processo integrador, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho formal.

Já Marcela contou com o suporte do Projeto de Reinserção Social Transcidadania⁹. Conforme seu relato, a entrevistada conheceu o Programa aos 38 anos de idade, por meio de uma grande amiga, a ativista LGBTQIA+ que faleceu ainda esse ano depois de contrair Covid-19. Marcela narra que Amanda insistiu para que ela se inscrevesse no Transcidadania, pois sabia que a amiga ainda não tinha conseguido concluir os estudos. Moradora da Zona Leste de São Paulo, no bairro da Penha, Marcela explica que tinha surgido uma vaga no Transcidadania no Centro de Cidadania LGBTI da Zona Norte – ela conta que não pensou duas vezes para realizar a inscrição.

De acordo com o relato de Marcela, o Programa foi um divisor de águas em sua vida, podendo ser apontado como um ponto de inflexão em sua carreira. A partir da contemplação no Programa, Marcela voltou a estudar e concluiu os estudos, obtendo o diploma do ensino médio. Além das formações sociais e profissionais fornecidas pelo Programa, foi por meio da sua participação que ela conseguiu ingressar no mercado de trabalho formal, trabalho que realiza até hoje como estoquista numa rede de supermercados:

“Agradeço muito ao programa porque me ensinou muito com palestras, me ensinou a me comportar melhor, a entender melhor minha identidade de gênero [...] as palestras, as reuniões que eu tinha eu tirava muito proveito de tudo aquilo, muita coisa que eu conquistei eu devo ao programa, eles me realocaram no mercado de trabalho formal e fizeram eu entender que eu poderia ter um projeto de futuro”

Observa-se, assim, que tais iniciativas buscam construir alternativas de integração social por meio do trabalho pela qualificação profissional (foco do projeto Transcidadania) e pela promoção de vínculos formais (contratação) de pessoas transgênero em organizações

⁹ O Transcidadania é uma política pública desenvolvida na cidade de São Paulo, destinada a promover os direitos humanos, cidadania e condições de oportunidade de vida para mulheres transexuais e travestis e homens trans em situação de vulnerabilidade social. O Programa possui como dimensão estruturante o aumento do nível de escolaridade e possibilita condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionada ao programa. Há formação profissional e formação cidadã. A essas ações se soma um exercício de aperfeiçoamento institucional, no que tange a qualificação de serviços e equipamentos públicos para atendimento qualificado e humanizado dessa população (CONCÍLIO et al., 2017, p. 24).

produtivas (foco da Transempregos). Nesse sentido, compreende-se que essas iniciativas integradoras foram aspectos marcantes que emergiram a partir das falas das/dos participantes e que trouxeram mudanças significativas em suas trajetórias, mostrando ser um elemento importante a ser destacado neste trabalho.

4.4.2 O mercado de trabalho formal

As trajetórias das pessoas que compõe este estudo estão marcadas por situações de exclusão e violência. É notório que a compreensão de integração profissional, quando voltada para grupos em situação de exclusão, está intimamente associada a integração social. O intuito de realizar uma discussão referente à integração profissional da população travesti e transexual no mercado de trabalho formal se mostrou fundamental, uma vez que o acesso dessa população à postos de trabalhos formais ainda é um obstáculo presente e marcante em suas trajetórias. Desse modo, percebeu-se a necessidade de analisar de que forma ocorre o processo de integração profissional e o que ele representa para essa população em específica.

Dentre os sete participantes que compõe este estudo, quatro deles estão inseridos no contexto organizacional: Marcela, Ruan, Roberta e Naomi. Enquanto os outros três trabalham na formalidade em diferentes profissões. Tabata, Francine e André atuam em profissões que não estão inseridas dentro do ambiente organizacional. Atualmente, Tabata é professora de balé clássico numa organização não governamental de companhia de dança no Campo Limpo na cidade de São Paulo/SP, André é monitor de informática numa escola municipal em Pindamonhangaba/SP e Francine é psicóloga clínica, atendendo na cidade de Rio Grande/RS.

Mesmo levando em consideração a particularidade das trajetórias dos participantes a partir de seus relatos, foi possível constatar que o acesso ao mercado de trabalho formal foi interpretado como uma grande conquista para as/os participantes. Além disso, foi possível constatar a relação direta entre o trabalho e a inserção relacional. Para Francine, poder atuar como psicóloga na cidade em que nasceu e cresceu é um sentimento de orgulho e também de superação:

“Eu sou muito realizada exercendo essa profissão, conquistando minhas coisas, pagando minhas contas com autonomia, eu nunca imaginei que chegaria até aqui, poder trabalhar com o que eu gosto, ajudando outras pessoas, outros jovens LGBTQIA+, é muito importante para mim, eu consigo perceber minha importância, consigo olhar para trás e ver o quanto eu caminhei, o quanto eu conquistei. Essa profissão linda te possibilita participar da vida dos

jovens, dos encontros de psicologias promovidos pelas universidades, aí tu leva e levanta a bandeira trans junto com essa profissão[...] é muito significativo pra mim. ”

A partir do exposto, nota-se que para Francine a integração abrange o que Paugam (2003) reconhece como fundamental num processo de integração: a proteção e o reconhecimento. Nesse caso, a proteção está estabelecida a partir do suporte que sua profissão lhe oferece frente aos imprevistos da vida e pelo apoio de seu esposo nas escolhas e caminhos profissionais. Enquanto o reconhecimento está convencionado no sentir-se importante, principalmente no que se refere ao apoio a jovens LGBTQIA+ da cidade, fornecendo assim a prova de sua existência e de sua valorização diante de outros.

Assim como Francine, Tabata também se encontra inscrita dentro de uma integração fundamentada na proteção e no reconhecimento. Atualmente, Tabata está à frente de uma companhia de balé clássico, que tem como propósito inserir crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social ao mundo da arte:

“Eu comecei a companhia de dança com oito meninas, há quinze anos atrás, hoje em dia a gente está à frente de mais ou menos sessenta crianças e adolescentes. O projeto é lindo, a gente leva essas crianças a sonharem, a terem contato com o mundo artístico, a pensarem em suas expressões. E a gente também tem meninas trans por aqui, a gente aconselha, busca ajudar, indica para trabalhos formais, é um trabalho que me completa muito [...] eu não me imagino fazendo outra coisa ”.

A partir dos níveis de integração estabelecidos por Paugam (2003), tanto Francine quanto Tabata se encontram incluídas no que o autor denomina de “integração estável”, uma vez que existe a articulação entre a satisfação no trabalho e a estabilidade no emprego. A estabilidade aqui posta está presente no sentido de se relacionarem com um público estável que correspondem à valorização de suas profissões. No atual momento de suas carreiras, é possível compreender que o trabalho é mais do que uma relação técnica de produção, mas também um lugar em que se reconhecem e são reconhecidas enquanto profissionais, tendo suas identidades de gênero respeitadas.

Já André não se encontra pertencente no mesmo nível de integração que Francine e Tabata. André atualmente é monitor de informática e leciona aulas para alunos do sexto ao nono ano de uma escola municipal. O participante afirmou gostar de estar próximo das crianças e adolescentes e acompanhar os aprendizados dos alunos, porém, o fato da escola ter uma cultura religiosa imposta o faz sentir inseguro no que se refere a estabilidade no emprego. A partir da narrativa do entrevistado, é possível compreender que dentre os níveis de integração proposto por Paugam (2003) ele se encontra inserido no nível de “integração instável”, articulando

satisfação no trabalho e instabilidade no emprego, visto que o fato de ainda não ter assumido sua identidade enquanto um homem trans o condiciona a uma situação de insegurança no trabalho, mesmo reconhecendo a importância de fazer parte dele:

*“Eu preciso atravessar ainda essa barreira, eu preciso mostrar quem sou eu, no lugar que estou trabalhando, eu adoro aquelas crianças, **mas eu confesso que ainda tenho medo (de assumir identidade) porque eu dependo do salário, dependo da grana né, então é uma questão complicada**”.*

“Eu reconheço a importância que é ter uma carteira assinada, de ter as garantias que eu tenho, eu reconheço esse privilégio, porém, eu só queria poder me expressar e ser quem eu sou dentro da minha profissão também”.

É possível perceber que André reconhece que a realização de seu trabalho não está condicionada somente por uma relação técnica, mas também a uma relação de reconhecimento das garantias advindas desse posto. Para Castel (2003), trabalho não pode ser interpretado apenas como uma relação técnica de produção, mas também como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Porém, esse tal privilégio colocado pelo autor não leva em consideração os corpos trans. Nesse sentido, entende-se necessário questionar até que ponto a inscrição na estrutura social a partir da negação de sua identidade é compreendida como um privilégio e não como uma violência.

No que se refere aos participantes que se encontram inseridos dentro de um contexto organizacional, enfatiza-se que, além da integração analisada a partir de uma perspectiva sociológica do trabalho, condiciona-se como um adicional um olhar atento à integração organizacional da população T por meio das práticas organizacionais e das vivências nesse ambiente, no intuito de identificar os níveis de integração dessa relação profissional. Compreende-se que práticas organizacionais podem tanto contribuir quanto dificultar para que pessoas travestis e transexuais se sintam integradas no ambiente de trabalho, pois elas também refletem diretamente em suas carreiras.

Nesse sentido, os relatos das/dos participantes Ruan, Roberta, Marcela e Noami em relação às práticas organizacionais adotadas pelas empresas em que trabalham podem contribuir para o avanço da discussão referente a integração de pessoas travestis e transexuais, sem perder de vista aspectos sociais e culturais que estão imbricados nessa relação e que perpassam as trajetórias desses participantes.

Atualmente, Ruan reside em Porto Alegre. O entrevistado relatou que contou com o suporte do portal de empregabilidade Transempregos para encontrar a vaga de trabalho. No

processo seletivo, mais especificamente no momento da entrevista, ele especificou que se sentiu confortável no processo:

“Foi a entrevista mais tranquila que fiz, a empresa já estava preparada para a inserção, foi tudo muito de boa. O cara que me entrevistou me deixou bem à vontade, apresentou a empresa, comentou sobre política de diversidade e essas coisas, me tratou super bem e com respeito? Isso eu gostei muito, não me senti diferente, estranho...”

O fato de a organização estar em parceria com a Transempregos possibilitou que Ruan se sentisse mais seguro ao passar pelo processo seletivo da empresa. Vale ressaltar, também, que a procura pelo emprego após a retificação de seu nome no registro civil foi outro fator que propiciou um sentimento de segurança para ele nesse processo.

Referente às vivências na organização, Ruan demonstrou preocupação em ser demitido:

“Eu sou muito cobrado pela empresa, mas eu também me cobro muito, gosto de entregar tudo que eu tenho que entregar, fazer todas as viagens que eu preciso fazer, eu sinto que preciso que eles me vejam trabalhando sempre, eu tenho medo de ser mandando embora, porque nunca se sabe né, a gente que é trans vive com esse medo”.

O fato de assumir uma identidade transexual no ambiente de trabalho tem um impacto direto no que se refere a sensação de estabilidade no emprego. A dicotomia de gênero imposta nas relações sociais e que se inscrevem nas relações de trabalho trouxeram dificuldades para que Ruan visualizasse um campo de estabilidade. Já referente às práticas de gestão oferecida pela organização, o entrevistado enfatizou um sentimento de satisfação em fazer parte da empresa, principalmente pelo respeito que a mesma estabelece à sua identidade, seja tanto num sentido institucional organizacional, quanto prático, por exemplo, em relação ao uso do banheiro:

*“A empresa sempre me respeitou, principalmente na parte burocrática [...] no sentido assim, **banheiro para usar**, as coisas tudo de papelada eu já entrei lá com o nome retificado né, foi massa ver de perto assim isso se concretizando, o respeito também, é no que a gente precisa se apegar, o mínimo de reconhecimento e respeito já tá valendo muito hoje em dia, sou feliz por fazer parte da empresa”.*

A partir do exposto, é possível compreender que, dentre os níveis de integração proposto por Paugam (2003), Ruan se encontra numa “integração instável”, caracterizada a partir da satisfação no trabalho e instabilidade no emprego. Destaca-se também que a instabilidade no emprego aqui não está demarcada somente pela capacidade da estrutura, mas também por meio da percepção do indivíduo a partir das relações estabelecidas entre ele e a organização. Desse modo, não há possibilidade de uma integração que seja de fato efetiva, uma vez que a instabilidade se encontra demarcada no contexto de trabalho do participante.

Após ter o contrato finalizado da contemplação do Programa Transcidadania e ter concluído o ensino médio, devido à atuação dessa política pública em questão, Marcela vislumbrou um possível acesso ao mercado de trabalho formal. Isso ficou expresso a partir da sua fala:

“Depois que acabou o benefício do programa (Transcidadania) eu decidi que queria trabalhar, que eu iria sair do salão de beleza, porque agora eu tinha terminado o colegial né? Eu falei com o advogado do Transcidadania para ele me ajudar com as entregas de currículo, principalmente nessas coisas de internet, e aí eu fui entregando... entreguei e muitas redes de supermercado [...] mas não me chamavam, eu já estava quase desistindo quando uma das redes (de supermercado) me ligou”

Após a realização da entrevista, Marcela recebeu a notícia que tinha alcançado a vaga na rede de supermercado. Um ponto significativo na trajetória de Marcela a partir da sua entrada na organização diz respeito a retirada da carteira de trabalho. Relatado como um sonho realizado, pode-se perceber que os significados do trabalho podem variar tendo em vista o contexto social e peculiar em que o indivíduo se estabelece.

De acordo com Vargas (2006), o trabalho pode ser considerado, para certos grupos sociais, um meio para alcançar uma remuneração digna, para assegurar um lugar no mundo, permitindo, dessa forma, escapar à privação econômica e a à pobreza. Marcela, antes de adentrar ao programa Transcidadania, estava em situação de vulnerabilidade social, mas ao término do contrato o acesso à esse trabalho na rede de supermercado possibilitou para ela tanto uma fonte de acesso a renda, quanto uma inscrição na vida profissional e social:

“Marcaram entrevista comigo [...] cheguei lá a mulher me fez umas perguntas da minha vida mas eu não tinha experiência profissional né, ela me falou que na vaga de caixa ela não iria conseguir me colocar, mas que se eu quisesse eu poderia ficar com uma vaga de estoquista que tinha lá sobrando, e eu não pensei duas vezes, corri atrás dos meus documentos, tirei a carteira de trabalho, que foi um sonho realizado e que foi até mais fácil com meu nome mudado no documento né, e por fim eles assinaram, foi muito emocionantes olhar minha foto, meu nome lá na carteira assinada, significava que eu estava empregada, entendeu? Era algo que eu não pensava, que não conseguia imaginar, depois de ter vivido por muito tempo em situações de vulnerabilidade, nas ruas, ter uma carteira de trabalho tem um significado muito grande pra mim. ”

Em relação a vivência nesse novo contexto, Marcela enfatizou estar constantemente num processo de aprendizagem. Conforme aponta em sua narrativa, a participante teve uma trajetória marcada pela vivência nas relações informais de trabalho, tendo o campo de possibilidade limitado a determinadas ocupações, conforme discutido na seção referente a escolha das profissões:

*“Eu não tenho nada o que reclamar sabe, eu nunca fui destrutada por ninguém lá da rede, eles têm paciência comigo e também me chamam pelo nome que eu quero ser chamada, **eles me ensinam as coisas, me mostram o que eu tenho que fazer, é bem legal!** Eu tenho aprendido muito, cada dia eu fico sabendo de uma coisa nova que eu não fazia ideia que existia”.*

De acordo com o relato de Marcela, é possível compreender que a integração profissional, conforme apontado por Vargas (2006), assegura os indivíduos a uma função “útil” na sociedade, através da aprendizagem e do exercício de uma atividade profissional. Para o autor, é por meio dessa atividade que o indivíduo se integra à vida social, criando uma identidade social e profissional e estabelecendo laços de pertencimento. Isso pode ser percebido a partir do relato de Marcela:

“Graças a deus eu tenho colegas de trabalho muito bons, minha chefe é atenciosa, eles estão sempre perguntando as coisas para mim, para entender mais o mundo LGBT, para entender as questões da nossa identidade, nosso jeito de ser. Eu não sou ativista mas eu tento ensinar quem está perto de mim [...] se não tiver alguém pra explicar, eles não vão saber das coisas”

Um aspecto em comum encontrado nas narrativas tanto de André e Ruan, quanto de Marcela, foi o relato de enxergarem a necessidade de estarem sempre demonstrando o trabalho realizado. A insegurança e o receio de perder o emprego faz com que esses participantes em questão se sintam mais pressionados dentro do ambiente organizacional. No apontamento realizado por Marcela fica visível a percepção de trabalho instável nessa relação:

“E mesmo sendo muito longe (local de trabalho) de onde eu moro, eu não reclamo não, eu vou lá, eu escuto o que eles me pedem, eu faço tudo certinho para ninguém botar defeito, porque a gente tem que trabalhar por dois né? Não adianta só fazer o que tem que fazer, você também tem que mostrar interesse, mostrar que está trabalhando, para continuar ali, entendeu? A corda sempre arrebenta pro lado mais fraco.”

Atualmente, Naomi é estudante de Física e trabalha na área de Gestão de Recursos Humanos em uma empresa de logística, a qual encontrou a vaga no portal de empregabilidade Transempregos. Conforme relatou, ao passar pelo processo seletivo questionou a organização sobre as políticas de diversidade:

*“Um dos pontos que eu levantei na entrevista foi o questionamento das políticas de diversidade da empresa, aí a entrevistadora me disse que eles não tinham e que eu poderia ajudar a pensar sobre isso, a pensar na criação dessas políticas. Eu acho legal, porque **quem melhor parar criar e pensar políticas que contemple outras pessoas trans do que uma pessoa trans?** Uma pessoa cis pode ajudar, facilitar, quebrar a barreira, criar essa problematização, mas elas nunca vão conseguir alcançar uma política representativa para a nossa população sem a participação pessoas trans [...] então é muito importante que quando há algum espaço que não tem pessoas trans, que essas*

portas sejam abertas, para que pessoas trans consiga mudar os espaços que antes não se tinha visibilidade e nem representatividade”.

A fala de Naomi se faz importante, uma vez que se observa a invisibilidade da população travesti e transexual nos espaços sociais e políticos. A necessidade da inclusão da população T nas discussões referentes as pautas LGBTQIA+ se torna urgente, visto que pessoas travestis e transexuais são comumente apagadas dos espaços públicos. Nota-se que o próprio movimento T no Brasil tem lutado por espaços representativos no que tange a pautas do movimento LGBTQIA+, ao ressaltar a importância da visibilidade para pessoas que não se encontram na inteligibilidade de gênero. Dentro das organizações, as práticas organizacionais voltadas para a diversidade têm um impacto significativo no que se refere à integração profissional desses sujeitos e a provocação da Naomi se torna potente a partir do entendimento de que políticas sociais e organizacionais precisam ser criadas e pensadas por e com aqueles que de fato vivenciam essa realidade.

Naomi reconhece a sensibilidade por parte da organização em ter pensando em todos os detalhes burocráticos para que ela se sentisse incluída. O respeito a identidade, como já destacado nesse trabalho, é um fator determinante para que pessoas travestis e transexuais se sintam satisfeitas e integradas nos espaços:

*“Uma das coisas que mais foi batida nas discussões e reuniões do grupo foi o fato da utilização do nome social, até então como eu posso dizer, **institucionalmente eles colocaram tudo a partir do meu nome, folha de pagamento, crachá, nome nas apresentações do organograma da empresa**, e esse respeito foi muito importante pois eu me senti mais à vontade, **eu me senti pertencente aquele lugar**, então está sendo para mim um momento de muito aprendizado, de colocar minha vivência trans na prática”.*

Referente ao uso do banheiro, Naomi apontou práticas que avançam na discussão referente a divisão binária instituída nesse espaço. Ao participar ativamente da criação das políticas de diversidade da empresa, ela relatou alguns esforços organizacionais que foram realizados pela empresa a partir de sua contratação:

*“A gente levantou a pauta do banheiro por exemplo, agora os banheiros da empresa não têm gênero que separa, são a-gêneros e essa construção foi coletiva, a gente chamou os funcionários, conversamos e para que eu pudesse me sentir bem, resolveram tirar e aquilo foi algo muito importante para as pessoas entenderem e **para que eu não me sentisse discriminada e nem rejeitada quando fosse utilizar o banheiro da empresa**”.*

Um dos aspectos que aproximam a trajetória de Naomi e Roberta é o fato de ambas serem as primeiras transexuais a serem contratadas nas organizações em que trabalham.

Atualmente, Roberta é assistente administrativo de uma empresa de engenharia civil de pequeno porte. Essa vaga de trabalho também foi encontrada mediante o site da Transempregos:

“Fui até a empresa e descobri que era uma empresa familiar, que o pai tinha passado a empresa para os dois filhos, e que os filhos estavam tentando trazer uma cara nova para a empresa. A filha, que é uma das donas, também se formou em administração, então rolou essa ligação entre nós, e ela também está bem envolvida com essa questão da diversidade, e foi ela que fez a entrevista comigo [...] ela me contou que está trabalhando para aumentar a diversidade da empresa, que ela atende a necessidade da diversidade e que as pessoas precisam ter oportunidade, foi por isso que ela cadastrou a empresa na Transempregos e a gente se deu bem [...] eu passei naquela entrevista na mesma hora, foi muito emocionante, eu fiquei muito feliz”

No que diz respeito às práticas organizacionais adotadas pela empresa, Roberta relatou que nunca passou por nenhum processo discriminatório na organização e que teve sua identidade respeitada. Conforme apontou a participante, as relações interpessoais de trabalho são de respeito e de aprendizado:

“Foi uma conquista sabe, ser uma mulher trans, estar nessa posição, ter me formado, estar com a carteira assinada, sendo reconhecida pelo meu trabalho, é muito importante... Você acredita que eu até chorei quando vi meu crachá? Eu fiquei muito emocionada, meu nome lá bonitinho, tudo certinho, meu nome social respeitado [...] e a gente também tem uniforme e eu recebi o uniforme feminino, então assim, esses pequenos cuidados são importantes [...] eu também uso o banheiro feminino e sou respeitada nossa é muito gratificante tudo isso, ser uma mulher trans travesti e ocupar esse espaço, estar trabalhando”

“Hoje eu vejo que sou realizada sabe, no trabalho, nas relações, minha equipe é muito bacana, muito participativa, me respeitam e a gente tem uma boa relação, e eu aprendo muito com eles todos os dias [...] vejo que tenho espaço, é um lugar que me sinto bem, aprendo muito e sem contar que foi com esse trabalho que eu consegui sair de casa, hoje estou morando junto com meu marido, a gente juntou as coisas e conseguimos viver bem, viver legal, eu sou muito realizada nesse sentido, eu não sei se fosse essa empresa o que eu estaria fazendo hoje”.

A partir do exposto por Roberta e Marcela, foi possível perceber que ambas possuem as duas dimensões fundamentais de integração propostas por Paugam (2003). Os laços de integração que contemplam essas dimensões são capazes de assegurar aos indivíduos um lugar no mundo, uma satisfação no trabalho e, por fim, um reconhecimento pelo que fazem e pelo trabalho que realizam. Tanto Roberta, quanto Marcela estão integradas idealmente, pois ambas se inserem numa dupla garantia: no reconhecimento material e simbólico do trabalho como atividade profissional; e na estabilidade do emprego e segurança econômica (PAUGAM, 2003). Dessa forma, as entrevistadas se encontram num nível de integração estável, articulando satisfação no trabalho e estabilidade no emprego.

Destaca-se que no momento atual das carreiras das/dos participantes inseridos no mercado de trabalho formal, não houve identificação de uma integração que seja laboriosa e/ou desqualificante. Porém, compreende-se que aquelas que passaram pelo ramo da beleza e estética, como é o caso de Marcela e Francine, tiveram, em algum momento de suas trajetórias, incluídas no nível de integração laboriosa, ao articular insatisfação no trabalho e estabilidade no emprego a partir da atuação nos salões de beleza, conforme discutido na seção referente à escolha das profissões. Para um melhor entendimento dos níveis de integração em que os participantes deste estudo estão inseridos, têm-se como referência o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Níveis de integração de acordo com a atual momento profissional dos/das participantes

Participante	Ocupação	Nível de integração
André	Monitor de informática em uma escola municipal na cidade de Pindamonhangaba/SP.	Integração instável
Francine	Psicóloga clínica, atendendo a população de Rio Grande/RS.	Integração estável
Tabata	Professora de balé clássico no Campo Limpo, na cidade de São Paulo/SP.	Integração estável
Ruan	Motorista em uma cooperativa médica em Porto Alegre/RS.	Integração instável
Marcela	Estoquista numa rede de supermercados em São Paulo/SP.	Integração instável
Naomi	Estagiária numa empresa de logística em São Paulo/SP.	Integração estável
Roberta	Assistente administrativo numa empresa de engenharia civil em São José dos Campos/RJ.	Integração estável

Fonte: elaborado pelo autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar de que maneira são construídas as carreiras de pessoas travestis e transexuais que integram o mercado de trabalho formal a partir de relatos de histórias de vida. Através dos dados obtidos, buscou-se caracterizar o perfil dos participantes da pesquisa. Com a realização das sínteses de cada trajetória, foi possível identificar a caracterização de suas carreiras. Devido ao método escolhido, os aspectos aprofundados nas análises seguiram categorias temáticas. A partir disso, foi possível identificar alguns dos aspectos marcantes que perpassaram as trajetórias dos sujeitos da pesquisa. Os assuntos aprofundados foram divididos em três partes, na primeira foram identificados a influência dos contextos externos aos indivíduos que impactaram e direcionaram suas carreiras. Depois se investigou os momentos de vida e escolhas profissionais dos sujeitos da pesquisa, compreendendo que pessoas travestis e transexuais vivenciam momentos característicos e singulares em suas trajetórias devido a sua condição de não-inteligibilidade de gênero, impactando diretamente o curso de suas carreiras. Na terceira e última parte, foi possível verificar a maneira e os níveis de integração profissional vivenciados por esta população quando acessam o mercado de trabalho formal.

Inicialmente as análises permitiram conhecer melhor o perfil dos participantes, assim como caracterizar suas trajetórias profissionais e identificar algumas das principais características que marcaram suas carreiras. A partir da realização da síntese de cada trajetória, foi possível compreender em ordem cronológica, as ordens dos fatos e dos acontecimentos que marcaram cada um das/dos entrevistados, levantando suas particularidades, principalmente no que se refere à sua relação ao mercado de trabalho formal, identificando assim, os principais desafios, obstáculos e superações vivenciadas por cada um deles/delas.

Na pretensão de se distanciar dos modelos e estudos de carreira que enfatizam uma perspectiva centrada puramente no indivíduo, levou-se em consideração para esta pesquisa a influência de diversos contextos que atravessam as trajetórias dos entrevistados e entrevistadas (Meyrhofer, Meyer e Steyrer, 2007). A importância de refletir para além da capacidade da agência individual, levando em consideração as condições sociais, econômicas, políticas e culturais para uma análise de trajetórias profissionais, permitiu reconhecer quais os contextos que marcam e direcionam as carreiras de pessoas travestis e transexuais. Nesta perspectiva, a sociabilidade primária e a socialização educacional foram instituições que marcaram as trajetórias dos/das participantes deste estudo a partir da influência dos contextos. A partir das narrativas que compuseram este trabalho, a sociabilidade primária foi reconhecida como a

primeira instituição normatizadora que produz e mantém as diferenças de gênero. Foi possível constatar que o sentimento de não pertencimento e o rompimento com o laço familiar tem implicações diretas nas trajetórias profissionais, podendo levar a precariedade econômica e isolamento social. Além da família, outra instituição que marca a população aqui estudada é a escola. A sociabilização educacional para a população travesti e transexual é marcada por processos discriminatórios e de exclusão. Assim como a família, a escola é uma das principais instituições responsáveis por retificar as normas de gênero, excluindo e/ou punindo crianças e adolescentes que não se encaixam na norma de inteligibilidade de gênero instituída. Foi possível constatar que a exclusão e a discriminação vivenciadas por esses sujeitos no contexto escolar estabelecem como um impeditivo para oportunidades profissionais, deste modo, direcionando suas carreiras para espaços de trabalhos informais.

Compreendendo que os contextos influenciam as carreiras dos indivíduos, percebeu-se que os momentos da vida e as escolhas profissionais, atravessados pelos contextos, foram aspectos críticos que marcaram as trajetórias dos/das participantes. O entendimento de que pessoas travestis e transexuais têm ciclos de vida específicos devido à não inteligibilidade de gênero, temas como transição de gênero e a retificação do nome no registro civil foram momentos que marcaram suas trajetórias. A passagem de um gênero que foi designado baseado no sexo anatômico para uma identidade diferente, pode ser apontado como um ponto de inflexão (Hughes, 1937) nas carreiras dos/das participantes deste estudo, pois a partir da transição de gênero, suas carreiras foram redirecionadas. Outro momento de virada que marca a população T refere-se à retificação do nome no registro civil e/ou a retirada da carteira de nome social. Quando têm suas identidades reconhecidas, constatou-se que há um aumento da segurança por parte dos/das participantes em procurar vagas de emprego. Já a negação da identidade trans ocasiona um isolamento social, identificado como um obstáculo que distancia esta população à integração no mercado de trabalho formal.

A dicotomia de gênero imposta nas relações de trabalho a partir da divisão sexual do trabalho traz grandes dificuldades para aquelas e aqueles que não correspondem a norma de gênero instituída. Para as mulheres transexuais componentes deste estudo, as poucas oportunidades que não apareceram envolvendo a prostituição, foram ofertadas na área da beleza e da estética. Apesar do expressivo índice que marca a exclusão social da população travesti e transexual dos espaços formais, cinco dos sete participantes deste estudo tiveram acesso ao ensino superior e todos e todas reconheceram como uma forma de superação da norma. O preconceito e a discriminação vivenciados na escola, também se estenderam para aquelas e

aqueles que tiveram acesso ao ensino superior, constatando que instituições de ensino para essas pessoas são espaços marcados por processos de segregação.

Outro fato importante que merece destaque é a atuação de atores mediadores e de suporte que operaram como medidas integradas entre a população travesti e transexual e o mercado de trabalho formal. A partir dos relatos, foi possível identificar que no processo de busca por um emprego, houveram em alguns casos, a interferência de atores externos que contribuíram para que os participantes deste estudo conseguissem acesso ao mercado de trabalho formal. O portal de empregabilidade para travestis e transexuais TRANSEMPREGOS, e o projeto de reinserção social da população T da cidade de São Paulo TRANSCIDADANIA, foram os atores mediadores e de suporte identificados nesta pesquisa. Conforme todos/todas os/as participantes do estudo tiveram acesso ao mercado de trabalho formal, foi possível qualificar e identificar os níveis de integração em suas ocupações atuais. Para Paugam (2003) o tipo fundamental de integração precisa abarcar tanto a proteção, quanto o reconhecimento dos indivíduos, e dentre os sete participantes que compuseram a pesquisa, quatro se inserem neste modelo. No que se refere aos níveis de integração, eles variam entre “integração estável” e “integração instável”, porém, todos/todas os/as participantes do estudo assumiram estarem satisfeito com o atual trabalho.

A partir do exposto, compreende-se que a pesquisa proporcionou uma articulação entre a temática de carreira combinado à integração social e profissional da população travesti e transexual. Espera-se que relação entre carreira e gênero-não inteligível abordada neste trabalho, possa contribuir para os estudos de carreira no sentido de avançar as discussões de gênero na temática, que por muitas vezes acabam sendo neutralizadas e tomadas como sinônimos para mulheres, contribuindo assim, para reificar, mesmo que não propositalmente, uma relação dicotômica do conceito. Percebe-se também a importância de articular os marcadores sociais da diferença com a discussão de carreira e integração, identificando nas trajetórias dos indivíduos, opressões vivenciadas por identidades distintas. Intenciona-se assim, uma reflexão à pesquisadores que contemplam integração profissional de minorias nas organizações em seus estudos, mas acabam por descartar as relações sociais que impactam diretamente as trajetórias de populações subalternas. Depreende-se assim, que travestis e transexuais são indivíduos que ultrapassam as fronteiras de gênero, e causam insegurança na estruturação binária e polarizada de gênero que contestam o modelo heterossexista e cisnormativo de regulação da vida. Com isso, defende-se necessária uma ampliação da discussão referente à integração profissional, de modo a despertar e elucidar discussões que

possam contribuir de algum modo para o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pela população travesti e transexual, principalmente no Brasil. Além disso, propõe-se para futuras pesquisas uma análise que também contemple a questão geracional, sem que desconsidere as categorias de gênero, raça e classe. Percebe-se que a questão geracional, quando especificada à população travesti e transexual podem contribuir para significativos entendimentos sobre o que se têm avançado referente às pautas da população T, principalmente no que se refere à realidade brasileira.

Dentre as limitações da pesquisa, aponta-se: a dificuldade de acesso ao campo; e as entrevistas realizadas por vídeo chamada. A realização deste trabalho permitiu ao pesquisador maior entendimento dos conceitos de carreira e integração, e uma compreensão das dificuldades, dores e resistências vivenciadas pela população travesti e transexual. Deste modo, conclui-se então que, o preconceito e a discriminação que atravessam a vida da população aqui estudada estão marcadas por um processo de exclusão social mais amplo que perpassam por suas trajetórias, e que vão desde a falta de apoio familiar, a exclusão escolar, a negação de suas identidades e as limitadas oportunidades de vida, reincidindo diretamente na integração ao mercado de trabalho formal e conseqüentemente na construção de suas carreiras. Quando integradas/os no mercado de trabalho formal, se integram à vida social, criando uma identidade social e profissional e estabelecendo laços de pertencimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B.; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. **Rev. direito GV**, v. 14, n. 2, p. 303-333, 2018. Acessado em 20 outubro 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201814>.

ALVES, M. A.; GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *Rev. Adm. Empres.*, São Paulo, v. 44, n. 3, p.20-29, 2004.

ANTRA, Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais. [2017]. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3riomapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acessado em: 24 de março de 2019.

ARTHUR, M. B. Rousseau, D. M. (1996). The boundaryless career as a new employment principle. In M. B. Arthur & D. M. Rousseau (Eds.), *The boundaryless career* (pp. 3-20). New York: Oxford University Press

_____, M. B., Hall, D. T.; LAWRENCE, B. S. (1989). Generating new directions in career theory. In M. B. Arthur, D. T. Hall, & B. S. Lawrence (Eds.), *Handbook of career theory* (pp. 7-25). Cambridge: Cambridge University Press.

ASSIS, A. M.; CARVALHO, M. N. Estudo de caso sobre a inserção de pessoas com deficiência numa organização de grande porte. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 20, n. 2, p. 496-528, 2014

ATKINSON, R. *The life story interview*. In: GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN J. A. (Eds.). **The handbook of interview research: context and method**. London: sage, 2002. p.121-141.

BANDEIRA, L; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Rev. Estud. Fem.**, v. 10, n. 1, p. 119-141, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 abril. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100007>.

BARBOSA, B. C. “Doidas e Putas: diferenças em debates. In: Sexualidad, Salud y Sociedad. Rio de Janeiro, Agosto, 2013.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão. Europeia do Livro, 1980.

BENTO, B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

_____. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUFERN, 2014.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 02, ago. 2012.

BICALHO, R. A.; DINIZ, A. P. R. Violência simbólica e homossexualidade: um estudo em capitais brasileiras. 33º encontro da ANPAD. São Paulo: 2009.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. *Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling*. **Sociological methods & research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.

BORDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro. 2003.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Editora Porto, 1994.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São paulo: Companhia das letras, 1994.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, n. 26, p.329-376, 2006. Acessado em 11 abril de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2003

CÂMARA, C. **Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada. 2002.

CARVALHO, A. R. F. Aspectos relevantes do nome civil. Publicado em 09/2008. Elaborado em 09/2008. Disponível no endereço: <http://jus.com.br/artigos/11782>.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, 2013.

CASTEL, P.-H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001.

CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antonio (Org.). *Saudeloucura 4: grupos e coletivos*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 21-48.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

CASTEL, R. Exclusion ou désaffiliation dans la nouvelle économie. In: MOATI, P. (Ed). *Nouvelle économie, nouvelles exclusions?* Paris: Ed. de l'Aube, 2003

CHASE, S. E. (2005). *Narrative inquiry: multiple lenses, approaches, voices*. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Eds.). **The sage handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage publication. p. 651-679.

CHUDZIKOWSKI, K. MAYRHOFER, W., In search of the blue flower? Grand social theories and career research: the case of Bourdieu's theory of practice. *Human Relations*, 64(1), 19-36, 2011. doi: 10.1177/0018726710384291

CLOSS, L. Q. Transformações contemporâneas e suas implicações nos processos de aprendizagens de gestores. 257f. Tese (Doutorado). – Programa de PósGraduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CLOSS, L. Q.; DE OLIVEIRA, S. R. História de vida e trajetórias profissionais: estudo com executivos brasileiros. *Revista de administração contemporânea*, v. 19, n. 4, p. 525-543, 2015.

CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago Legal Forum, pp. 139-16. 1989.

DELUCA, G; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S ; CHIESA, C D. Projeto e Metamorfose: Contribuições de Gilberto Velho para os Estudos sobre Carreiras. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba , v. 20, n. 4, p. 458-476, Aug. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552016000400458&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2016140080>.

DEMARTINI, Z. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: SIMSON, O. (Org.). **Experimentos com histórias de vida (itália-brasil)**. São paulo: Vértice, 1988. p. 44-105.

DRUCK, G. O avanço da terceirização do trabalho: principais tendências nos últimos 20 anos no Brasil e na Bahia. *Revista Bahia Análise e Dados*, Salvador, n.especial, 2011b.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 10, n. 18/19, p. 81-125, 2003

FIGUEIREDO, E. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. *Revista Criação e Crítica*, n.20, 2018.

FLEURY, M. T. Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiências de Empresas Brasileiras. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 40, nº3 p. 18-25, jul./Set. 2000.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRAGA, A. M. Carreira de comissárias e comissários de voo: gênero, masculinidades e feminilidades a bordo. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2019.

FRAGA, A. M.; GEMELLI, C. E.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Cenário das Publicações Científicas em Carreira e Gênero . **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 3, p. 158-178, 2019.

FRANCO, D. S.; MAGALHÃES, A. F.; PAIVA, K. C. S.; SARAIVA, L. A. S. Entre a inserção e a inclusão de minorias nas organizações: uma análise crítica sob o olhar de jovens trabalhadores. *E&G Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v. 17, n. 48, Set./Dez. 2017

FREDMAN, S. *Discrimination law*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2011.

FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 87-115, 1982.

GOBBI, M. C. Método biográfico. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOODMAN, L. Snowball Sampling. In: **Annals of Mathematical Statistics**, 32:148-170, 1961.

GODOI, C. K. Metodologia de Identificação de Competências Gerenciais: uma Proposta com Base na História de Vida de Gerentes Seniores. *Revista Alcance (Online)*, v. 18, p. 302-320, 2011

HALL, D. T., et al. The career is dead, long live the career: a relational approach to careers. San Francisco: Jossey-Bass Inc., 1996a.

HALL, D. T. *Careers in and out of organizations*. London: Sage, 2002.

HATCH, J. A; WISNIEWSKI, R. *Life history and narrative: questions, issues and exemplary works*. In: HATCH, J; WISNIEWSKI, R. (Eds.). *Life history and narrative*. London: RoutledgeFalmer, 1995. p. 113-135.

HATJE, L. F. Gênero e prisão: a invisibilidade da mulher no sistema penitenciário – perspectivas com a construção do presídio feminino regionalizado do Rio Grande/RS. Dissertação de Mestrado, Rio Grande, 2015.

HUGHES, E. C. Institutional office and the person. *American Journal of Sociology*, 43(3), 404-413. doi: 10.1086/217711, 1397

HUGHES, E. C. *Men and their work*. London: The Free Press of Glencoe, 1958

HUGHES, E. C. Careers. In D. Harper & H. M. Lawson (Eds.), *The cultural study of work* (pp. 130-138). Blue Ridge Summit, PA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2003.

INKSON, K.. Protean and boundaryless careers as metaphors. *Journal of Vocational Behavior*, 69(1), 48-63, 2006.. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2005.09.004>

ISHIY, K. T. **A desconstrução da criminalidade feminina**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

JAIME, P. **Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial**. 2011. Dissertação (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalistas*. Petrópolis: vozes, 6ª Ed., 179 p., 1997.

LOURO, G. L. Epistemologia feminista e teorização social desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brønstrup. (Orgs). **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In.: LOURO, Guacira Lopes (org.) O Corpo Educado: pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In.: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

MACLEAN, M.; HARVEY, C.; CHIA, R. *Sensemaking, storytelling and the legitimization of elite business careers*. **Human relations**, v. 65, n. 1, p. 17-40. Doi: 10.1177/0018726711425616 (2012)

MAGALHÃES, A. F. Contradições entre essência e aparência nos processos de empoderamento de gays em organizações de trabalho. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 38, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

MAIA, G. F. PIRES, G. As transformações no dispositivo da transexualidade a partir da luta pela despatologização. XV Seminário Internacional de Trabalhos Científicos: Demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, 2018.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista estudos feministas**, v. 03, vol. 13, 2005.

MARTINS, G. A.; PELISSARO, S. Sobre conceitos, definições e constructos nas ciências contábeis. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 78-84, 2005.

MAYRHOFER, W., MEYER M., STEYRER, J. Contextual issues in the study of careers. In H. Gunz, & M. Peiperl (Eds.), *Handbook of career studies* (pp. 215-240). Thousand Oaks, CA: Sage, 2007.

MOUFFE, C. Feminismo, cidadania e política democrática radical. Debate Feminista. São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 29-47, 1999.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora vozes Limitada. (2002)

NAÇÕES UNIDAS. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, de 21 de dezembro de 1965. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/lex81.htm>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação da Mulher, de 18 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121.htm>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação das Pessoas com Deficienci, 2006. Disponível em: <http://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-s.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2019.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 9- 41, 2000.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1989.

OLIVEIRA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. Pesquisa social e ação comunicativa. In: BRANDÃO, C. R. (Org). **Pesquisa participante**. 1981.

OLIVEIRA, V. M. Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás, 2006. Disponível em:

<https://possociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/Vanilda.pdf>

OLIVEIRA, M. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** 2017. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PAUGAM, S. *Le salarié de la précarité: les nouvelles formes de l'intégration professionnelle.* Paris: PUF, 2000.

PAUGAM, S. **Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza.** São Paulo: Educ & Cortez, 2003.

PELUCIO, L. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saude soc.**, v. 20, n. 1, p. 76-85, 2011. Acessado em 11 abril de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000100010>

PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez, 2008, p. 263-274.

POSSO, J., FURCIA, A. El fantasma de la puta-peluquera: Género, trabajo y estilistas trans en Cali y San Andrés Isla, Colombia . *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana* (24), 172-214, 2016.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indivizível” ao “divizível”. **Experimentos com histórias de vida (itália-brasil).** São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RIESSMAN, C. K. Narrative analysis. In: KELLY, N et al (Eds.). *Narrative, memory & everyday life.* Huddersfield: university of huddersfield, 2005, p. 1-7. Disponível em:<http://eprints.hud.ac.uk/4920/2/chapter_1_-_catherine_kohler_riessman.pdf>.

RIOS, R.R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, F. **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação.** Porto Alegre: Nuances, 2007.

RIOS, R. R.; SILVA, R. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, 2015.

RODRIGUES, V. C. S; ÁVILA, F. De homossexual a queer: o movimento lgbt e a construção de identidades “globais”. **Conquer – Conferências internacional de Estudos Queer**, 2018.

RUBIN, G. El tráfico de mujeres: Notas sobre la “economía política” del sexo. **Nueva Antropología**, v. 8, n. 30, 1986.

SANTOS, I. M. M; SANTOS, R. S. A etapa de análise no método história de vida – uma experiência de pesquisadores de enfermagem. Context enferm, Florianópolis, 2008.

SANTOS, M, F, L. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiência trans. **Revista Em Pauta**, v. 9, n. 28, p. 117-130, 2011.

SCHEIN, E.H. 1996. Identidade Profissional: como ajustar suas inclinações e suas opções de trabalho. São Paulo, Nobel, 94 p.

SCHEIN, E.H. 1993. Career Anchors: Discovering your real values. San Diego, Pfeiffer & Company, 87 p.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SEFFNER, F.; CAETANO, M. (Orgs.). Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas. Rio Grande: Ed. da Furg, 2015a. p. 123-136.

SENADO FEDERAL. Senado notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativade-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: 15 Abri, 2019.

SERRANO, J. L. CAMINHA, I. O. GOMES, I. S. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. **Movimento, Revista de Educação Física da UFRGS**, v. 23, n. 3, 2017.

SHEFTEL, A.; ZEMBRZYCKI, S. *Only human: a reflection on the ethical and methodological challenges of working with “difficult” stories*. **The oral history review**, v. 37, n. 2, p. 191-214, 2019. Doi: 10.1093/ohr/ohq050

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: Godinho, T. & Silveira, M. L. (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

Sullivan, S. E., & Baruch, Y. Advances in career theory and research: a critical review and agenda for future exploration. *Journal of Management*, 35(6), 1542-1571, 2009. doi: 10.1177/0149206309350082

SPINK, M. J., & Lima, H. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez.

TATAGIBA, A. P. Masculinidade e heteronormatividade: temas-desafio nas instituições educacionais. **PERIÓDICOS**. n. 8, v. 1 nov.2017.-abr. 2018

VELHO, G.. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VELHO, G. Unidade e fragmentação em sociedade complexas. In J. Souza & Ö. Berthold (Orgs.), *Simmel e a modernidade* (pp. 250-267). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005

VELHO, G. Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração (4a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

VINCENT, S. Heterofobia e racismo nas organizações. In: CHANLAT, J-F. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

ANEXO A – termo de consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos realizando um estudo com a finalidade de **investigar a integração social e profissional da população travesti e transexual**. Para tanto, estamos conduzindo entrevistas que serão realizadas em um ou no máximo dois momentos. Cada entrevista terá em torno de 50 minutos de duração. A entrevista será gravada e depois transcrita, sendo devidamente arquivadas após o término da pesquisa. Embora esta pesquisa não traga nenhum benefício direto aos participantes, a sua colaboração poderá contribuir para a construção de conhecimento científico nesta área e beneficiar perspectivas de intervenções futuras. O único incômodo previsto é o de disponibilizar o tempo para a realização das entrevistas. É importante salientar que a sua participação na pesquisa é voluntária; portanto, caso não queira participar da entrevista, você não precisa assinar este termo. Você também pode interromper a entrevista a qualquer momento, se assim desejar, sem qualquer prejuízo para você. Os resultados globais da pesquisa serão publicados posteriormente como capítulo ou em periódico científico, porém com o seu anonimato assegurado.

Esta pesquisa é coordenada pelo Profa. Dra. Anne Pinheiro Leal, do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, do Programa de Pós-Graduação em Administração, com quem podem ser obtidas maiores informações, caso seja do seu interesse (e-mail: **anneleal@furg**)

Pelo presente Termo de Consentimento, eu, _____
declaro que sou maior de 18 anos e que fui informado dos objetivos e da justificativa da presente pesquisa, e estou de acordo em participar da mesma.

Fui igualmente informado:

a) da liberdade de participar ou não da pesquisa, bem como do meu direito de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto me traga qualquer prejuízo;

b) da garantia de receber resposta a qualquer dúvida acerca dos procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa;

c) da segurança de que não serei identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações registradas;

d) que as informações obtidas através das entrevistas serão arquivadas sem identificação pessoal junto ao banco de dados do pesquisador responsável na Universidade Federal do Rio Grande;

Data ___/___/___ Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____

ANEXO B – mapas conceituais: exemplo Francine

MAPA – FRANCINE, MULHER TRANS, 42 ANOS.

Momento da vida	Situação/tema	Significado/Sentimento	Obstáculos/Dificuldades	Apoio/Superação
Infância	Ambiente familiar	<ul style="list-style-type: none"> -Sentia-se diferente; -Inclinação por questões do gênero feminino; -Se identifica e gosta de brincar com as meninas; -Usava roupas, maquiagens e perfumes da mãe escondida; -Usava toalhas na cabeça para imaginar o cabelo; -Tinha apoio da avó; avó costurava bolsas e presenteava; -Criada pela mãe e pela madrinha; 	<ul style="list-style-type: none"> - Estranhamento com o corpo. 	<ul style="list-style-type: none"> -Apoio da avó;
Adolescência	Ambiente escolar e familiar	<ul style="list-style-type: none"> -Fase conflitiva; -Direcionava seus afetos para os meninos; -Sofria bullying (discriminação) na escola por ser afeminada; -Sofria violência dos meninos (apanhava na escola); -Professora a colocava de castigo não deixando brincar com as meninas; -Dificuldade de interagir na escola. - Sai do armário para a mãe. - Mãe fica surpresa e chateada, mas acaba por apoiar. 	<ul style="list-style-type: none"> -Divisão binária de gênero fortemente marcada nas atividades propostas pela escola; - Isolamento; - falta de apoio da escola 	<ul style="list-style-type: none"> -Apoio da mãe e da avó;

Primeiro emprego 21 anos	Inserção profissional e vivências	<ul style="list-style-type: none"> - Busca vaga de trabalho ainda como um menino gay; - Consegue uma vaga como caixa na farmácia Panvel em Capão da Canoa cidade de sua prima; - Tinha cabelo grande, era feminina e usava roupas apertadas; Era afeminada - Tinha sua sexualidade respeitada pela empresa, colegas de trabalho e etc; - Consegue ter ascensão na carreira e se torna gerente da unidade da Panvel; 		
Transição 24-25 anos	Transição	<ul style="list-style-type: none"> - Começa a sair para as festas; - Faz amizades com outros gays e travestis da cidade; - Tinha vontade de transicionar, mas tinha medo, principalmente pelo mercado de trabalho, pois afirma que mulher trans tem apenas duas escolhas: prostituição ou salão de beleza; - Ainda como gerente da Panvel, começa a se transformar nas festas e casas noturnas; - Era questionada pelos colegas de trabalho que também eram gays e frequentavam as festas sobre ela se montar na noite; - Deixa o trabalho na Panvel pois decide transicionar; - Começa o tratamento hormonal de forma informal; 	<ul style="list-style-type: none"> - Poucas escolhas profissionais para pessoas trans (entre o salão de beleza e rua); - Receio de assumir sua identidade (principalmente em questão relacionado ao trabalho); - Abandona o trabalho formal para viver sua identidade; - Risco de saúde com a transição informal. 	<ul style="list-style-type: none"> -Apoio dos amigos e familiares.

		<ul style="list-style-type: none"> - Compra novas roupas e começa a usar roupas femininas; - Inicia um curso profissionalizante de cabeleireira 		
Emprego no salão de beleza	Oportunidade profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Depois de ter feito o curso profissionalizante começa a trabalhar no salão de beleza; - Sente-se realizada com a transição da sua identidade; - Sentimento de pertencimento com o corpo; - Passa de 12 a 15 anos trabalhando no salão de beleza; - É discriminada dentro do salão, tanto pelos donos (homens gays), quanto pelas clientes (geralmente mulheres); - Não tem sua identidade de gênero respeitada nos salões (utilizavam termo como "bicha" "bichinha" "veado" etc); - Era identificada e chamada pelo nome masculino no salão; - Economiza e guarda dinheiro para investir em qualificação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Discriminação da sua identidade de gênero no salão de beleza (pelo dono e pelas clientes); <u>Não</u> tem a identidade respeitada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sentimento de satisfação e aceitação do corpo; -
Emprego no salão de beleza (empreendimento)	Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Casa com seu atual marido; - Economiza e junto com ele abre seu próprio salão de beleza, depois de estar cansada de sofrer preconceito; - Descontentamento com a profissão de cabeleireira; 	<ul style="list-style-type: none"> - Insatisfação com a atual profissão; 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio do marido, da família e dos amigos para ingressar numa faculdade

		<ul style="list-style-type: none"> - É incentivada pelo marido, familiares e amigos a investir nos estudos; Faculdade; 		
Ensino superior	Qualificação profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Presta vestibular para Enfermagem na Anhanguera; - Não queria prestar enfermagem, mas percebeu que estava limitada a essa opção de curso por ser uma mulher <u>trans</u>; - Passa no vestibular da Faculdade; - Sentimento de insegurança; - Inicia a faculdade de Enfermagem; - Percebe que não se identificou com o curso e transfere para o curso de PSICOLOGIA; - Com a ajuda da Associação LGBT de Rio grande e FURG retira a carteirinha de nome social; - Nenhum apoio a pautas <u>LGBTpor</u> parte da Faculdade; - Tem seu nome trocado na chamada várias vezes; - Utilizavam seu antigo nome masculino; - Dificuldades em provas institucionais; - Discriminação indireta (institucional) por parte da Faculdade; - Vontade de realizar a retificação do nome no registro civil – Alega que se sentiria mais segura se já 	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente da faculdade <u>cisnormativo</u>; - Falta de apoio a <u>pautas</u> LGBT por parte da faculdade; - Discriminação indireta (institucional); - Discriminação direta (ser chamada por nome masculino); - Falta de sensibilização dos professores e funcionários da Universidade; - Sentimento de insegurança por não ter retificado o nome; - Sofrimento psicológico e físico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio da associação LGBT da cidade de Rio Grande; - Apoio da família, amigos e colegas da faculdade;

		<p>entrasse na faculdade com o nome retificado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Única mulher trans (assumida e empoderada) da faculdade; - Exigência de respeito pela sua identidade na faculdade; - Utilizada seu leque como modo de defesa; - Muitos aprendizados na faculdade; maior empoderamento; entendimento das leis e de seus direitos; - Aos poucos vai conquistando a turma e desenvolvendo amizades; - Consegue um estágio na prefeitura a partir do curso de Psicologia; - Começa a ser reconhecida da faculdade; - Inicia a fazer palestras sobre identidade de gênero e identidade trans, tanto na faculdade quanto em outros espaços; 		
Emprego formal - Hoje	Integração profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Se forma em psicologia e se torna a primeira mulher transexual psicóloga do município de Rio Grande; - Atua nos atendimentos com seus pacientes; - É respeitada pela sua identidade de gênero; - Compreende que dentro dos espaços da psicologia consegue ter seu espaço; 		<ul style="list-style-type: none"> - Estabilidade financeira; - Qualificação; - Sentimento de realização e de vitória.

Planos futuros	Qualificação e POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Pré-candidata ao legislativo (vereadora) na cidade de Rio Grande; - Gostaria de representar a população T estando nos espaços políticos para buscar e assegurar direitos a população LGBT em especial a população travesti e transexual. 	- Receio de ataques da oposição.	- Sentimento de sobrevivência.
----------------	-------------------------	---	----------------------------------	--------------------------------

ANEXO C – mapas conceituais: exemplo Marcela

MAPA – MARCELA, MULHER TRANS, 40 ANOS.

Momento da vida	Situação/tema	Significado/Sentimento	Obstáculos/Dificuldades	Apoio/Superação
Infância (interior da Paraíba)	Ambiente familiar	- Sempre foi muito feminina; - Filho caçula; - Pai queria que fosse jogador de futebol; - Relação de medo com o pai; - Distanciamento dos irmãos (todos homens).	- Educação rígida e conservadora; - Dificuldade financeira; - Dificuldade de interação com a família, exceto a mãe.	- Apoio da mãe.
Adolescência	Ambiente escolar	- Afastamento das pessoas por ser muito feminina, poucos amigos. - Dificuldade de permanecer na escola; - Sentimento de não pertencimento; - Bullying (discriminação); Motivo de chacota.	- Isolamento social; - Evasão/exclusão escolar (oitava série); - Desqualificação. - Falta de apoio da escola.	
Juventude - 18 anos	Qualificação profissional	- Gostava de mexer com cabelo; - Pediu para mãe pagar curso profissionalizante de beleza (salão).		- Qualificação profissional - Apoio da mãe.
Juventude - 21 anos	Mobilidade geográfica	- Vontade de ir embora da Paraíba - Coragem de sair de casa; - Mudança para São Paulo capital na busca de uma nova vida.	- Dificuldade financeira.	- Apoio da mãe.

Primeiro emprego	Inserção profissional	- Conseguiu emprego rápido em salão de beleza em SP (mas afirma o fato de ainda performar como um menino gay);	- Poucas escolhas profissionais - Destinada a duas escolhas: Prostituição ou salão de beleza.	
Transição – 22 anos	Transição	- Começa a se vestir de mulher (roupa, cabelo, maquiagem, etc.) - Homonização de forma independente	- Demitida do salão por ser "mulher" demais; - Dificuldade financeira; - Dificuldade em frequentar espaço público.	
Prostituição	Mercado de trabalho informal	- Falta de apoio estatal/governamental; - Falta de informação - Busca por cafetina; - Vai morar na casa da cafetina; - Obrigação de investir no corpo (cabelo, maquiagem, banho de loja); - "Entendimento" do mundo trans a partir da entrada na casa da cafetina - Dívida com a cafetina;	- Exploração do corpo; - Trabalho insalubre; - Dependência forte da cafetina; - Aprisionamento. - Discriminação (...)	- Reconhecimento de si.
A volta para os salões de beleza	Preconceito/discriminação	- Falta de opções de trabalho; - Volta a trabalhar nos salões de beleza; - Trabalho não registrado; - Altos turnos de trabalho; - Difícil relação com os donos dos salões; - Trabalhar para subsistência.	- Poucas escolhas profissionais; - Trabalho precarizado .	

Passagem pelo <u>Transcidadania</u>	Políticas Públicas (apoio).	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo de uma amiga ativista para se inscrever no Programa; - Se inscreve para o centro de cidadania da zona norte mesmo morando na zona sul; - Atendida com carinho e atenção no Programa; - Renda de R\$1.100 oferecida pela Programa; - Divisor de águas em sua vida; - Qualificação profissional; - Estudos sobre Gênero e sexualidade; - Maior entendimento da sua identidade e do movimento LGBTQIA+. 		<ul style="list-style-type: none"> - Aumento das relações sociais; - Estabilidade financeira; - Sentimento de pertencimento e segurança.
Retorno a escola	Ambiente escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Pelo Programa <u>Transcidadania</u> retorna aos estudos; - Realiza o EJA numa escola no bairro onde reside; - Relação tranquila com os colegas de turma, professores e funcionários da escola. - Se forma no ensino médio; 		<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação; - Diploma de ensino médio; - Mudança de sentimento em relação com a escola (agora positiva);
Mudança dos documentos	Judicial	<ul style="list-style-type: none"> - Pelo Programa <u>Transcidadania</u> consegue entender a importância do nome social e as leis que protegem; e da retificação do nome; 		<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento de si; - Realização de apresentar os documentos com o nome feminino;

		<ul style="list-style-type: none"> - Retificação do nome no registro civil (apoio do advogado do Programa); - Realização de ter o nome feminino no RG e Certidão de Nascimento; 		<ul style="list-style-type: none"> - Sentimento de segurança.
Emprego formal (Carrefour)	Integração no mercado de trabalho formal	<ul style="list-style-type: none"> - Após a finalização do tempo no programa <u>transcidadania</u> e com o diploma do ensino médio, parte-se pela busca de emprego no mercado de trabalho formal; - Entrega de currículo pelas redes de supermercado da Zona Leste/SP; - Preparo para entrevista; contou com o apoio do <u>Transcidadania</u>. - Conseguiu vaga de estoquista. - Motivação no trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> - Local de trabalho longe da sua residência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Primeiro emprego formal; carteira de trabalho assinada. - Segurança de trabalho garantida (salário, hora extra, férias, décimo terceiro, previdência social, etc.)
Emprego formal (Carrefour) – Hoje	Práticas organizacionais integradoras	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalha muito para demonstrar bastante serviço: "Tenho que trabalhar por dois"; - Sente-se respeitada no ambiente de trabalho por colegas de profissão; - Sente que sua identidade de gênero é respeitada na empresa; - Crachá e uniforme feminino de acordo com a sua identidade; - Utiliza banheiro feminino; 	<ul style="list-style-type: none"> - Já sofreu discriminação por parte dos clientes da rede de supermercado; - Trabalho excessivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sentimento de pertencimento; - Sente-se integrada pela chefe e pela equipe da rede; - Orgulho de estar realizando um trabalho formal; - Segurança de um trabalho formal (CLT e contrato de trabalho);

		<ul style="list-style-type: none"> - Destaca a paciência dos funcionários para explicar as tarefas profissionais - Chefe mulher atenciosa e preparada; - Elogios a equipe. 		
Planos futuros	Qualificação profissional (integração)	<ul style="list-style-type: none"> - Pretensão de investir em seu próprio salão de beleza na sua residência; explica que o trabalho no Carrefour é muito longe de sua casa. - Compra aos poucos os materiais necessários, mas já atende as pessoas do bairro; - Tem uma clientela fixa; - Preocupação com a falta de garantia do trabalho no próprio salão; - Pretensão de realizar um ensino superior; realizar faculdade; curso de assistência social; sente-se agradecida pelo Programa <u>Transcidadania</u> e se vê trabalhando nisso; ajuda social. - No momento está estudando e se preparando para realizar o Enem. 	- Dificuldade de conciliar estudos e trabalho;	- Sentimento de sobrevivência; "eu sou uma sobrevivente porque as pessoas <u>trans</u> do nosso país vive até os 35 e eu já estou com 40 né então eu vejo que minha vida está só começando